

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANA PAULA DEBASTIANI VASCO

**AUTOGESTÃO E SUSTENTABILIDADE NA CRESOL DE DOIS
VIZINHOS - PR: UMA POSSIBILIDADE ALTERNATIVA?**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2012

ANA PAULA DEBASTIANI VASCO

**AUTOGESTÃO E SUSTENTABILIDADE NA CRESOL DE DOIS
VIZINHOS - PR: UMA POSSIBILIDADE ALTERNATIVA?**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona.

Co-orientador: Prof. Dr. João Alfredo Braida

PATO BRANCO
2012

Catálogo na Fonte por Elda Lopes Lira CRB9/1295

V331a Vasco, Ana Paula Debastiani

Autogestão e sustentabilidade na Cresol de Dois Vizinhos-PR: uma possibilidade alternativa? / Ana Paula Debastiani Vasco – 2012.
148 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Hieda Maria Pagliosa Corona

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Ponta Branco/PR, 2012.

Bibliografia: f. 125 – 130

1.Cresol. 2.Economia solidária. 3.Autogestão. 4.Sustentabilidade. I. Corona, Hieda Maria Pagliosa, orient. II.Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD(22. ed.) 330

TERMO DE APROVAÇÃO Nº 6

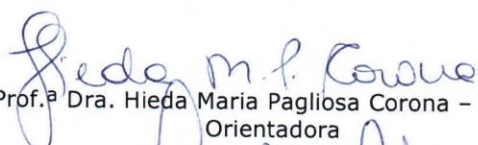
Título da Dissertação

**Autogestão e Sustentabilidade na CRESOL de Dois Vizinhos – PR:
Uma Possibilidade Alternativa?**

Autora

Ana Paula Debastiani Vasco

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas e 30 minutos do dia 29 de fevereiro de 2012, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.


Prof.^a Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona – UTFPR
Orientadora



Prof.^a Dr. Nilvania Aparecida de Mello – UTFPR
Examinadora


Prof.^a Dra. Angela Duarte Damasceno Ferreira – UFPR
Examinadora


Prof. Dr. João Alfredo Braida – UFFS
Examinador


Prof.^a Dra. Ivete Inês Pastro – UTFPR
Examinadora

Visto da Coordenação


Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira
Coordenador do PPGDR

A Deus.

AGRADECIMENTO

Se for verdade que realizar uma pesquisa e construir uma dissertação em dois anos exige esforço e dedicação, também não há dúvidas que nessa caminhada, nossas relações afetivas, tornam esse trabalho muito mais agradável. Por essa razão, tenho muito a agradecer as pessoas que de alguma forma tornaram esse processo mais prazeroso, tanto nas contribuições científicas, como nos atos de solidariedade para ajudar-me; nas risadas para descontrair ou nos abraços, para confortar.

Ao meu querido companheiro e grande apoiador, Vinicius, por compreender tantas vezes minha ausência e incentivar minhas escolhas.

Aos meus pais pelo amor incondicional e ensinamentos que sempre me conduziram a confiança necessária para alcançar meus sonhos.

Aos colegas da primeira turma do mestrado em Desenvolvimento Regional que, entusiasticamente tornaram nossas aulas e debates muito agradáveis com rodas de chimarrão, salgadinhos e queijos da Rosane, jabuticabas do Marco e toda "especialidade" culinária possível. Especialmente as minhas queridas companheiras de pesquisa: Jaiarys, pelas longas conversas, pela profunda amizade que se estende por alguns anos de convivência; Clariana, por compartilhar suas experiências vividas na agricultura familiar, pelo seu contagiante ânimo e alegria.

Aos queridos professores do programa pela dedicação e apoio. Especialmente ao professor Edival que foi um incentivador desde a minha graduação, por desempenhar o seu trabalho com tanta dedicação e excelência. A querida professora Marlize por abrir as portas do CEPAD em nosso primeiro ano de graduação, apresentar-nos de forma apaixonante a pesquisa e a vida acadêmica e por me acompanhar nesse último ano do mestrado. Ao professor Braidia pelas contribuições na construção do instrumento para o diagnóstico da Comunidade Fazenda Mazurana.

A minha querida orientadora Hieda que com dedicação incansável me inspira a ser uma profissional apaixonada. Obrigada pela paciência, destreza e

sensibilidade que ajudou a conduzir esse trabalho e pelas considerações sempre bem oportunas. Obrigada pela sua amizade e incentivo.

Aos professores da banca avaliadora pelo interesse e dedicação na incumbência de avaliar cada detalhe do conteúdo desse trabalho e apresentar valiosas contribuições.

A Cresol de Dois Vizinhos por abrir as portas e permitir a realização dessa pesquisa. Especialmente ao dirigente e sua família que nos recebeu em sua casa com tanto carinho quando estávamos realizando a pesquisa na comunidade.

Aos agricultores da Comunidade Fazenda Mazurana por nos receber em suas casas de forma tão solidária. Sem dúvida foram fundamentais para a realização dessa pesquisa.

Ao Programa de Assistência ao Ensino (PAE) da UTFPR, pela auxílio financeiro, mediante a bolsa concedida nesses dois anos.

(...) pegar quisera na mão e dizer-te: Amigo, não sabes que existe amanhã? Então um sorriso nascera no fundo de tua miséria e te destinara o melhor sentido.

Exato, amanhã será outro dia. Para ele viajas. Vamos para ele.

Venceste o desgosto, calcaste o indivíduo, já teu passo avança em terra diversa.

Teu passo: outros passos ao lado do teu. O pisar de botas, outros nem calçados, mas todos pisando, pés no barro, pés n'água, na folhagem, pés que marcham muitos, alguns se desviam, mas tudo é caminho.

Tantos: grossos, brancos, negros, rubros pés, tortos ou lanhados, fracos, retumbantes, gravam no chão mole marcas para sempre: pois a hora mais bela surge da mais triste."

(Carlos Drummond de Andrade - A rosa do povo)

RESUMO

VASCO, Ana Paula D. Autogestão e Sustentabilidade na Cresol de Dois Vizinhos – PR: uma possibilidade alternativa? Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2012.

Este trabalho está vinculado a uma problemática conjunta de pesquisa que visa entender se a gestão de programas ou políticas públicas desenvolvidas por organizações não governamentais (ONG) ou órgãos públicos de Dois Vizinhos se alinham aos preceitos do desenvolvimento da agricultura familiar, numa perspectiva sustentável. Para tanto foi realizado um diagnóstico sócio-econômico-ambiental na comunidade Fazenda Mazurana, com o objetivo de entender a dinâmica das ações dessas organizações na situação de vida dos agricultores familiares da comunidade. Especificamente esse trabalho concentrou-se na Cooperativa de Crédito Rural Cresol. Entende-se que há evidências teóricas e contextuais que permitem apontar a economia solidária como uma proposta alternativa para a agricultura familiar. Este modelo de organização preconiza um processo econômico-social autogestionário. Nesse sentido, buscou-se entender como os agricultores cooperados compreendem e participam da autogestão visando identificar como esse modelo tem conduzido, ou não, as famílias agricultoras às práticas sustentáveis. A esse respeito identificou-se as boas/razoáveis condições dos cooperados da Cresol, resultado principalmente do Programa Água Limpa acessado pela comunidade via Prefeitura Municipal e, ao que pareceu, das estratégias montadas pelos próprios agricultores. Verificou-se algumas tendências dos rumos da organização no caso ilustrativo da Cresol de Dois Vizinhos-PR que, pode apontar para orientações do Sistema Cresol.

Palavras-Chave: Cresol. Economia Solidária. Autogestão. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work is bound to issue a joint research aimed at understanding the management of public policies or programs developed by non-governmental organizations (NGOs) or public bodies of two neighbors line up to the precepts of the development of family farming in a sustainable perspective. To do so was made a diagnosis socio-economic-environmental community Mazurana Farm, in order to understand the dynamics of the actions of these organizations in the life situation of the farmers of the community. Specifically, this work focused on the Rural Credit Cooperative Cresol. It is understood that there are theoretical and contextual evidence that may point out the social economy as an alternative proposal to the family farm. This model proposes a process of organizing economic and social self-management. Accordingly, we sought to understand how farmers understand and participate in cooperative self-management to identify how this model has led, or not, the sustainable practices of farming families. In this respect we identified good / reasonable conditions of the cooperative Cresol, mainly as a result of the Clean Water program accessed via the community and City Hall, it seemed, strategies mounted by the agricultures. Some trends were checked in the direction of the organization the illustrative case of two neighbors of Cresol-PR that can point to System guidelines Cresol.

Keywords: Cresol. Solidarity Economy. Self-management. Sustainability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Diagnóstico sócio-econômico-ambiental da Comunidade Fazenda Mazurana	91
Gráfico 2 - Mudanças nos últimos 20 anos.	94
Gráfico 3 - Locais de acesso a saúde.	98
Gráfico 4 - Situação sócio-econômica-ambiental dos agricultores cooperados da Cresol da Comunidade Fazenda Mazurana.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de atuação da Cresol	74
Figura 2 - Localização de Dois Vizinhos	84
Figura 3 - Figura 3 - Foto da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos em 1969..	84
Figura 4 - Ponte construída sobre o Rio Dois Vizinhos na Industrial Brasiliense (1969)	85
Figura 5 - Capela da Comunidade	90
Figura 6 - Imagem do Rio Jirau Alto	92
Figura 7 - Agricultora pegando água da “fonte”, pois, diz ser mais limpa que a que recebe na sua casa.	93
Figura 8 - Comunidade Fazenda Mazurana.	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Condições de Moradia	38
Quadro 2 - Escolaridade	39
Quadro 3 - Utilização de Transporte.	39
Quadro 4 - Acesso a saúde.	39
Quadro 5 - Acesso ao Lazer.....	40
Quadro 6 - Bens móveis	41
Quadro 7 - Tamanho da Casa	42
Quadro 8 - Renda Familiar	42
Quadro 9 - Cuidados com o solo	43
Quadro 10 - Utilização de maquinário	44
Quadro 11 - Uso de insumos.	45
Quadro 12 – Preservação Ambiental 1	45
Quadro 13 - Preservação ambiental 2	46
Quadro 14 - Preservação ambiental 3.	46
Quadro 15 -Saneamento	47
Quadro 16 - Evolução da Cresol.	76
Quadro 17 - Crédito Liberado – Cresol de Dois Vizinhos.	80
Quadro 18 - Estabelecimentos Agropecuários e Área Segundo as Atividades Econômicas.	86
Quadro 19 - Mudanças na água nos últimos 20 anos.	93
Quadro 20 - Alguns índices do diagnóstico econômico.	95
Quadro 21 - Alguns índices do diagnóstico social.	96
Quadro 22 - Alguns índices do diagnóstico ambiental dos cooperados da Cresol da Comunidade Fazenda Mazurana.	104
Quadro 23 - Alguns índices do diagnóstico econômico dos cooperados da Cresol da Comunidade Fazenda Mazurana.	108
Quadro 24 - Participação social dos cooperados da Cresol da Comunidade Fazenda Mazurana.	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	19
2.1 O ESFORÇO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA COMUM	19
2.1.1 Algumas considerações sobre a gestão.....	21
2.2.2 Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Sustentável.....	29
2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	34
2.3.1 Diagnóstico Social.....	38
2.3.2 Diagnóstico Econômico.....	41
2.3.3 Diagnóstico Ambiental.....	44
3 SENTIDOS DA FORÇA POPULAR: ALTERNATIVAS DE INCLUSÃO	50
3.1 NA CONTRAMÃO: PROPOSTAS DA CONTRA-HEGEMONIA.....	50
3.2 “ATÍPICO E INCLUSIVO”: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA.....	54
3.3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO	60
3.4 FUNDAMETOS DA CRESOL: A LUTA DE AGRICULTORES POR ACESSO AO CRÉDITO	67
4 O OBJETO E SEU CONTEXTO: DA REGIÃO DE DOIS VIZINHOS AOS AGRICULTORES DA CRESOL.....	82
4.1 UM BREVE CONTEXTO SOBRE A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E DOIS VIZINHOS.....	82
4.2 DIAGNOSTICO SÓCIO-ECONOMICO-AMBIENTA DA COMUNIDADE FAZENDA MAZURANA	88
4.3 CAMINHOS E (DES)CAMINHOS DA CRESOL: OBSERVAÇÕES A PARTIR DA COOPERATIVA SINGULAR DE DOIS VIZINHOS – PR.....	100
4.3.1 Perfil dos cooperados da Cresol na Comunidade Fazenda Mazurana .	100
4.3.2 Autogestão e Sustentabilidade na Cresol de Dois Vizinhos: observações a partir da Comunidade Fazenda Mazurana	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERENCIAS.....	126
APÊNDICES	132
Apêndice 1 – Quadro Geral da Renda dos Agricultores da Comunidade Fazenda Mazurana	133
Apêndice 2 – Quadro das fontes de renda dos agricultores da Cresol	137
Apêndice 3 – Roteiro de entrevista com a Cresol	138
Apêndice 4 – Roteiro de Entrevistas com os Agricultores da Comunidade Fazenda Mazurana	139
Apêndice 5 - Formulário para diagnóstico sócio-econômico-ambiental da Comunidade Fazenda Mazurana	141

1 INTRODUÇÃO

O domínio do capital estende-se sobre as mais diversas classes, separando aqueles que o possuem daqueles menos favorecidos, segundo suas capacidades econômicas. Essa separação tem sido afrontada pela resistência popular que se organiza contra um sistema econômico hegemônico que tende a exclusão de (grande) parte da população. Pessoas se organizam com fins de encontrar uma alternativa para participação nas atividades econômicas e de sociabilidades de forma emancipatória. As organizações populares chamadas de "alternativas" subvertem, de certa forma, as regras do capital na medida em que não buscam o lucro e tendem a promoção de um desenvolvimento mais incluyente.

Dentre as formas de organizações de alternativas ao capitalismo, se assim pode-se afirmar, a economia solidária é uma proposta que tem encontrado espaço no Brasil nos últimos anos. Este modelo de organização não tem fins lucrativos e propõe a divisão do capital de forma igualitária. Um modelo autogestionário em que, tem procedimento econômico-social, ou seja, inclui homens e mulheres à participação decisória.

A economia solidária é resultado da luta de trabalhadores contra a injustiça e exclusão, contra o modelo seletivo de desenvolvimento; por isso, surge como um meio alternativo ao sistema hegemônico. A reação de atores sociais em oposição a esse paradigma social firmado na riqueza e no bem-estar material revela a radicalidade contra os excessos da modernidade. Tal crítica atinge o modo como se "trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais," (SANTOS, 1997) e ainda formas de opressão que atingem grupos sociais transclassistas. Portanto, a reação desses sujeitos funciona como uma alternativa de se inserirem como atores sociais e agentes de desenvolvimento.

É neste contexto de preocupações que o presente trabalho se insere. Essa dissertação está vinculada a uma problemática comum de pesquisa que envolve além da autora deste trabalho, mais duas mestradas do Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Pato Branco. O objetivo geral foi entender se a gestão de programas ou políticas públicas desenvolvidas por organizações não governamentais (ONG) e ou instituições públicas do município de Dois Vizinhos se alinham aos preceitos do desenvolvimento da agricultura familiar, numa perspectiva sustentável. Para atender ao objetivo geral que permeia a construção dos trabalhos individuais de pesquisa, foi escolhida a comunidade Fazenda Mazurana na qual residem famílias agricultoras envolvidas com a Casa Familiar Rural, com a Cooperativa de Crédito Rural Cresol e que acessavam o Pronaf via agência do Banco do Brasil, em função das especificidades das temáticas individuais.

O tema comum está estruturado em três eixos articuladores, são eles: as formas de gestão das três organizações e suas consequências nas ações para a sustentabilidade da agricultura familiar; o percurso histórico das famílias agricultoras em seus estabelecimentos, visando identificar a influência de políticas públicas e ou de programas ou ações das instituições acima citadas, sobre o processo de seu desenvolvimento; a situação de vida das famílias agricultoras dessas comunidades, sob os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

O presente trabalho realizou um estudo da Cooperativa Cresol (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária). Esta é uma instituição financeira amparada por lei, com um sistema integrado de cooperativas de crédito rural com interação solidária e atende aos agricultores familiares da região, em geral, excluídos das fontes tradicionais do crédito. Assim, considera-se sua grande importância para o desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná tendo em vista que a região tem uma estrutura fundiária particularmente desconcentrada, com forte presença da agricultura familiar.

Este trabalho propõe entender como os cooperados da Cresol compreendem e participam da autogestão e como tem, ou não, conduzido à práticas sustentáveis. Lembra-se, à luz da dupla hermenêutica, que a recíproca relação dos agentes envolvidos, portanto cooperativa e cooperado, constrói o (auto) conhecimento dos atores sociais. Deste modo, a organização transmite seu conhecimento e este é apropriado pelo cooperado, de forma que

esse cooperado modifica o seu universo, e ao modificá-lo também interfere em mudanças na organização e, assim, sucessivamente. Conforme afirma Giddens (1991, pag. 45) "as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informações renovadas sobre estas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente seu caráter".

O objetivo geral deste trabalho é analisar a participação dos cooperados no processo da autogestão da Cresol e no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município de Dois Vizinhos - PR. E para atendê-lo, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a trajetória histórica da Cooperativa Cresol, analisando o processo de autogestão;
- Identificar as políticas e ações da cooperativa para o desenvolvimento regional sustentável;
- Identificar a situação social, econômica e ambiental das famílias agricultoras a serem pesquisadas;
- Conhecer na trajetória das famílias os reflexos das políticas e ações da cooperativa na sua situação sócio-econômica-ambiental;
- Identificar como o agricultor/cooperado compreende e participa do processo da autogestão.

Dessa forma, este estudo se justifica pela importância de seu propósito que é o de analisar se a gestão, as ações e a concessão de crédito aos agricultores familiares da Cresol, estão de fato se concretizando em uma perspectiva solidária e sustentável, como preconizado em dois princípios fundamentais que constam nos documentos da organização. Compreendendo esse processo é possível verificar de que forma a Cresol contribui para o desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná.

Tendo em vista que o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco objetiva desenvolver estudos que contemplem a realidade regional, bem como contribuam para o seu desenvolvimento, este trabalho procurou ir ao encontro de tais anseios, na medida em que investigou uma organização que atende a demanda dos agricultores familiares, estando estes últimos fortemente presentes na região. Também se justifica por ser uma inquietação

pessoal, com o propósito de conhecer as práticas de uma organização que, em tese, tem forma de gestão diferenciada e preconiza a sustentabilidade da agricultura familiar.

Os capítulos que se seguem buscam explicar caminhos metodológicos escolhidos, articular o contexto teórico da economia solidária e seus pressupostos com a realidade da Cresol e dos agricultores pesquisados. Para isso, foram assim divididos: Caminhos Teóricos e Metodológicos - os caminhos para a construção de uma problemática comum e do instrumento do diagnóstico da comunidade, mostrando as categorias definidas *a priori*, embasando-as teoricamente; Sentidos da Força Popular: alternativas de inclusão - buscou-se compreender teoricamente em que medida a força popular apresenta-se como uma proposta contra-hegemonica. E nesse sentido, cita-se a economia solidária como uma possibilidade e, a força alternativa nos fundamentos da Cresol; O Objeto e Seu Contexto: da região de Dois Vizinhos aos Agricultores da Cresol - neste capítulo são discutidos os dados do diagnóstico da comunidade, bem como a articulação dos dados sobre a Cresol e seus agricultores da Comunidade Fazenda Mazurana.

2 CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1 O ESFORÇO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA COMUM

Para compreender a realidade regional o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional firmou sua proposta na interdisciplinaridade. O programa oferece duas linhas de pesquisa: Ambiente e Sustentabilidade e Regionalidade e Desenvolvimento. Sua área de concentração é Desenvolvimento Regional Sustentável. Para compreender a dinâmica do desenvolvimento regional e a possibilidade de estudá-lo a partir da matriz da sustentabilidade é que se optou por uma proposta interdisciplinar, já que o desenvolvimento em bases sustentáveis pressupõe a inter-relação sociedade e natureza, o que conduz a inter-relação das diferentes áreas do conhecimento, especialmente no que se refere ao diálogo das ciências sociais/humanas com as ciências da natureza e, ao mesmo tempo o diálogo com outros saberes, no caso, com os agricultores familiares.

Iniciado em 2010, o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional congregou alunos de diversas áreas (Administração, Psicologia, Agronomia, Pedagogia, Química, Biologia, Design em moda e Medicina) que iniciaram as atividades discutindo suas propostas de pesquisa, buscando identificar interesses e possibilidades de pesquisas interdisciplinares. Nesse contexto, juntamente com a professora orientadora, reuniram-se, a autora desse trabalho e mais duas colegas com interesses individuais que convergiam para uma pesquisa conjunta.

Havia em comum o interesse de entender o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar a partir de contextos institucionais diferentes (Cresol, Pronaf acessado via Banco do Brasil e Casa Familiar Rural) que impulsionavam as propostas individuais. O esforço estava em permear interesses e olhares para além do objeto, para construção de uma proposta que contivesse também caráter coletivo. As três pesquisadoras são da área de Administração, por isso, entendeu-se que haveria dificuldades para um trabalho

interdisciplinar, embora o comitê de orientação seja formado por uma socióloga e um agrônomo. De certa forma, três áreas do conhecimento estão contempladas: ciências da natureza, ciências sociais e sociais aplicadas. Pensamos então que, com o olhar de três alunas da mesma área do conhecimento, era possível complexizar o objeto de estudo. O objeto de estudo a que nos propomos analisar, assim como a ciência, é dinâmico, se reinventa, é ordenado e desordenado. Dessa forma, o olhar sobre ele não poderia reduzi-lo a somente uma perspectiva. Embora não possamos compreender todas as nuances da realidade como um todo, também, não podemos recortar ela, que é dinâmica, segundo nossa limitada compreensão da realidade. Por isso, optou-se pelo trabalho conjunto que permitiu irmos “contra o desperdício da experiência”, pois, aproveitou-se as experiências de vida, tanto na pesquisa quanto no mundo rural, para aprofundar o conhecimento sobre a realidade.

Os diálogos para construção da proposta coletiva foram amadurecendo. Sem passos cartesianamente traçados para elaborar-la, os encontros seguiam para partilhar inquietações e propostas para entender a agricultura familiar no contexto de diferentes instituições. Foram quase dois meses de reuniões e discussões, quando, enfim decidimos pesquisar o mesmo espaço geográfico em que houvesse significativa atuação das três instituições: Cresol, Casa Familiar Rural e Pronaf – Banco do Brasil. De início pensou-se no município de Dois Vizinhos - PR, pois, a atuação da Cresol e da Casa Familiar é bastante expressiva. Restou saber se também era o caso do Pronaf acessado via Banco do Brasil. Concluiu-se que esse seria um espaço favorável a pesquisa. Portanto, após breves pesquisas para verificar a expressividade do número de pessoas de cada comunidade rural do município que tinham algum vínculo com as instituições, foi definido que a pesquisa se realizaria na Comunidade Fazenda Mazurana, por reunir maior número de agricultores vinculados as instituições pesquisadas. Então, nosso objetivo geral ficou assim definido: entender se a gestão de programas ou políticas públicas desenvolvidas por organizações não governamentais (ONG) ou órgãos públicos da cidade de Dois Vizinhos - PR se alinham aos preceitos do desenvolvimento da agricultura familiar, numa perspectiva sustentável.

Seguiram-se os encontros para discutir a metodologia da pesquisa e os instrumentos. Nessa fase estávamos tendo um aporte teórico bastante relevante, pois, estávamos fazendo as disciplinas obrigatórias do programa. E dentre elas, discutíamos brevemente sobre a pesquisa interdisciplinar, tema transversal a todas elas. O que contribuiu de forma bastante significativa eram as experiências compartilhadas por alguns professores de pesquisas interdisciplinares. Ouvir experiências permitiu a nós transferir o ideal para a realidade, o abstrato para o concreto e visualizar os limites e possibilidades nas iniciativas interdisciplinares.

Duas temáticas são importantes no desenvolvimento da pesquisa conjunta: a dinâmica entre a sustentabilidade e a gestão, como uma se liga a outra ou não. Essas são categorias *a priori* comuns aos três trabalhos, mas com diferentes níveis de relevância.

Nesse sentido, algumas reflexões teóricas realizadas durante o transcorrer das disciplinas e de reuniões de orientação, fundamentaram e o caminho metodológico percorrido. As temáticas comuns as três dissertações, foram: a gestão tratada em suas diferentes matrizes passando pelo debate da racionalidade instrumental e da racionalidade camponesa (CHAYANOV, 1974) que de certa forma assemelha-se com o fenômeno da economia solidária (tema desse trabalho) (GAIGER, 2007); e a sustentabilidade que deu base as discussões sobre o instrumento de pesquisa para o diagnóstico da situação sócio-econômica-ambiental da comunidade Fazenda Mazurana.

2.1.1 Algumas considerações sobre a gestão

Pensar a gestão - sobre suas diferentes matrizes - remete a levar em conta tanto a dinâmica do processo decisório e organizativo como o público que acessa os produtos/serviços das organizações. Neste trabalho, é importante compreender como é a interação da gestão das instituições pesquisadas para com o público da organização, pois, trata-se de organizações que atendem um público de agricultores familiares. Como este estudo se

propôs tratar da agricultura familiar no contexto de uma organização que não sob os moldes capitalistas, remete-se portanto a buscar subsídios na ciência da administração para além da racionalidade nos processos administrativos.

Vê-se que as diferentes matrizes da Teoria da Administração tendem a racionalização do trabalho e a maximização da lucratividade. Mesmo que tenha havido avanços na compreensão do homem, - não mais como *homo economicus*, mas que abarca consigo aspectos subjetivos e esses podem interferir no seu trabalho e, por conseguinte na própria lucratividade da organização, - ainda, as questões humanas são consideradas por causa do fator da lucratividade, do máximo desempenho, da lógica da eficiência e da eficácia que também é reflexo do comportamento humano.

Como caso ilustrativo cita-se brevemente três das teorias da Administração. Tal como a Administração Científica (1) que foi elaborada pelo americano Frederick Taylor no final do século XIX e início do século XX, focada essencialmente na mecanização da produção. Foi ele quem visualizou a organização como um sistema que deve ser estudado sistematicamente. Mostrou como o trabalho deve ser organizado racionalmente, através da Organização Racional do Trabalho (ORT) em que os métodos empíricos devem ser substituídos pelos científicos. Essa teoria afirma que o objetivo principal da administração é garantir a “máxima prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo o máximo de prosperidade ao empregado” (TAYLOR, 1990, p.30). Ela compreende o trabalhador como *homo economicus*, portanto, o homem como ser motivado pela recompensa financeira, eliminando outras necessidades que qualquer homem pode ter.

Enquanto Taylor, nos Estados Unidos, desenvolvia a Administração Científica, Henri Fayol (1841-1925), contemporâneo a ele, desenvolvia na Inglaterra a Teoria Clássica da Administração (2). Ambas as teorias com o objetivo da eficiência, porém, diferenciando-se em seu caráter: a primeira com ênfase na tarefa, ou seja, com uma abordagem de forma ascendente, da base para a cúpula e das partes para o todo; já a segunda se caracterizava pela ênfase na estrutura, com abordagem descendente, ou seja, da direção para os executores e do todo para as suas partes componentes. A Administração Científica entendia que na racionalização do trabalho do operário e o somatório

da eficiência individual de cada trabalhador era alcançada a máxima eficiência, já a Teoria Clássica partia da ideia do todo organizacional, garantido a eficiência de todas as partes envolvidas.

Autores classificam a teoria de Fayol, Teoria Clássica, como a teoria da máquina, considerando que tanto Taylor como Fayol dividem mecanicamente o trabalho, avaliando que na organização ocorrerão determinadas ações ou causas decorrentes “certamente” de determinados efeitos ou consequências.

E a Teoria das Relações Humanas (3), criada por Elton Mayo, no início do século passado que, surgiu para contestar os conceitos clássicos da administração, como a autoridade, hierarquia, racionalização do trabalho, a departamentalização, entre outros. Ela contestou a concepção de homem da Teoria Clássica, *homo economicus*, trazendo o conceito de Homem Social. O Homem Social é compreendido como um conjunto de emoções, desejos, temores, sentimentos, fatores estes que influenciam no desempenho de seu trabalho. Portanto, dá espaço para um entendimento do homem subjetivo também. Embora fosse um avanço a teoria elaborada por Mayo, o paradigma da racionalidade como norteadora ainda permanece. O comportamento humano passou a ser estudado pois, entendeu-se que o homem não é somente um ser racional, mas que abarca consigo aspectos subjetivos. Assim esse pode ser um aspecto que interfere no seu trabalho e, por conseguinte na lucratividade da organização.

Nesse sentido, cita-se Covre (1982) quando buscou desvendar a formação do administrador de empresas, que em geral contribui apenas para a acumulação do capital. Uma de suas conclusões foi que este profissional tende a rejeitar uma mudança no sistema social e econômico, já que seu conhecimento serve à lógica do capital. Sua análise centra-se na Teoria Crítica, a qual está focada na emancipação e auto-reflexão do homem, o que se opõe a Ciência da Administração que defende uma articulação da produtividade, consumo e lucratividade. Assim, a Ciência da Administração confronta com a de autonomia, criatividade e prazer, defendida pela Teoria crítica, segundo o mesmo autor, porque fundamentada na racionalidade instrumental (técnica) tende a ser hegemônica no contexto da sociedade capitalista.

Lembra-se de um dos artigos de Santos (1999), no qual ele discute porque é difícil construir uma teoria crítica, referindo-se aos problemas emergentes da modernidade e discutindo alternativas e possibilidades. A teoria crítica é aquela que não “reduz a realidade ao que existe” (IDEM, p.197), isto é, um olhar crítico sobre a realidade, identificando suas fragilidades e propondo alternativas à superação daquilo que é criticável. A inconformidade com o fracasso da modernidade deve produzir certa indignação com o que está posto. Questões não passíveis de quantificação, tais como: a repressão à criatividade e autonomia, ao prazer e a emancipação, devem gerar uma inconformidade no sentido de propor algo diferenciado

Ramos (1984) diz que as teorias formuladas sobre as organizações são respostas as crises que as envolvem. Em um artigo publicado pelo autor em 1972, há quase quatro décadas, ele afirmava que o surgimento de demandas faz emergir um novo modelo de homem, o que remete à superação do estado crítico da arte da Teoria da Administração. O autor ao apresentar e fazer uma crítica ao modelo do *homo economicus* e do homem reativo questiona se a prática da administração pode ter progredido após essa visão do homem na organização, e com pesar responde a essa questão dizendo que não houve um progresso. Há ainda grande influencia no meio organizacional deste conceito (do *homo economicus*), embora na academia esses modelos sejam criticados. Em se tratando do contexto organizacional, há sim algumas iniciativas que receberam atenção considerável, que é o caso, conforme o autor, da administração participativa, organização não-hierárquica, etc.

O autor sugere o conceito de homem parentético, este com capacidade crítica, com autonomia para desenvolver trabalhos criativos, sem imposição de padrões de desempenho. Essa seria uma das respostas ao progresso da visão do homem dentro da organização. Se isso se tornou uma prática não há como afirmar, contudo, a autogestão sugere que é possível.

Souza (2004) ressalta que a Teoria Crítica na Administração não é uma forma de “anti-administração”, mas de desvendar caminhos não opressores. É nesse sentido que a Teoria Crítica na Administração torna-se uma das referencias no contexto do presente trabalho, principalmente porque ao tratar da agricultura familiar, como uma unidade não empresarial, entende-se que

seu modelo de gestão é diferenciado e aberto as estratégias estabelecidas pelas famílias.

O debate sobre o campesinato das primeiras décadas do século XX polarizou reflexões teóricas sobre a “exploração familiar”. No contexto do espaço agrário russo, após a Revolução de 1917, destaca-se o debate clássico de Lênin que estudou a introdução do trabalho assalariado no contexto do campesinato russo; Kautsky que mostrou a subordinação da agricultura ao mercado e; Chayanov que defendeu o caráter não capitalista da economia camponesa. Destaca-se este último como o pensamento iluminador deste estudo, por compreender que a racionalidade camponesa não pode ser analisada a luz das teorias econômicas clássicas ou modernas derivadas delas.

Chayanov (1974) demonstra a peculiaridade do campesinato, como uma forma não capitalista e com um modelo microeconômico com relativa autonomia, com gestão diferenciada. Ele explica que as unidades familiares não são constituídas influenciadas pelos fatores de natureza macrossocial, utilizados em termos da economia capitalista – renda da terra, capital, preço, trabalho assalariado, maximização do lucro.

O autor questiona o fato de que as formas vistas como insignificantes ou em extinção, continuavam ocupando vastas áreas como no caso das unidades econômicas familiares. Ele faz referência a costumeira forma de pensar nos fenômenos econômicos como sendo todos de uma economia capitalista.

Todos os princípios de nossa teoria – renda, capital, preço e outras categorias – formam-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros (...). Todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistos como insignificantes, ou em extinção; no mínimo considera-se que não têm influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico (CHAYANOV, 1981, p. 133).

Para ele uma unidade econômica familiar representa: “uma família que não contrata força de trabalho exterior, que tem uma certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e que as vezes se vê obrigada a empregar parte da sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas” (CHAYANOV, 1974, p. 44). Desta forma, compreende-se que a lógica da

empresa capitalista não se aplicaria à unidade de produção familiar agrícola. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção, portanto não há extração e apropriação de trabalho alheio, de mais valia.

“A chamada economia camponesa é um caso ilustrativo das formas sociais de produção capazes de adaptarem-se a modos de produção das quais são atípicas” (GAIGER, 2003, p.190). Diz que o diferencial dessas unidades, evidente em toda a história, estão nas relações de produção que são familiares e na posse parcelar da terra. É a família que define e rege sua interação com o meio e toda a dinâmica de trabalho.

Assim, a agricultura familiar entendida como uma “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família” (LAMARCHE, 1993, P. 15) representa uma forma singular de racionalidade que é demonstrada por algumas de suas especificidades:

1ª) Fundo familiar comum: representa seu rendimento anual líquido indivisível e indiferenciado (constituído com: a densidade populacional; o nível habitual, tradicional, das necessidades; o poder de formação da renda do melhor solo e das condições climáticas mais favoráveis) resultado da sua produção agrícola e não agrícola. A racionalidade para a forma de gerir esse recurso é diferenciada. A divisão entre investimento, consumo e poupança toma por base a reprodução da família e seu bem-estar, então investe para garantir o consumo, se há excedente faz poupança para os momentos de crise e assim por diante (CHAYANOV, 1981).

2ª) Cálculo subjetivo: este é o cálculo que o agricultor faz da quantidade de trabalho que a família tem que realizar para satisfazer suas necessidades durante o ano (CHAYANOV, 1974).

3) Teoria do equilíbrio: o agricultor dimensiona o grau de penosidade seu e de sua família com o objetivo de buscar a melhoria da qualidade de vida dos membros da família, portanto, o equilíbrio entre seu trabalho e consumo. “A exploração familiar tem que utilizar a situação de mercado e as condições naturais, de maneira tal que lhe permitam proporcionar um equilíbrio interno da família, juntamente com o mais elevado nível de bem-estar” (CHAYANOV,

1981, p. 139). Esse é um aspecto que a diferencia da lógica capitalista do lucro crescente.

Desta forma, as diferenças se evidenciam na ociosidade de mão de obra frequente entre as safras, o que seria inadmissível numa empresa capitalista e na diminuição da penosidade no trabalho quando o agricultor tem maior ganho. Este também é um fator que questiona a racionalidade de uma empresa capitalista (CORONA, 1999).

Ainda, afirma Chayanov que a unidade econômica familiar pode ser à base de uma sociedade socialista e não capitalista. Por isso evidencia a importância do cooperativismo na organização da produção parcelar das unidades camponesas (CHAYANOV, 1974). Chayanov (1974) via que os principais métodos para organizar a agricultura russa eram a concentração vertical, mas particularmente organizadas em formas de cooperativas. O autor acreditava nessa forma de organização para “[...] superar el capitalismo de estado y pueda constituir la base para un futuro sistema económico socialista” (CHAYANOV, p. 315).

Esta é uma questão importante levantada pelo autor. Ele enfatiza a importância do cooperativismo como uma forma de constituir uma nova estrutura social, portanto, ir além de uma subordinação da agricultura e da produção familiar em particular, como ressalta Wanderley (1999). Chayanov (1974, p.317) enfatiza as limitações das experiências das cooperativas em países capitalistas:

A cooperação existia e existe em muitos países capitalistas. Porém, tanto entre nós antes da revolução, quanto em outros países capitalistas, foi apenas a adaptação dos pequenos produtores de mercadorias às condições da sociedade capitalista, foi apenas uma arma de sobrevivência. Não se tratava nem poderia tratar-se de uma nova estrutura social.

Compreende-se que a atividade de uma unidade econômica familiar pode representar outra racionalidade, não capitalista e, portanto, o germe de uma ordem mais justa e equitativa. Assim, também representa outra forma de gestão. Deste modo, iniciativas de organização de agricultores familiares podem representar uma alternativa a uma nova forma de racionalidade que não

seja pautada na maximização do lucro. Como é o caso de cooperativas, por exemplo, que pressupõem a autogestão, a gestão compartilhada.

Essa forma de organização geralmente se constitui como reação dos atores sociais¹ que lutam contra o sistema hegemônico de mercado firmado no paradigma da racionalidade capitalista. Sem fins lucrativos, propõem uma forma de gestão diferenciada - a autogestão - na qual todos os seus membros devem participar ativamente das decisões, já que além de beneficiários são os gestores da organização. Modelo que Ramos (1983) chama de Organizações Normativas, as quais tendem a ter um alto grau de consenso e ética da responsabilidade². Por isso, representa outra forma de racionalidade que não pela propriedade privada do capital, mas pela distribuição justa, e não pela gestão centralizada, mas pela democratização e participação de todos. Nessa perspectiva Gaiger (2007, p. 07) afirma:

Pesquisas empíricas vêm apontando que a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista (GAIGER, 2007, p. 7).

Para ilustrar as questões aqui abordadas relata-se uma breve fala do Ignacy Sachs, na qual se pretende mostrar uma das alternativas citadas por ele, como uma possibilidade de superação da atual crise. No que se refere às questões que estão em debate em escala mundial, ele afirma:

A Crise é uma oportunidade para mudar de rumo e não voltar ao mesmo (...). Estamos sentados sobre ruínas de paradigmas falidos, em vez de simplesmente tentar começar a mesma coisa, vale a pena pensar onde estão as oportunidades para caminhar numa direção diferente (...). Há três questões a colocar: primeiro fazer o possível para ampliar as redes universais de serviços sociais (saúde, educação, saneamento, serviços ambientais e habitação popular); segunda linha é ampliar dentro da economia do mercado o perímetro das economias solidárias, organizações que não se pautam pela regra da apropriação individual do lucro, em certo sentido subvertem

¹ Estes são aqueles que precedem a ideia de Indivíduo, e de sujeito e conseguem reagir diante do contexto social, é aquele que questiona o sistema. Portanto, o indivíduo torna-se sujeito quando questiona e torna-se ator quando age. A junção de diversos atores forma um movimento social (TOURAINÉ, 1994)

² O oposto da ética de responsabilidade é a ética do valor absoluto ou da convicção que remete-se a motivações pessoais, sem considerar os de outrem. A ética da responsabilidade por sua vez, são atitudes individuais que beneficiam a organização como um todo

a regra do capitalismo duro e puro; o terceiro rumo é encarar seriamente uma estratégia de transição para economias de baixo carbono, mais precisamente, economias de baixa emissão dos gases efeito estufa. (...) Não se deve tratar as questões ambientais como a “bola da vez”, mas, devemos enfrentar o duplo desafio: das ameaças climáticas e o enorme passivo social acumulado, ou seja, a falta de oportunidade de trabalho decente para todos (SACHS, 2010)³.

Tendo em vista o debate da crise socioambiental que perpassa a sociedade hoje, esse trabalho, conforme já abordado, também se propôs a pensar a realidade da agricultura familiar na comunidade Fazenda Mazurana sobre os aspectos sociais, econômicos e ambientais, a partir das reflexões sobre a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

2.2.2 Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Sustentável

Esse trabalho se propôs a complexizar o objeto de estudo sob os diversos olhares e, optou pela proposta do desenvolvimento sustentável como iluminador. Entende-se que o desenvolvimento sustentável está para um modelo mais alternativo, portanto, contra-hegemônico e, nesse sentido, torna-se necessário mostrar o embasamento teórico que fundamentou e direcionou o trabalho, na opção de analisar as diferentes dimensões de vida e do desenvolvimento sustentável (social, econômica e ambiental) dos agricultores familiares.

O tema “desenvolvimento sustentável” assume papel preponderante nas últimas décadas através da crescente preocupação com os problemas ambientais, que lentamente começaram a serem levantados pelos diversos agentes, indivíduos, governos, organizações, entidades da sociedade civil, entre outros. Tais agentes questionam as propostas de desenvolvimento dominante, gerador de desequilíbrios regionais e sociais, resultado dos processos de crescimento econômico como propulsor do desenvolvimento das sociedades.

³ Ignacy Sachs em entrevista no evento Expo Brasil 2009. Entrevista retirada do site <http://www.youtube.com/watch?v=kGXBT7npFAs>

A construção da chamada “questão ambiental” no campo científico teve início na década de 1950. Dois eventos podem ser citados que marcaram essa época: A Fundação Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN) em 1948, formada por cientistas vinculados às Nações Unidas e a Conferência Científica das Nações Unidas para Conservação e Utilização dos Recursos, caracterizada como o primeiro evento com o tema ambiental de escala mundial. A ideia ecológica remonta ao século XIX, mas é nos anos 50-60 no contexto do pós Segunda Guerra Mundial que o ambientalismo torna-se causa e efeito de uma profunda mudança de mentalidades e começa a aparecer enquanto tema relevante para o meio acadêmico (LEIS, 1996).

A década de 1960 marcou a emergência do ambientalismo no âmbito dos atores do sistema social. Várias organizações não governamentais para a causa ambiental começam a aparecer no cenário mundial como, por exemplo, o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) criada em 1961. É nessa década que a questão ecológica ganha força e começa a projetar-se para a opinião pública. Dois trabalhos marcam o debate: a publicação em 1962 do livro *Silent Spring* de Rachel Carson sobre os problemas causados à saúde humana pelos pesticidas sintéticos, e os relatórios do Clube de Roma em 1971 e 1972 (LEIS, 1996), alertando para os “limites do crescimento”.

A década de 1970 foi marcada pela segunda conferência mais importante no âmbito ecológico, a Conferência de Estocolmo, a qual registrou a inserção dessa preocupação na esfera política através da expansão de agências estatais para o meio ambiente. A conferência encontrou resistências de duas formas: de um lado os países desenvolvidos preocupados com os problemas decorrentes de seus processos de desenvolvimento, como a escassez de recursos; e de outro os países em desenvolvimento preocupados com a pobreza, e em como se desenvolveriam nos moldes do modelo vigente. A Primeira-Ministra da Índia, Indira Gandhi, nessa conferência, afirmou que “a maior poluição é a pobreza”, expondo o anseio dos países em desenvolvimento (BARBIERI, 2005).

Na década seguinte a Assembleia Geral da ONU cria a Comissão de Brundtland com o objetivo de discutir as questões pertinentes aos processos de desenvolvimento adotados pelos países. Foi então, no relatório dessa

comissão em 1987, que foi definido o conceito a respeito deste novo modelo: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD *apud* BARBIERI, 2005).

O desenvolvimento em suas múltiplas dimensões é motivo de reflexões e extensos debates, principalmente quando se quer compreender que este termo não é sinônimo do crescimento econômico, embora ele seja indispensável para o desenvolvimento. Sachs (1993) define cinco dimensões prioritárias para o desenvolvimento sustentável. São elas:

- Sustentabilidade Social: baseia-se nas condições do que é uma boa sociedade. Portanto, visa promover a equidade, reduzindo os diferentes padrões de vida entre as populações, dando condições melhores de vida a todos.

- Sustentabilidade econômica: refere-se à alocação e gestão dos recursos públicos e privados mais eficiente. Para alcançá-la é necessário superar as condições de dívida e do fluxo líquido de recursos financeiros das diferentes regiões, as adversidades nas relações de troca, as barreiras existentes nos países industrializados e, por fim, superar os entraves do acesso à ciência e à tecnologia.

- Sustentabilidade ecológica: apoia-se na redução do consumo de recursos naturais e produção de resíduos, promovendo mais pesquisas e tecnologias limpas.

Outras duas dimensões podem ser consideradas: a sustentabilidade espacial e cultural. O desafio proposto é a conjugação harmônica de tais dimensões, consideradas fundamentais, para promoção do desenvolvimento sustentável.

Conforme Veiga (2008) até meados dos anos 70 o desenvolvimento era tido como sinônimo de crescimento econômico, alguns autores entendiam que com o progresso material as populações melhorariam “naturalmente” suas condições de vida. Porém, constatou-se que o crescimento econômico expressivo não se refletia diretamente numa distribuição de renda e de condições de vida digna para todos. Essa limitação fez com que a ONU incorporasse junto ao indicador de renda per capita, tradicionalmente usado

para medir o desenvolvimento dos países, indicadores de saúde e educação, o que resultou no IDH. Entendera-se que o conceito de desenvolvimento necessitava de valores que não se referissem apenas à dinâmica econômica, mas também a social. Assim, desenvolvimento passou a ser considerado o crescimento econômico, acompanhado por melhorias no nível de vida e bem-estar dos cidadãos. Ele passou a requerer alterações estruturais na economia (SANDRONI, 1994) e a potencializar as características de cada região respeitando suas particularidades.

Conforme Leff (2001) a crise ambiental veio questionar os paradigmas vigentes que impulsionam o crescimento econômico e negam a natureza. A sucessão da apropriação dessa crescente preocupação torna os vários setores, que nos anos 80 começa a ser incorporada pelo sistema econômico. Essa discussão alcançou a sociedade civil, o Estado e o mercado. No entanto, Leis (1996) faz referencia a não estagnação da questão ambiental sob o viés econômico, caso contrário, esse movimento pode estar suscetível a não se torna um movimento vital. O mesmo autor define com muita propriedade essa realidade:

Seria ingênuo não perceber que o ambientalismo vem recebendo nas últimas décadas a forte influência e participação dos atores provenientes dos setores político e econômico marcados por valores e práticas tradicionais orientados para uma procura de poder e riqueza, ele não esteja correndo sérios riscos de ser colonizado e perder sua força vital.

A década de 1960 e 70, marcadas pelas contribuições de cientistas e ONGs, norteou valores e práticas mais orientadas pela solidariedade e cooperação, diferente da perspectiva mercadológica ou política. No entanto, a multissetorização dessa questão demanda, parece-nos, a participação do campo religioso, este marcado pela valorização espiritual. É nesse sentido que a partir da Rio-92, observa-se o aumento da incorporação desse setor na questão em pauta (LEIS, 1996).

Nesse sentido torna-se preocupante a entrada do setor empresarial na disputa dessa agenda, considerando que estão imbuídos num sistema que privilegia a propriedade privada do capital, e que o fim de suas ações geralmente terá uma motivação econômica. No caso específico desse trabalho

que trata de uma organização sem cunho lucrativo, é importante compreender como essa temática entrelaça-se com a gestão justamente para entender a existência ou não de uma ponte entre o discurso sobre a sustentabilidade e a efetividade dele.

Leff (2001) faz algumas considerações a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável. Ele faz referência ao abandono de algumas estratégias do ecodesenvolvimento pelo desenvolvimento sustentável. O autor afirma que nesse processo de mudanças a visão crítica e transformadora do ecodesenvolvimento dissolveu seu potencial. O esforço dessa mudança se concentrou em estabelecer um conceito capaz de “ecologizar a economia” e de tornar possível, pelo menos na teoria, o crescimento econômico e a preservação da natureza. Essa perda da essência da causa ambiental, - como uma crítica de fato ao sistema vigente de exploração sem precedentes, que representa uma crise do paradigma da modernidade e do modelo de desenvolvimento, - permitiu que o viés economicista entrasse nesse debate.

O discurso do ambientalismo empresarial gera um “certo conforto” no sentido de atribuir uma “certa preocupação” com a degradação ambiental. Contudo esse discurso é cego, ineficaz e paliativo, na medida em que nega a crise socioambiental, ou minimamente tenta remedia-la pela lógica economicista. Dessa forma questiona-se: desenvolvimento sustentável representa capitalizar a natureza e ecologizar a ordem econômica? Raynaut (2004) sugere a seguinte questão em se tratando de sustentabilidade: sustentabilidade para quem?

Leff (2001) diz que a desconstrução da racionalidade capitalista requer a construção de outra racionalidade social. Afirma o autor que nas práticas de apropriação e transformação da natureza se confrontam diferentes racionalidades: a capitalista de uso dos recursos; a racionalidade ecológica das práticas produtivas e a dos estilos étnicos de uso da natureza. Sugere ele a construção da racionalidade ambiental, a qual contempla as questões sociais e ambientais, através da articulação de quatro esferas: substantiva, teórica, instrumental e cultural. Essa racionalidade, sugerida pelo autor é resultado de interesses e de práticas sociais que articulam, dá sentido e organizam socialmente o meio através de direcionamentos ou certas regras socialmente

construídas. É através da construção da racionalidade ambiental desconstrutora da racionalidade capitalista que se forma o saber ambiental.

Este trabalho considera relevante a temática da sustentabilidade, na medida em que ela está posta para além do senso comum, na compreensão da articulação harmônica das suas diferentes dimensões. A proposta do desenvolvimento em bases sustentáveis e da administração sob um viés mais crítico, como categorias, deram base ao trabalho conjunto e, especialmente, a este estudo, pois, permitiu compreender propostas da contra-hegemonia ou alternativas ao modelo hegemônico, bastante relevantes para a economia solidária.

2.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Definiu-se que o caminho a ser percorrido para realizar a pesquisa seria da seguinte forma: em conjunto far-se-ia uma identificação, através do diagnóstico sócio-econômico-ambientais, da situação de vida⁴ dos agricultores da comunidade; após essa fase cada mestranda se dedicaria a pesquisa mais aprofundada, de caráter qualitativo, nas instituições e agricultores diretamente relacionados com os objetos particulares de investigação. Nesta última fase definir-se-ia a estratégia de pesquisa conveniente com seus objetivos e com a realidade das respectivas instituições.

Os meses de setembro a dezembro de 2010 foram dedicados a compreensão e adaptação do formulário (CORONA et al, 2005) que seria utilizado na pesquisa geral com todos os agricultores da comunidade Fazenda Mazurana no município de Dois Vizinhos. O formulário foi construído pelo

⁴ Conforme Raynaut e Ferreira (2002, p.32), o conceito de situação de vida: “Abarca as exigências, as restrições e as potencialidades materiais, sociais e culturais (ambiente, condições e quadro de vida) que compõem o contexto ao qual um indivíduo, uma família, uma comunidade acham-se submetidos. Mas, ao mesmo tempo, contém implícita a ideia de mudança ou de espaço para a ação social, na medida em que articula a este dado, conjunto de elementos, as estratégias que os atores sociais desenvolvem para recompor este contexto, interpretando-o e combinando seus elementos conforme seus objetivos – estes últimos sendo, por sua vez, mais ou menos norteados pelos seus projetos de vida”.

grupo de pesquisa sobre o rural metropolitano da turma 2005, do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. A partir desse formulário foram construídos indicadores por Corona (2006) que congregavam os dados para demonstrar a situação socioeconômica e ambiental dos agricultores pesquisados.

Mesmo compreendendo as limitações que por vezes pode haver pelo uso de medições estatísticas nas ciências sociais, porque a compreensão de fenômenos da realidade social são complexos e nem sempre passíveis apenas de serem medidos, evidenciando a fragilidade do uso de indicadores para expressar os fatos que são dinâmicos. Contudo, optou-se por diagnosticar a realidade através de um instrumento de medição como uma forma exploratória e de entendimento da situação em que se encontram os agricultores da comunidade pesquisada, que norteou um maior aprofundamento posterior.

Algumas adaptações foram feitas no formulário utilizado para diagnóstico, pois, algumas informações nele contidas não eram tão relevantes à nossa realidade e outras que não estavam contempladas deviam ser incluídas. Foi elaborada uma pontuação para algumas questões para comporem a categorização (explicada no próximo item desse capítulo). Assim, conforme a situação do agricultor este atingia certa pontuação que o caracterizava em determinada condição. Para tabulação dos dados do diagnóstico foi utilizado o Software de Pesquisa Inteligere.

Há aproximadamente 80 famílias na comunidade, mas, para a pesquisa levou-se em consideração o número de propriedades, pois, muitas dos estabelecimentos congregavam mais de uma família. Então, foram realizadas 47 entrevistas com os agricultores, na segunda semana de janeiro de 2011. A pesquisa na comunidade foi uma experiência muito relevante, pois, manteve os mestrandos por um tempo razoável em contato com as famílias, integrando-se à realidade da agricultura familiar naquela comunidade.

Essa fase se caracteriza como quantitativa, pois busca transformar informações em números para possibilitar a classificação e análise. Para Richardson (2008), esta modalidade de pesquisa busca, através da quantificação, a coleta das informações e a análise final por meio de técnicas estatísticas, independente da complexidade do objeto estudado.

A segunda fase, para fins da pesquisa individual, foi realizada com a Cresol de Dois Vizinhos mediante entrevista semi-estruturada com o dirigente, um funcionários e com o agente de crédito da Comunidade Fazenda Mazurana, com fins de identificar as ações da organização no que se referente a dinâmica da autogestão e das contribuições para a sustentabilidade da agricultura familiar (roteiro da entrevista nos apêndices). Também foi utilizada a técnica da pesquisa documental de apontamentos históricos e publicações da entidade e sobre ela, e ainda, documentações de avaliação das suas atividades. Conforme Bardin *apud* Triviños (1987) a análise documental visa obter indicadores quantitativos ou não, que toleram a inferência de conhecimentos previamente revisados pelo pesquisador.

Após o diagnóstico na comunidade foram selecionados os agricultores da Cresol que representassem as diferentes situações de vida a partir de uma síntese comparativa do diagnóstico sócio-econômico-ambiental. A escolha se efetuou através dos diferentes resultados dos três diagnósticos, dos 23 cooperados da Cresol foram entrevistados 10. Essa etapa foi realizada mediante entrevista com base no roteiro de questões (em apêndices), sendo que as respostas foram gravadas, com os entrevistados cientes, os quais permitiram a gravação e o uso dos depoimentos, com o compromisso de manter o anonimato. As falas dos agricultores cooperados da Cresol permitiram o aprofundamento necessário para compreender com maior detalhe a situação por eles vivenciadas.

Considerando que tal trabalho preocupou-se em interpretar um fenômeno social sob o ponto de vista crítico, remete a elementos metodológicos do materialismo dialético. Dessa forma, para análise das informações e dados coletados, este trabalho utilizou categorias de subsídio para analisar, em primeiro lugar, a relação entre a experiência individual ou particular da Cresol na relação com o desenvolvimento convencional geral da sociedade, a qual menciona as características gerais delineando o fenômeno até atingir as peculiaridades específicas dele. Considerando que o modelo de desenvolvimento hegemônico da sociedade está pautado nas regras do capital, pensa-se a economia solidária como um particular elemento da totalidade. Partiu-se da compreensão do processo histórico do Sistema Cresol, da

Singular de Dois Vizinhos e especificamente as famílias da comunidade pesquisada. “O individual e o geral estão ligados. Não existe geral sem o individual, como também não existe o individual sem o geral.” (RICHARDSON, 2008).

Em segundo lugar, a categoria refere-se à possibilidade daquilo que pode surgir considerando a uniformidade do desenvolvimento, em contraposição a realidade, ou seja, aquilo que já aconteceu ou está acontecendo. Conforme Richardson (2008, p. 53)

Os objetos ou fenômenos não existem eternamente. Podem surgir, tornar-se realidade só quando existem as respectivas condições. O conjunto dessas condições é que representa a possibilidade do surgimento do objeto ou fenômeno.

Assim, este trabalho pretendeu abordar a realidade, como sendo o modelo hegemônico de desenvolvimento, pautado nas condições de desigualdade e exploração da natureza, resultado dos caminhos traçados pela modernidade. A possibilidade ou a alternativa, que consiste em um modelo de desenvolvimento justo e equitativo, o desenvolvimento solidário e sustentável, contido na proposta da economia solidária. Ainda, deseja-se averiguar a realidade da gestão convencional numa perspectiva capitalista, e a possibilidade da autogestão, que é a gestão democratizada buscando beneficiar a todos.

2.2.1 Categorização do Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental

A categorização foi feita em três níveis: Bom, Razoável e Precário. Para pontuar cada categoria foi utilizada a seguinte estratégia: somou-se a pontuação mínima e máxima que o agricultor poderia fazer em cada um dos diagnósticos (social, econômico e ambiental) conforme o número de questões e, o intervalo entre o mínimo e o máximo dividiu-se por três, dando o valor do intervalo de uma categoria a outra. Para compreender melhor vejamos a explicação do formulário para o diagnóstico.

2.3.1 Diagnóstico Social

Para constituir o formulário de diagnóstico social foram selecionadas questões que se vinculam ao Artigo 25º, nº 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Dessa forma, foram utilizadas as seguintes questões:

a) Condições de moradia:

Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Tipo da Casa	Madeira	Mista	Alvenaria
Estado	Precário	Razoável	Bom
Banheiro	Externo		Interno
Água	Não Encanada		Encanada
Telefone	Não Tem	Utiliza o Público	Fixo Próprio
		Utiliza de Outros	Celular

Quadro 1 - Condições de Moradia

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico social.

b) Escolaridade

Na pontuação da escolaridade foram consideradas as pessoas maiores de quinze anos. Então, as situações foram pontuadas da seguinte forma:

Idade/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
15 até 18 anos	Sem Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo
	Pré-Escola		Ensino Médio Incompleto ou Completo
Acima de 18 anos	Sem Escolaridade	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo
	Pré-Escola	Ensino Médio Incompleto	Ensino Superior Incompleto
	Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Superior Completo

Quadro 2 - Escolaridade

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico social

Dos resultados obtidos foi feita uma média geral da família para que aqueles que tivessem mais membros não pontuassem mais do que os que tinham menor número de membros na família. Dessa forma, foi atribuído 1 para o precário, 2 para razoável e 3 para bom, somado todas a pontuação da família e dividido pelo número de membros. Assim, as médias equivalentes a 1 até 1,5 foram consideradas precárias, de 1,5 até 2,5 foram consideradas razoáveis e, finalmente, de 2,5 a 3 ficaram na categoria bom.

c) Utilização de Transporte

Peso 01	Peso 02	Peso 03
Outros	Coletivo Público	Carro próprio
	Coletivo Privado	Moto própria

Quadro 3 – Utilização de Transporte.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico social

A opção “outros” foi considerada como precária, pois, entendeu-se que ela pode se referir a meios de transporte como bicicleta própria ou de outros e de outros meios que não são os contemplados nas alternativas, portanto, provavelmente mais precários que aqueles.

d) Acesso a Saúde

Peso 01	Peso 02	Peso 03
Não tem acesso	Acessa apenas no posto da comunidade	Tem acesso a outros locais, além do posto da comunidade

Quadro 4 – Acesso a Saúde.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico social

Em outra questão foi especificado qual acesso o agricultor tem, se em hospital particular, público, na cidade, na região, etc.

e) Acesso ao Lazer

Peso 01	Peso 02	Peso 03
Não tem acesso	Acessa na comunidade	Acessa na comunidade e fora dela

Quadro 5 – Acesso a Lazer.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico social

Esse item está no mesmo caso do acima, o agricultor pode acessar o lazer somente na comunidade ou participar em outras comunidades, ou mesmo na cidade e fora dela.

Ao todo foram nove questões nesse diagnóstico que contemplaram todos os itens abordados acima. Desse modo, a pontuação mínima que o agricultor poderia fazer seria nove e a máxima 31 caso ele tivesse itens a mais, como no caso de ter carro e moto ou telefone fixo e também celular. Neste caso, fez-se a conta:

$$31 - 9 = 22 / 3 = 7,333$$

Assim, definiu-se o intervalo de uma categoria a outra, ficando agrupados os resultados da seguinte forma:

Precário	9 >= < 16,33
Razoável	16,33 >= < 23,66
Bom	23,66 >= < 231

Embora a realidade social contenha aspectos abstratos e subjetivos, tentou-se com esse diagnóstico exprimir essa realidade quantitativamente utilizando algumas variáveis relevantes para medir o suficiente para uma vida digna.

2.3.2 Diagnóstico Econômico

Esse diagnóstico foi construído a partir de dados relacionados ao número de bens móveis, tamanho da casa e renda familiar, conforme explicado abaixo.

a) Bens móveis

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Eletrodomésticos e Eletrônicos	Até 4 equipamentos	De 5 a 7 equipamentos	Acima de 7 equipamentos
Veículos	Bicicleta	Moto	Carro
			Caminhão
Equipamentos Mecânicos	De 0 a 1 equipamentos	De 2 a 4 equipamentos	Acima de 4 equipamentos

Quadro 6 – Bens móveis.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico econômico.

Eletrodomésticos e eletrônicos foram caracterizados dessa forma, pois, na realidade da agricultura familiar itens como: geladeira, fogão a gás, chuveiro elétrico e rádio seriam quase que comuns a todos, somando quatro equipamentos. Outros itens somam-se a esses, sendo muito comuns também, tais como TV, parabólica, tanquinho ou a máquina de lavar roupa e, conforme mostrarão os dados, itens menos comuns como o computador e freezer.

Nos veículos incluiu-se a bicicleta, pois, é bastante comum no meio rural utilizá-la como meio de transporte. Considera-se também que tornou-se uma opção bastante recomendável pela não emissão de gases poluentes, como é o caso dos outros veículos. Além disso, ela é considerada um veículo pelo Código de Transito Brasileiro (CTB), que define bicicleta como um “veículo de propulsão humana, dotado de duas rodas, não sendo, para efeito deste Código, similar à motocicleta, motoneta e ciclomotor” (Anexo I do CTB).

Dos equipamentos mecânicos considerados foram os seguintes: trator, grade, motores, pulverizador mecânico, plantadeira, colheitadeira, micro-trator, ordenhadeira mecânica e tanque de expansão.

b) Tamanho da Casa

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Tamanho da Casa	Até 20m ² por pessoa	De 20 a 40m ² por pessoa	Acima de 40m ² por pessoa

Quadro 7 – Tamanho da Casa.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico econômico.

O padrão de medidas considerado foi baseado no tamanho médio das moradias populares construídas na região: 50m². No campo se coletou a metragem da casa, então, para compor o diagnóstico foi construída uma questão do tamanho da casa por membro da família.

c) Renda Familiar

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Renda Bruta Mensal Per Capita	Renda até ½ Salário Mínimo	De ½ a 1 ½ Salário Mínimo	Acima de 1 ½ Salário Mínimo
Renda Familiar nos Últimos 20 anos	Diminuiu	Mesma	Aumentou

Quadro 8 – Renda Familiar.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico econômico.

Da mesma forma que o tamanho da casa, a renda foi coletada levando em conta o total do ano, já que suas principais fontes de renda não são mensais. Então, para compor o diagnóstico foi somado o total da renda anual da família, que foi composto pela renda oriunda da lavoura, pecuária, aposentadoria, trabalho assalariado não agrícola e agrícola e outros, e dividido pelo número de meses e pelo número de membros da família. O salário mínimo considerado foi o vigente no estado do Paraná no ano de 2010, equivalente a 545,00 reais.

Ao todo foram seis questões que compuseram o diagnóstico econômico. Dessa forma, a pontuação mínima que o agricultor poderia fazer seria seis e a máxima 21. Então, fez-se a seguinte equação:

$$21 - 6 = 15 / 3 = 5$$

Assim, definiu-se o intervalo de uma categoria a outra, ficando agrupados os resultados da seguinte forma:

Precário	6 >=< 11
Razoável	11 >=< 16
Bom	16 >=< 21

2.3.3 Diagnóstico Ambiental

Na construção do diagnóstico ambiental pensou-se em contemplar a realidade da produção, preservação ambiental e saneamento. Dessa forma, se considerou as seguintes questões:

a) Produção – cuidados com o solo

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 03
Curva de nível ou terraceamento	Não	Sim
Rotação de culturas	Não	Sim
Prática de Queimadas	Sim	Não
Adubação verde	Não	Sim
Adubação orgânica	Não	Sim
Plantio direto	Não	Sim
Erosão nos solos	Sim	Não
Adubo químico	Sim	Não
Inseticida	Sim	Não
Herbicida	Sim	Não
Fungicida	Sim	Não

Quadro 9 – Cuidados com o solo.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico ambiental.

Foram dedicadas bastantes questões a avaliação da produção, pois, é o fenômeno de maior impacto no âmbito da agricultura familiar. Essas questões não pontuam nível intermediário (razoável) pois, referem-se as práticas relacionadas à produção. A pontuação intermediária se faz na junção de questões benéficas e ações não recomendáveis ao meio ambiente, como é o caso do plantio direto que, do ponto de vista ambiental é uma ação menos agressora ao solo. Contudo, o ideal é que esteja combinada com a curva de nível ou terraceamento. Destaca-se que as queimadas, conforme o Art. 27 do

código florestal é uma prática proibida: “É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação”.

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Uso de Máquinas e Equipamentos	Utiliza trator, grade, Pulverizador Mec., Plantadeira, Colheitadeira	Utiliza trator, grade e equipamentos de tração animal ou manual	Utiliza equipamentos de tração animal ou manuais

Quadro 10 – Utilização de maquinário e equipamentos.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico ambiental.

O uso de maquinário, se visto sob a perspectiva ambiental, na agricultura pode ser entendido como um fator que agride o meio ambiente de duas formas: pela rápida compactação do solo, que diminui a infiltração da água, podendo provocar erosões e deficiência na armazenagem de água suficiente as culturas, influenciando também no crescimento das raízes da planta cultivada e; pelo consumo de energia com combustíveis poluentes, ao contrário de equipamentos manuais ou de tração animal (conforme orientação de BRAIDA, 2010/11).

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Uso de insumos químicos/agrotóxicos	Aumentou	Mesma	Diminuiu
Uso de insumos orgânicos/verde	Diminuiu	Mesma	Aumentou

Quadro 11 – Uso de insumos.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico ambiental.

A tabela acima mostra o uso de insumos químicos e orgânicos/verdes, nos últimos vinte anos. Conforme o volume de utilização feita nos últimos anos foi pontuado a situação do agricultor.

b) Preservação Ambiental

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 03
Proteção artificial nas nascentes	Não	Sim
Mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos	Não	Sim
Cultivo em áreas quebradas	Sim	Não

Quadro 12 – Preservação Ambiental.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico ambiental.

Conforme o Código Florestal (art. 2º) a área de preservação permanente de florestas e demais formas de vegetação natural devem estar presentes “ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água desde o seu nível mais alto em faixa marginal” e “nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados “olhos d’água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura”.

Quanto ao cultivo em áreas quebradas refere-se a culturas em áreas com declive, nas quais se deve ter preservação permanente. Conforme também mostra o Código Florestal (art.2º) quando normatiza que em encostas com declividade maior que 45º deve-se preservar floresta ou a vegetação natural.

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Área de mato/floresta	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Volume de animais silvestres	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Diversidade de animais silvestres	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Volume de água das nascentes	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Volume de água dos córregos e rios	Diminuiu	Mesma	Aumentou
Qualidade de água das nascentes	Diminuiu	Mesma	Aumentou

Qualidade da água dos córregos e rios	Diminuiu	Mesma	Aumentou
---------------------------------------	----------	-------	----------

Quadro 13 – Mudanças nos últimos vinte anos.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico ambiental.

Essas questões também mostram as mudanças ocorridas em cada propriedade nos últimos vinte anos. Como podemos observar as questões se interligam, por exemplo, o caso da área com mato/floresta, a alteração no seu volume acarreta mudanças no volume de animais silvestres ou mesmo na diversidade deles. Essas questões, assim como algumas outras, mas principalmente essas, não só alteram a dinâmica da propriedade, mas também reflete na comunidade.

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Utilização de madeira da propriedade	Natural		Não utiliza
			Plantada
Conservação e recuperação florestal	Reserva florestal menor que 12%	Reserva florestal de 12 a 19%	Reserva florestal acima de 20%

Quadro 14 – A respeito de árvores plantadas.

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico ambiental.

Quando não há reflorestamento e o agricultor afirmou que utiliza madeira da propriedade ele se encontra em uma situação precária, pois, degrada o meio ambiente. Ao contrário daquele que utiliza madeira da propriedade e faz reflorestamento ou não utiliza.

A questão da conservação e recuperação florestal foi construída a partir do Decreto 387/99, o qual normatiza 20% a área mínima de reserva legal nas propriedades rurais até 50 ha, que é o caso de todas as propriedade pesquisadas. Para as áreas que inexistem reserva legal, o decreto regula que os responsáveis deverão assinar um Termo de Compromisso de Conservação e

Recuperação Florestal, o que firma-se sobre a premissa de que a recuperação do 20% pode ocorrer em até 20 anos a partir da data de vigência do Decreto.

c) Saneamento

Descrição/Pesos	Peso 01	Peso 02	Peso 03
Esgoto	Vala, sanga	Fossa Negra	Rede
Lixo Orgânico	Céu aberto/vala	Enterra	Compostagem/adubo
			Coleta pública
Lixo Não Orgânico	Enterra		Coleta Pública
	Queima		
Embalagem de agrotóxico e produtos veterinários	Queima na propriedade	Armazena na propriedade	Recolhido pela SEAB ou empresas
	Enterra na propriedade		
	Reutiliza		Não utiliza
	Deixa a céu aberto		

Quadro 15 – Saneamento

Fonte: Quadro explicativo do instrumento do diagnóstico ambiental.

Nesse foram considerados o destino do esgoto, lixo orgânico e não orgânico e o destino das embalagens de agrotóxico e produtos veterinários. Além de indicar conseqüências ambientais no destino incorreto dos itens acima, ele mostra debilidades ou não de acesso a serviços sociais, como a falta de serviço adequado, promovido pelo poder público, para coleta, podendo acarretar em doenças.

Compuseram o diagnóstico ambiental 32 questões. Dessa forma, a pontuação mínima que o agricultor poderia fazer seria 32 e a máxima 96. Então, fez-se a seguinte equação:

$$96 - 32 = 64 / 3 = 21,33$$

Assim, definiu-se o intervalo de uma categoria a outra, ficando agrupados os resultados da seguinte forma:

Precário	32 \geq < 53,33
Razoável	53,33 \geq < 74,67
Bom	74,67 \geq < 96

A aplicação do diagnóstico apresentado permitiu o conhecimento do lócus de pesquisa, de forma exploratória, para posterior pesquisa dos objetos individuais.

3 SENTIDOS DA FORÇA POPULAR: ALTERNATIVAS DE INCLUSÃO

3.1 NA CONTRAMÃO: PROPOSTAS DA CONTRA-HEGEMONIA

Agora, aqui, veja, é preciso correr o máximo que você puder para permanecer no mesmo lugar. Se quiser ir a um outro lugar, deve correr pelo menos duas vezes mais depressa do que isso! (Lewis Carroll)

A globalização e o neoliberalismo tornaram-se o direcionador hegemônico para construção de políticas por parte dos governos e organizações internacionais. O fenômeno da globalização é bastante complexo, devido, aos diversos olhares que se pode interpretá-lo. Geralmente vista sob o aspecto econômico, a globalização, é reduzida a transnacionalização da produção de bens, do mercado financeiro, contudo, esta é a globalização existente no Ocidente, é a globalização bem sucedida de algum localismo. Portanto, não existe uma condição global se não tiver uma raiz local. Santos (2002) afirma que seria igualmente coerente, em termos analíticos, se utilizássemos o termo localização, no lugar de globalização. “O motivo por que é preferido o último termo é, basicamente, o facto de o discurso científico hegemónico tender a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores” (SANTOS, p.36, 2002).

Globalização, conforme o mesmo autor (2002, p. 16), significa o “conjunto de relações desiguais”, representa a “expressão exponencial das relações transfronteiriças [...], com a conseqüente transformação das escalas que tem dominado até agora os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura”. Ou mesmo, um “processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, p. 03, 2002).

A globalização é um campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos ou contra-hegemônicos. No entanto, ela é consensual no seu campo hegemônico, que a torna dominante e legitima-a como possível

e adequada. Da mesma forma dos conceitos de modernização e desenvolvimento, o conceito de globalização tem componentes descritivo e prescritivo. Embora o processo seja complexo, ela é prescritiva na medida em que está ancorada em um consenso hegemônico. O consenso neoliberal ou “consenso de Washington”, assim conhecido por ter sido realizado em Washington, subscreve as diretrizes sobre o “futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia”, elaborado pelos países centrais no cenário mundial. Nem todas as dimensões da globalização estão contempladas nesse consenso, embora, todas elas sejam afetadas. Ainda que ele tenha trazido as fortes características da globalização hoje, como consequência das divergências no campo hegemônico e também das iniciativas subalternas, o consenso neoliberal está em crise na atualidade, muitos até se referem a ele como pós-Consenso de Washington (SANTOS, 2002, p. 27).

Para muitos autores só existe uma globalização, a capitalista neoliberal. Portanto, o que seria uma reação contra ela é a localização auto-assumida, que pode ser entendida como iniciativas de agricultura familiar, comércios locais, formas locais de auto-governo, sistemas de trocas locais com moedas próprias, entre outras. Este trabalho entende, sob a perspectiva de Santos (2002, 2002) que, embora haja sim uma valorização das sociabilidades locais, essas iniciativas não representam necessariamente um isolamento sem influências globais. O autor cita Norberg-Hodge (1996) sobre a necessidade de diferenciar as estratégias para “pôr freio à expansão descontrolada da globalização” das “estratégias que promovam soluções reais para as populações reais”. A primeira refere-se a tratados translocais como forma de proteger as populações e meio ambiente das trocas comerciais. Já no segundo entende-se que as estratégias locais são de suma importância e só pode ser possível com iniciativas de pequenas localidades.

A sociedade civil tende a ser a força que pode manter o equilíbrio da globalização neoliberal. Pelo seu caráter reformista, representa uma possibilidade de diminuir as desigualdades e humanizar a globalização. Essa é uma referencia bastante otimista sobre o papel da sociedade civil (KATZ,

2007). Pensa-se Antonio Gramsci no sentido de entender como a sociedade civil pode interferir na transformação da hegemonia.

Gramsci, ao perceber, a partir da segunda metade do século XIX, a diversidade de auto-organizações, - sindicatos, partidos de massa, associações -, deu a essa nova esfera o nome de sociedade civil. E é nessa esfera que há uma importante arena na luta de classes, já que, nela é possível conquistar a hegemonia (COUTINHO, 1999). Williams (1979) fala como o marxismo ampliou o entendimento sobre hegemonia com Gramsci. Entendida como um poder ou domínio político através das relações entre Estados, a hegemonia, sob uma ótica crítica, passa a ser entendida como as relações entre classes sociais. O autor ajuda a entender Gramsci explicando que esse conceito inclui e ultrapassa o que seria cultura e ideologia. O primeiro como “um todo processo social”, isto é, em toda sociedade há desigualdades de classes sociais, portanto, não há homogeneidade na distribuição de poder e influência. Assim, Gramsci introduziu a necessidade de compreender o domínio e subordinação naquilo que deve ser entendido como “todo um processo”. E é nesse sentido de compreensão da totalidade que o conceito vai além da ideologia, já que, supera as idéias e crenças e considera todo o processo social vivido, as relações mantidas.

De acordo com o pensamento de Gramsci, em hegemonia um pensamento se torna dominante para influenciar normas, valores, práticas políticas e relações sociais (KATZ, 2007). Assim, seria uma direção moral e intelectual instaurada pelo consenso, dessa forma, o poder de coerção juntamente com o consenso resultaria em um domínio sobre uma visão de mundo e de convívio social (GRAMSCI, 1982). Alguns elementos da sociedade civil são captados pela classe dominante, de forma a gerar uma identificação com a ordem hegemônica. Ao captar idéias forma-se um consenso cultural e político, dessa forma a sociedade civil é usada pela classe dominante para que esta se mantenha hegemônica. Isso se torna uma *revolução passiva*, pois, grupos dominantes permitem certa “liberdade de expressão” e com isso se mantém na aceitação da maioria (KATZ, 2007; COUTINHO, 1999).

Para Williams (1979, p. 113) a hegemonia:

é então não apenas o nível articulado superior de 'ideologia', nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como 'manipulação' ou 'dominação'. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores –constitutivo e constituidor– que, ao serem experimentados como prática, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas da sua vida.

A classe dominante compreende alguma necessidade da sociedade civil e responde a esta dentro dos interesses da primeira; no entanto, há porções da sociedade civil que não se curvam ao conformismo ou passividade e se manifestam contrariamente reivindicando um novo posicionamento. Assim, o mesmo autor afirma que a hegemonia:

também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes na prática (WILLIAMS, 1979 p. 115-116).

O autor continua explicando que embora a definição de hegemonia seja sempre domínio, ela jamais será total e exclusiva. As iniciativas contra hegemônicas são importantes não em si mesmas somente, mas como uma forma de indicar o que o processo dominante tentou controlar na prática.

Estabelecer uma guerra de oposição, tomando a direção moral e intelectual da sociedade, através da organização da sociedade civil, seria talvez a melhor estratégia para construir uma organização social. Algumas condições são essenciais para que haja uma mudança. A primeira envolveria a criação de um "bloco histórico" por parte do movimento global contra-hegemônico; a segunda refere-se a criação de uma ideologia social-democrata pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) que deve se opor ao consenso neoliberal existente; por último a criação de um bloco histórico que conduzirá a uma "guerra de posições", uma luta que vai conquistando e firmando as fundações de um novo regime (RUPERT *apud* KATZ, 2007).

Mushakoji (1999) ao falar da crise global, que conforme ele é resultado das escolhas paradigmáticas durante a história, diz que ela é uma crise política

e cultural, a qual afeta o poder e a ideologia e contribui para a criação de duas frentes conflitantes: hegemônica e contra-hegemônica. A “involução” conforme diz ele, é a palavra que define o benefício dos paradigmas dominantes às classes excluídas. Aí a necessidade de gerar novos paradigmas pela coligação contra-hegemônica que pode ser uma possibilidade de enfrentamento ou superação da crise global atual.

Ressalta-se que o posicionamento contra-hegemônico está neste trabalho como um processo de mostrar alternativas à sociedade. Por essa razão compreende-se que até alternativas contra-hegemônicas podem tender a torna-se hegemônicas e caminhar sobre o mesmo ciclo de dominação já conhecido. Possíveis ou não, iniciativas de economia solidária podem ser representações de organização popular alternativas a sociedade. Demo (2002) diz que tais iniciativas são contrárias ao capital na medida em que privilegiam a vida ao lucro. Razão pela qual organização de economias populares teria um caráter alternativo de organização social.

3.2 “ATÍPICO E INCLUSIVO”: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA

(...) todos iguais e desiguais, quando vivem dentro dos meus olhos tão ricos (Mário de Andrade).

Indivíduos e grupos se mobilizam pela autonomia desde a luta dos camponeses contra as fábricas da Inglaterra no século XVIII, até as lutas contemporâneas de indígenas contra a exploração de seus territórios. Esses confrontos são direcionados pela tradição do pensamento crítico, que buscam formas de sociedade mais justas como alternativas as sociedades capitalistas (SANTOS, 2002).

Compreende-se organizações “alternativas” como iniciativas populares, que em suas práticas e/ou teorias desafiam o capitalismo. Nesse sentido, Santos (2002) faz referência a visão crítica que direciona as discussões dessa

temática. E aqui se pretende fazer uma ressalva a respeito do que Gaiger (2008) afirma do cuidado que se deve ter ao relacionar as teses e categorias políticas das teorias marxistas à economia solidária de forma ideológica e programática. Portanto, sob a visão crítica, busca-se alternativas a três características do capitalismo: primeiro a desigualdade de recursos e poder produzida por esse sistema; segundo, formas de sociabilidade empobrecidas, resultado da relação de concorrência exigida pelo capitalismo; terceiro, a exploração da natureza de forma insustentável.

Dessa forma, as organizações de economia solidária podem ser uma das formas alternativa ao sistema, Santos (2002) comenta:

cooperativas não apontam somente para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para a criação de formas de sociabilidades solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática nas tomadas de decisões sobre as empresas. Ainda no mesmo contexto, propostas como a criação de uma renda mínima universal, acompanhada da diminuição do horário de trabalho, não procuram apenas estabelecer um nível de bem-estar material básico, mas também liberar tempo para sociabilidades e habilidades diferentes da exigidas pelo mercado (SANTOS, 2002, p.29).

Pode-se dizer que o paradigma da busca pelo lucro e da adaptabilidade do homem ao trabalho é questionado por esse modelo de organização, já que propõe uma gestão descentralizada e com divisão justa do lucro; e permite que o cooperado administre seu tempo conforme suas necessidades.

Nesse sentido pensa-se sobre Sen (2000) quando busca demonstrar o desenvolvimento como um processo da expansão das liberdades reais. O autor elucida que o desenvolvimento pode representar a expansão e garantia de liberdade para todos. Conforme ele é com o desenvolvimento que se removem “as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18). Para Sen (2000) garantir a autonomia e a liberdade dos indivíduos é essencialmente resultado da capacidade destes buscarem seus próprios recursos no mercado. No entanto, considera o autor que, uma das piores privações é a restrição desses indivíduos ao livre mercado. Conforme ele:

Restrições arbitrárias aos mecanismos de mercado podem levar a uma redução de liberdade devido aos efeitos conseqüências da ausência de mercados. Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações (SEN, 2000, p. 41).

A mais perversa das privações existente nos países ocidentais é limitar os indivíduos a acessar livremente, no mercado, produtos que satisfaçam suas necessidades. Não obstante, deve-se considerar que esta privação está intimamente ligada a ineficiência do mercado em proporcionar trabalho digno a todos. Sen (2000) defende o direito de se ter liberdade de trabalho, e esta se refere a poder escolher onde, como, quando e para quem se trabalha.

O autor também menciona a democracia como o principal instrumento para evitar fomes e desastres coletivos. A participação ativa de indivíduos pode beneficiar a todos e, além disso, evitar decisões de gestões ditatoriais que preocupa-se mais em atingir metas orçamentária às necessidades das populações.

Nesse sentido ele também destaca a importância das decisões individuais e autonomia dos indivíduos. Segundo ele temos que usar nossa autonomia individual em busca de melhores condições de vida para todos. “Entre as liberdades relevantes inclui-se a liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido” (Sen, 2000, p. 326).

Não se pode afirmar que a economia solidária é uma forma legítima de garantir o desenvolvimento e a liberdade na perspectiva seniana, seria uma afirmação bastante pretensiosa. No entanto, pode ser uma alternativa de remover privações, tais como a pobreza, restrição ao livre mercado, ao mercado de trabalho e a participação no ambiente de trabalho, entre outras. E ainda, conforme Almeida (2004) nos processos autogestionários, além da auto-sustentação na produção, há benefícios não materiais, tais como a autonomia, liberdade e autodeterminação. E nesse sentido que cita Demo (2004, p. 174) quando afirma que “esses benefícios não materiais não são acessórios descartáveis. Ao contrário, estão no cerne do sentido da vida”.

A economia solidária pode representar mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo incluir todos no seu processo de desenvolvimento. Ela pode ser uma alternativa superior ao capitalismo, não necessariamente em termos econômicos, mas, na medida em que pode melhorar a vida das pessoas (SINGER, 2002).

o traço característico do owenismo era sua instância no enfoque social: negava-se a aceitar a divisão da sociedade em uma esfera econômica e política e por uma razão rechaçava a ação política (...). New Lanark (local onde Owen tinha sua indústria – grifo meu) havia lhe ensinado que na vida de um trabalhador os salários são somente um de muitos fatores tais como o ambiente natural e doméstico, a qualidade e o preço dos bens, a estabilidade do emprego e a segurança de sua posição. (...) Mas o ajuste incluía muito mais do que isso. A educação de meninos e adultos, a provisão do entretenimento, dança e música e o pressuposto geral de elevadas normas morais e pessoais para velhos e jovens criavam a atmosfera em que a nova posição era alcançada pela população industrial em conjunto (POLANYI, 1980, p. 174).

Cita-se ainda Singer (2004) quando define algumas características do desenvolvimento capitalista que, segundo ele, são confrontados pelo modelo de desenvolvimento solidário. Como: a propriedade privada do capital, excluindo grande parte do povo trabalhador, dividindo a sociedade em classes antagônicas; as decisões no capitalismo são tomadas sempre visando a maximização do lucro; portanto, sem análise prévia sobre os impactos aos trabalhadores, empresas ou consumidores; o que impulsiona o desenvolvimento capitalista é a concorrência. Define ainda o autor a característica essencial do capitalismo: ele não é para todos, é um modelo social e geograficamente seletivo.

O desenvolvimento solidário é, conforme o mesmo autor, impulsionado por comunidades de pequenas firmas, cooperativas de trabalhadores ou associações sem fins lucrativos que são conduzidas por valores de cooperação e ajuda mútua, mesmo que competindo entre si no mercado. Ainda conforme ele, o desenvolvimento solidário e o capitalista apóiam-se nos mesmos avanços do conhecimento e sua aplicação aos empreendimentos humanos. Porém, diferenciam-se em seus propósitos, sendo que o primeiro sustenta-se em um desenvolvimento justo e igualitário; já o segundo, embora não há como negar que trouxe melhoras aos capitalistas e a uma parcela dos trabalhadores,

apóia-se na propriedade privada do capital, excluindo grande parte do povo trabalhador. E é neste sentido que surge o desenvolvimento em uma perspectiva solidária. Ele é uma reação contra a injustiça e exclusão, contra o modelo seletivo de desenvolvimento.

Evidencia-se aqui que o caráter alternativo dos empreendimentos autogestionários ainda não pode representar uma superação do modelo hegemônico. Contudo, Gaiger (2008) afirma que os empreendimentos solidários não são apenas atípicos quando comparados ao modo de produção capitalista, mas são também contrários: no modo de produção capitalista o “capital emprega o trabalho”, na forma solidária “os trabalhadores empregam o capital”. E ainda afirma que o trabalho exerce um papel central nesse modelo determinando uma racionalidade em que a “proteção daqueles que detêm a capacidade de trabalho torna-se vital.” (Idem, 2008, p. 192).

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias (GAIGER, 2008, p.193).

A possibilidade de transição de um modo de produção a outro não se resume em iniciativas isoladas ou mudanças momentâneas. Mas, requer deficiências críticas na estrutura no sistema existente e a insuficiência para tornar solúveis tais desafios. Aliado a isso uma nova proposta coerente e possível.

Para ilustrar esse entendimento pensemos na transição do período feudal para o capitalismo. Pereira e Gioia (1996, p.163) afirmam que “foi um período em que o conjunto de fatores preparou a degradação do sistema feudal e forneceu as condições para o surgimento do sistema capitalista.” Assim, n esse período de transição, novas idéias surgiram para agregar e posteriormente substituir as idéias velhas.

Os feudos tinham uma economia auto-suficiente. Por isso, a propriedade agrária era de suma importância para o feudalismo, dessa forma, as cidades não tinham grande importância. Na Idade Média, com a produção de excedentes agrícolas e artesanais, que por sua vez podiam ser trocados, já com as práticas das Cruzadas que contribuíam para se efetuar tais trocas, o comércio teve um crescimento, cooperando para o crescimento das cidades. Então, as cidades passaram a oferecer trabalho para um contingente maior de pessoas, atraindo novos servos camponeses para melhores oportunidades de trabalho. Por conseguinte, a burguesia foi sendo fortalecida, contribuindo para a idéia de nação, não mais o estado como um sistema fechado das leis e da literatura (PEREIRA e GIOIA, 1996).

Gaiger (2008) assevera que essa passagem representou o enfraquecimento do feudalismo e o aparecimento de condições históricas que abriram caminho para a lógica do capital. Conforme o autor a história pode nos mostrar alguns aspectos para mudanças: a forma capitalista de produção mostrou-se superior a ineficiência, na época, do feudalismo. Desta forma, para uma transição pós-capitalista não é o bastante a identificação das insuficiências do capitalismo, as necessidades sociais que ele não supre, ou mesmo sua irracionalidade. É preciso as evidências para uma nova lógica de desenvolvimento, não necessariamente impulsionada pelo capitalismo, mas sob ele, que “seria melhor correspondida por relações sociais de um novo tipo; no caso, as baseadas no labor associado dos trabalhadores” (Idem, p. 198, 2008). E uma segunda lição corresponde a insuficiência das contradições para uma nova lógica. “Contradições não faltam ao capitalismo, mas isso tampouco significa que esteja em colapso, ou que haja fatores que impeçam sua entrada em uma crise agônica, reiterativa” (KURZ, 1992 *apud* GAIGER, 2008, p. 198).

Da percepção dessa simbiose entre interesses próprios e alheios, nasce o interesse comum, base da ação de classe, entre indivíduos similarmemente situados no processo de produção da vida material. Quando uma nova forma de vida econômica corporifica-se, projeta consigo novos grupos, compelindo-os, segundo as circunstâncias, a lutarem por sua afirmação. Na transição para o capitalismo, os alvos da burguesia nascente foram as corporações de ofício e tudo mais que entravava a livre iniciativa. A lógica objetiva das transformações históricas (...) definirá o seu curso à medida que os atores em cena incidam sobre as condições que encontram, e na proporção em que

essas sustentem, por sua vez, aqueles protagonismos (GAIGER, 2008, p.208).

Assim, entende-se que as alternativas que emergem com a luta de pessoas por acesso a uma vida digna, podem ser consideradas pequenas iniciativas para um modelo “atípico”. Dessa forma, as experiências de cooperativismo solidário, em tese, é uma possibilidade alternativa de solidariedade na economia.

3.3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

(...) a felicidade não pode ser obtida individualmente; é inútil esperar-se pela felicidade isolada; todos devem compartilhar dela ou então a maioria nunca será capaz de gozá-la (Robert Owen).

Os primeiros registros de cooperativas são de meados do século XIX, notadamente na Alemanha e Inglaterra. A primeira cidade que formalizou uma cooperativa foi Rochdale na Inglaterra em 1844. Socialistas utópicos entendiam a cooperativa como um dos caminhos para uma nova ordem econômica, como um embrião para uma nova sociedade, principalmente quando considerado as manifestações da classe operária, especialmente na França e Inglaterra (RECH, 2000).

Dois rumos foram tomados pelos socialistas no decorrer da história do século XIX. Um representado pelos teóricos: Robert Owen (Inglaterra: 1771-1858), Charles Fourier (França: 1772-1837) e Ferdinand Lasalle (Alemanha: 1825-1864); os quais viam as cooperativas como um passo para superar o capitalismo em busca de um sistema socialista. E o segundo representado por Charles Gide (França: 1847-1932), o qual acreditava que o sistema capitalista podia ser substituído por uma República Cooperativa. Nesse modelo a soberania era do consumidor e das relações de mercado, dinâmica que beneficiaria a todos. Tais propostas eram muito encantadoras, considerando as

condições de trabalho, os contratos abusivos, a exploração da mão de obra e os salários miseráveis (RECH, 2000).

Robert Owen foi uma grande industrial que protegeu os trabalhadores, tendo em vista a vasta exploração da mão-de-obra na Grã-Bretanha (palco da Primeira Revolução Industrial). Frente a exploração de crianças, jornadas abusivas e outros fatores que oprimiam os trabalhadores, Owen destacou-se por seu comportamento generoso para com seus empregados.

Em 1815, encerrada o ciclo de guerras iniciado pela Revolução Francesa, a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. Owen fez uma proposta para reestabelecer a economia e auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego. Em 1817 ele apresentou a proposta ao governo, a qual foi aprovada, para o sustento dos pobres que aumentavam em número a cada dia. Owen sugeriu a construção de Aldeias Cooperativas, nas quais viveriam 1.200 pessoas. Assim, elas trabalhavam na terra e em indústrias, produzindo para sua própria subsistência e os excedentes da produção poderiam se trocados com outras aldeias. Owen cuidadosamente relatou os ganhos para o governo britânico, mostrando que haveria uma grande economia de recursos, já que os pobres seriam reinseridos na produção, diminuindo o número de desocupados. Em pouco tempo o valor subsidiado aos pobres seria aos cofres públicos e fundos desembolsados (SINGER, 2002).

No entanto, na segunda década do século XIX o governo britânico negou implementar o detalhado plano de Owen. Desmotivado mudou-se para o Estados Unidos e tentou implementar uma Aldeia Cooperativa no estado de Indiana, contudo, seus planos não foram bem-sucedidos e logo, em 1829 voltou a Inglaterra. Nesse mesmo tempo, discípulos de Owen começaram a mobilizar-se para abertura de cooperativas. Essa mobilização coincide com o aumento do sindicalismo desencadeado pela revogação dos Combination Acts (leis inglesas que proibiam o sindicalismo – lei promulgada em 1799 e 1800). Pode-se citar um dos grandes líderes do movimento sindicalista, o John Doherty, que organizou os fiandeiros de algodão em um sindicato nacional (SINGER, 2002).

A criação desse tipo de cooperativa, estritamente ligada a luta de classes conduzidas pelos sindicatos, conferia a essa luta uma

radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (SINGER, 2002, p. 29).

Diga-se, de passagem, o lema da autogestão foi e é uma frase dita por Karl Marx: “A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. E a definição da autogestão feita na Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa em maio de 1978 estabelece:

A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2004, p. 2).

Como todo socialista da época, Owen rejeitava o comércio visando a lucratividade, por isso, foram criados bazares ou bolsas para polarizar a produção das cooperativas. Como contrapartida seria o “clube de troca” que permitia a troca de mercadorias entre os membros mediante moeda própria. Assim Owen criou o National Equitable Labour Exchange (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo) com a finalidade de criar um espaço onde todos os cooperados poderiam trocar seus produtos. Em 1933 a gerência da bolsa foi transferida ao Comitê Sindical de Londres e por um tempo tiveram notável sucesso.

Em setembro de 1833 Owen propôs ao Sindicato dos Trabalhadores em Construção a criação da Grande Guilda Nacional dos Construtores para suplantarem os empreiteiros privados e tomar toda a indústria do ramo para formar uma grande cooperativa nacional de construção.

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos

mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos (SINGER, 2002, p. 33).

Ainda nesse ano, 1833, é aprovado o Factory Act, que estabelece uma legislação protetora aos trabalhadores. No entanto, não delimita a carga horária de trabalho, motivo que provocou uma reação dos sindicalistas. A reação para a conquista da jornada de trabalho de oito horas foi bastante intensa. Entendia-se que tudo era possível desde que houvesse ação uníssona dos trabalhadores.

Contudo, a ação dos empregadores também foi bastante penosa. Em julho de 1833 os sindicalistas que pertenciam ao Sindicato dos Trabalhadores em Construção foram demitidos. Essa luta prolongou-se até o final do ano com a derrota dos trabalhadores, que tiveram que abrir mão do sindicalismo para poder retornar ao trabalho. O setor têxtil, de olaria e outros movimentos cooperativos também tiveram que ser abandonados. Em 1834 o Comitê Sindical de Londres encerrou suas atividades por uma derrota do movimento dos operários em confronto com os empregadores. “A grande aventura sindical estava chegando ao fim sem glória” (COLE apud SINGER, 2002, p. 35).

Relatou-se a experiência inglesa por se tratar, conforme afirma Singer (2002) de um “cooperativismo revolucionário” sem precedentes. Esta fase inicial da história do cooperativismo evidenciou de forma nítida a ligação da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. Apesar das derrotas a idéia de que os trabalhadores poderiam se organizar e confrontar os modelos capitalistas de produção permaneceu viva em todo o processo. Além disso, Singer também se refere a outras lições que podem ser aprendidas, que é o caso dos Pioneiros de Rochdale:

O êxito econômico da cooperativa, que depois foi replicado em numerosas localidades da Grã-Bretanha e de outros países em transição ao capitalismo industrial, demonstra que o modo de produção capitalista apresenta brechas que podem ser aproveitadas para organizar atividades econômicas pro princípios totalmente diferente dos capitalistas e que, por isso, devem ser denominadas “socialistas” (SINGER, 1999).

Gaiger (2008) na sua análise também avalia as vantagens dos empreendimentos autogestionários na medida em que elimina com a mais-valia:

(...) A supressão das relações assalariadas e do antagonismo entre o capital e o trabalho a elas intrínseco, desonera a empresa igualmente por diminuir custos com estruturas de controle e supervisão, com estímulos pecuniários à fidelidade e eficiência dos que ocupam funções no topo da hierarquia, com programas destinados a conquistar a adesão dos trabalhadores aos objetivos da empresa; em suma, com estratégias as mais diversas da empresa capitalista, fadadas a recompor continuamente o espírito corporativo, sempre que situações críticas deixam a nu as contradições de classe que inescapavelmente a atravessam (idem, 2008, pp. 202).

Mesmo assim, cita-se Singer (1999) que refere-se a visão marxista sobre o cooperativismo, o qual faz menção a superação positiva da contradição entre capital e trabalho, constituindo um elemento do modo de produção socialista, que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista. Mas, destaca que nem por isso a cooperativa deixa de funcionar competitivamente no mercado, o que a obriga a enfrentar problemas cuja solução nem sempre se coaduna com seus princípios.

No Brasil, o registro da primeira cooperativa data do final do século XIX, mais precisamente em 1891, com a organização solidária Associação Cooperativa dos Empregados, em Limeira-SP. Em 1894 é fundada a Cooperativa de Consumo de Camaragibe no Estado de Pernambuco, em 1902 surgem as primeiras experiências no Rio Grande do Sul e em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (OCB *apud* SILVA, 2008).

Conforme Pinho *apud* Silva (2003), a expansão das cooperativas no Brasil ocorreu a partir de 1932, motivada pelo incentivo do Poder Público para iniciativas solidárias, como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas. Nesse mesmo ano ocorreu a divulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, que passou a definir melhor as especificidades deste movimento, considerando que há outras formas de associação. Porém, apesar das experiências brasileiras terem tomado como modelo as sociedades cooperativas, que eram de economia solidária, de Raiffeisen na Alemanha e ter

iniciado com o decreto 22.239/32, as cooperativas foram consolidadas a partir do governo intervencionista de Getúlio Vargas (governo de 1930 a 1945 e 1950 a 1954). Tal intervencionismo se alarga a partir de 1964 com a ditadura militar, desta forma o cooperativismo passou a ser controlado e monopolizado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A Constituição Federal de 1988 apontou maior perspectiva de liberações às cooperativas (RECH, 2000).

O cooperativismo no Brasil é amparado pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, conforme a OCB, e este regulamento exige um número mínimo de 20 sócios para sua constituição formal. O artigo quatro desta lei define cooperativa como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. Essa formalização e institucionalização do cooperativismo vinculado ao Estado brasileiro e as suas políticas de desenvolvimento, acabam distanciando-se dos princípios originários do cooperativismo solidário.

Até a década de 70, aproximadamente entre 1940 a 1970, com as conquistas sindicais de melhores condições de trabalho, a crítica ao assalariamento imposto ao trabalhador perdeu forças. Com isso, as organizações de economia solidária perderam forças, já que a classe operária se acostumou com o pleno emprego e com o assalariamento (SINGER, 2002).

A segunda metade da década de setenta, marcada pelo desemprego, reinventou a economia solidária partindo dos trabalhadores que, agora, estavam sem emprego ou submetidos a atividades que feriam os seus direitos para não serem demitidos. Esse cooperativismo reinventado, que passou por diversos países, é “a volta aos princípios solidários, o grande valor atribuído a democracia e a igualdade dentro dos empreendimentos” (SINGER, p. 111, 2002). Essa mudança está também ligada a transformações ocorridas nos movimentos políticos de esquerda, como por exemplo: a crise dos Estados socialistas da Europa Ocidental, a Iugoslávia que também buscou desenvolver modos de produção de economia solidária e o semifracasso dos partidos social-democratas da Europa e América Latina.

Essas mudanças transformaram a idéia que se tinha de que o processo da emancipação necessariamente passava pela tomada de poder de

Estado. Assim, os focos se voltaram para a sociedade civil, tal como se vêem na atualidade, como os movimentos sociais, organizações-não-governamentais, etc.

No Brasil o processo de modernização do campo, promovido pelo Estado via financiamento subsidiado e inserção forte do agricultor no mercado, promoveu uma significativa ampliação do cooperativismo. A exemplo do PIC (Projeto Iguazu de Cooperativismo), criado na década de setenta por uma decisão conjunta do INCRA, do departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura e da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. Nasceu, para reorganizar o sistema de cooperativas no Oeste e Sudoeste do Paraná e rediscutir a forma de organização delas, já que em alguns municípios havia mais de uma cooperativa operando em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma. Ainda, pois as cooperativas participavam estrategicamente na definição das políticas de preços dos produtos e da Companhia de Financiamento da Produção. O desenvolvimento acelerado dessas organizações ocorreu devido ao acesso privilegiado ao crédito, oportunizando a construção de instalações e a diversificação de suas atividades (CORONA, 1999).

O cooperativismo entrou em um importante momento, resultando no estímulo da produção do binômio soja/trigo, a qual fomentou a “modernização” agrícola, somando-se ao acesso ao crédito subsidiado. Porém, nos anos oitenta, com a queda do preço do soja no mercado internacional, as cooperativas tiveram que buscar alternativas de renda, já que o Estado brasileiro, afetado com a crise, dificultou o financiamento subsidiado. A principal alternativa foi a agroindustrialização a qual agregou valor aos produtos, que antes eram comercializados de forma “in natura”. As agroindústrias, em um primeiro momento, impulsionaram as cooperativas, mas não foram suficientes para enfrentar um mercado mais competitivo. Com isso, o cenário do cooperativismo na década de noventa foi o endividamento, ameaças de fechamento e ainda as dificuldades de seus cooperados - agricultores familiares (CORONA, 1999).

As transformações socioeconômicas ocorridas durante as décadas de 70-90 faz-nos compreender como o cooperativismo ganhou força. A década de setenta é marcada pela transição do modelo Keynesiano (Estado de Bem estar Social), endividamento do estado, para o modelo econômico neoliberal e caracteriza-se pelo início de uma nova crise econômica mundial, a chamada *crise do petrodólares*. A década de oitenta é marcada pelo liberalismo econômico, na qual há mudanças profundas na estrutura econômicas e políticas de países em desenvolvimento. Na década de noventa a integração econômica e a globalização são os pontos fortes, a formação de blocos econômicos, a integração monetária, o rompimento de barreiras políticas através do avanço da tecnologia (RAS, 2009).

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e 1990, em que o país se industrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil (SINGER, 2002, p. 122).

Portanto, em decorrência da crise o número de desempregados aumentou, formando um exército de reserva, porém, com a posterior redemocratização, o associativismo e o cooperativismo ganham forças, especialmente no sudoeste do Paraná onde os agricultores familiares se mobilizam para se engajarem no processo de desenvolvimento da região. Como é o caso da Cooperativa de Crédito Rural Cresol que nasceu como uma resposta da insistência destes agricultores, os quais ganharam espaço para se manter no mercado, produzindo para sua própria sobrevivência e para comercialização (CRESOL, 2008).

3.4 FUNDAMENTOS DA CRESOL: A LUTA DE AGRICULTORES POR ACESSO AO CRÉDITO

(...) eles aparecem com as suas singularidades, por vezes inerradicáveis, ao mesmo tempo que adquirem feições introjetadas desde a estrutura social mais ampla. Eles transitam entre modos de produção; para isso adaptam-se, acomodam-se ou... rebelam-se (GAIGER,2003).

As cooperativas de crédito começaram a ser implantadas no Brasil objetivando a ajuda mútua. Nasceram com inspiração essencialmente religiosa. Porém, após a Lei de Reforma Bancária de 1964, muitas entraram em decadência, e hoje grande parte ainda se recupera (RECH, 2000).

Conforme Schardong (2003, p. 82), o objetivo das Cooperativas de Crédito é “promover a captação de recursos financeiros para financiar atividades econômicas dos cooperados, a administração de suas poupanças e a prestação de serviço de natureza bancária.” Ainda, segundo a OCB, no artigo 84 da lei que regulamenta as cooperativas, as cooperativas de crédito rural deverão se associar às pessoas físicas que efetivamente: “I - desenvolvam, na área de ação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas; II - se dediquem a operações de captura e transformação do pescado.”

Neste contexto, a Cooperativa de Crédito Rural Cresol que faz parte da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL - nasceu para atender as necessidades dos agricultores familiares da região Sudoeste do Paraná. Considerando que este espaço é o *locus* de uma estrutura fundiária caracterizada pela pequena e média propriedade, onde 93% dos estabelecimentos possuem menos de 50 hectares, os quais ocupam 58% da área e, ainda, 87% dos estabelecimentos rurais são de agricultura familiar (INCRA, 2008). Os produtores da região dedicam-se ao binômio soja/milho, à criação de suínos e aves, à produção leiteira e, mais recentemente é introduzida a cultura do fumo. Aliada a uma importante produção para mercado a agricultura familiar da região produz também para o auto-consumo. Parte desta produção é processada através das cooperativas leiteiras, de suínos e aves ou cooperativas agrícolas (IPARDES, 2011).

A CRESOL é fruto da luta dos agricultores familiares da região que se uniram com o objetivo de encontrar alternativas para a parcela da agricultura familiar que foi excluída parcial ou totalmente do projeto de modernização e de suas linhas de crédito. Como atores sociais buscam acessar o crédito solidário para participarem ativamente do processo de desenvolvimento local e regional em bases sustentáveis. Na década de 80, foi estruturado um fundo de

financiamento para a agricultura familiar – o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) com fins de financiar experiências alternativas da agricultura e dos assentados da reforma agrária nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. Fundo administrado por entidades/movimentos pastorais, sindicais, organizações não governamentais, associativas e sem terras, destas regiões. Desde então, sentiram a necessidade de uma instituição que atendesse as necessidades de crédito rural aos produtores da região.

Nos anos de 1994 e 1995 foram realizadas reuniões para discussão de estratégias a fim de disponibilizar maior acesso aos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para os agricultores familiares. Em uma dessas o Sicredi e o Apaco (Associação de Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina) foram convidados a fim de compartilhar experiências com o crédito. A interação com outras organizações motivou o planejamento para abertura de uma cooperativa de crédito que atendesse os agricultores familiares somente.

Então quando nós começamos a idéia de criar uma cooperativa de credito no final dos anos 80, nós não tínhamos acesso a crédito. Eles (bancos) não faziam questão de nem abrir conta corrente quanto mais de financiar, já existia linha de credito, mas os bancos não divulgavam isso. No inicio dos anos 90 vivemos um período de adaptação, da chamada de capital, então os pequenos (agricultores) foram incluídos né. Como os pequenos estavam muito excluídos do credito, inicio dos anos 90 por causa do fundo rotativo que nós tivemos na região começamos discutir que o fundo era pouco e não estava dando para todos financiarem com o que tinha. Os bancos não abriam contas para os pequenos e nós fomos surgindo nesses debates para arrumar uma alternativa e uma das alternativas era montar uma categoria de agricultores familiares, que pudesse acolher esses pequenos agricultores e não discriminar. Era tudo o que nos queríamos ouvir: que eles não aceitassem nós, para nós poder iniciar diferente. Mas, nesse período tinha muito trabalho, tinham pessoas mais lutadoras, do sudoeste do Paraná, Santa Catarina...e sindicatos que lutavam a nível de Brasil, eles ficavam nos apoiando e nos orientando sobre o que tínhamos que fazer...e ai abriu brecha pra gente começar o sistema Cresol (...) (Entrevistado 11).

Na fala de um dos fundadores da Cresol, ele ressalta a inconformidade com o não acesso ao Crédito dos agricultores familiares. Enfatiza-se a sua colocação quando afirma que queriam que os bancos não aceitassem uma linha de crédito específica para a agricultura familiar, pois, a intenção era lutar como atores sociais pela não exclusão e discriminação e criar uma cooperativa

para atender somente essa modalidade. Essa é uma expressão que bastante se assemelha ao que diz Gaiger (2003, p. 191) quando explica a racionalidade camponesa, conclui dizendo: “eles aparecem com as suas singularidades, por vezes inerradicáveis, ao mesmo tempo que adquirem feições introjetadas desde a estrutura social mais ampla. Eles transitam entre modos de produção; para isso adaptam-se, acomodam-se ou... rebelam-se.”

A forma como os agricultores se organizaram e se articularam com outras organizações populares para acessar o crédito, remete-se a pensar sobre o conceito de capital social a partir de Bourdieu (1998, p. 67), como sendo:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Capital social é entendido como uma forma relacional de captar recursos materiais ou simbólicos. Ou seja, a produção e utilização de recursos sugerem que o indivíduo esteja inserido em uma rede de relações sociais. Assim, através de contatos há a possibilidade de acessar recursos, recursos que permitem posicionar os indivíduos ou agentes como atores sociais. Nesse sentido, é que se observa a articulação do grupo de agricultores familiares para captar recursos materiais e também simbólicos. O primeiro no contexto do crédito e o segundo podendo representar a luta dos agricultores por tornar-se parte do processo de desenvolvimento, como uma forma de reconhecimento.

E neste último, remete-se aos vínculos estabelecidos solidariamente entre estes que se organizaram pelo mesmo fim, tal como falou Comte-Sponville (1999) sobre a organização *in solido*. Entendendo que a solidariedade pode ser compreendida como relações concretas que ligam seres humanos, Comte-Sponville (1999) faz algumas considerações importantes. Diz ele que solidariedade não pode ser considerada uma virtude, explica-se: a solidariedade é um estado da alma, e como esclarece a etimologia, é pertencer a um conjunto *in solido*. Portanto, é pertencer a um conjunto ligado e ajustado,

deste modo pressupõe coesão, interdependência, é pertencer a um conjunto e compartilhar – sabendo ou não – de uma mesma história.

Solidariedade implica em inclusão, portanto, pensa-se: um alargamento do sentido do nós. Necessariamente liga-se a ela a alteridade, ou seja, a interação e interdependência do homem social com outros. Dessa forma, pressupõe interesses comuns e laços de identidade e pertencimento (GERMANO, 2007).

Para Morin (1998), a solidariedade consiste em relações concretas que ligam homens aos outros; não apenas algo abstrato. Embora não seja o objetivo desse trabalho trazer os conceitos do Pensamento Complexo, cita-se a solidariedade, dentro da perspectiva do autor, pois, ao opor-se a linearidade, reducionismo, ele sugere que, juntamente com a ética, a solidariedade seja um processo que pode religar os seres e os saberes.

Comte-Spoville (1999) enfatiza dizendo que não acredita que haja solidariedade no sentido dessa interdependência, como ele mesmo afirmou: “em que a sua morte me torna menos vivo? Em que a sua pobreza me torna menos rico?” Contudo, arrisca-se em afirmar que o início da Cresol, a organização social dos agricultores, mostrou que há elementos de uma luta coletiva em que a pobreza de um pareceu ser a pobreza de todos.

Compreendendo-se que solidariedade não remete-se a “boas obras”, filantropia ou caridade. Ao que parece ela é uma estratégia de sobrevivência, a qual se realiza, no decorrer da história, como uma resposta a demandas de grupos de pessoas. Neste caso formas de organização de economia solidária, tal como a Cresol podem ser resultado da formação de uma “consciência de nós”. A medida que grupos se identificam na busca pelo suprimento de determinadas necessidade, e nesse caso específico a necessidade de acesso ao mercado, a luta contra a pobreza ou outras demandas. O fato de pessoas se organizarem solidariamente para suprir uma determinada necessidade que as políticas ou a forma de organização social não foram capazes de prover é que gera contradições. E nesse cenário é que a sociedade vai se constituindo como tal e a solidariedade não vai se dissipando. Ao contrário, por ser um valor social (que torna-nos mais ligados) ele se fortalece no sentido de resistir e criar alternativas no decorrer da história.

Nesse sentido se vê o reconhecimento por parte dos agricultores quando se referiam à cooperativa como um instrumento de sobrevivência da agricultura familiar, resultado de uma organização social coesa.

Se nós não temo a Cresol, o pequeno agricultor... hoje eu e ela (esposa) nós seria empregados, não ia ter essa ajuda pra segura nós aqui (...) Nois financiemo o trator meio veio e paguemo com o tempo. (...) Como que ia compra uma ordenhadeira avista logo que veio? hoje ta barato, mas logo que chego? e nós precisava e, como o banco (Cresol) deu cinco anos fico facinho pra nós paga (Entrevistado 9).

Esse é um dos agricultores entrevistados falando da sua dependência da Cresol e afirmando que não seria possível ele permanecer no campo se não tivesse acesso aos programas de financiamento da organização. Entende-se que não se refere somente a liberação de crédito, mas a luta daqueles que se articularam para a criação da Cresol. Pois, esses lutaram pela democratização do crédito. Conforme se viu em uma das falas acima, quando um dos fundadores referiu-se a luta deles por criar uma cooperativa específica da agricultura familiar e não vincular-se a outro banco ou cooperativa sob outra lógica que não a solidária, como é o caso da vinculação ao Sicred, por exemplo. Caso não houvesse o acesso a Cresol, as vias de acesso a financiamento se restringiriam a bancos geralmente com limitações e critérios de liberação sob a lógica produtivista, conforme o caso do Pronaf acessado via Banco do Brasil mostrado no trabalho de Bataglin (2009).

Quando encaminhado o projeto para abertura da Cresol ao Banco Central, da primeira vez, diz o entrevistado que foram bastante “radicais”. No caráter reacionário desses que lutavam pela abertura da Cresol, exigiam que poderiam tornar-se cooperado agricultores familiares, que fosse associado ao sindicato ou na associação de moradores da sua comunidade.

Assim, nós mandamos o primeiro estatuto lá pro Branco Central, o primeiro estatuto nosso para o Banco Central, ele foi fechado. Para se associar a Cresol nos dissemos que tinha que ser agricultor familiar, tinha que estar associado ao sindicato ou tem que ter uma associação de moradores lá na comunidade. Então era bem fechado mesmo, nós radicalizamos demais. Pra sorte de muitos produtores ai que não são sindicalizados e muito menos organizados na comunidade, o Banco Central rejeitou nosso estatuto e mandou de volta uma cartilha avisando nós um sistema que fosse para pequenos agricultores (Entrevistado 11).

Após discussões no biênio 1995/1996 foi criada a primeira cooperativa do sistema Cresol no município de Dois Vizinhos, que atualmente conta com treze funcionários e dois PACs Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu, e se espalhando em alguns municípios do sudoeste do Paraná. Em seguida criou-se a base de serviços - Cresol Baser - que cinco anos depois, resultado do desenvolvimento destas organizações e por orientação do Banco Central, tornou-se a cooperativa central, com sede em Francisco Beltrão. Posteriormente, em 2004, conforme princípio de descentralização e crescimento horizontal foi criada a segunda cooperativa central em Chapecó – SC, a qual atende o Estado do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina (CRESOL, 2008).

A respeito da gestão financeira, os recursos captados não ficam centralizados na Cresol Baser, como normalmente ocorre nas cooperativas de crédito, mas ficam no município de origem do cooperado para melhor se relacionar com o sistema bancário local. Deste modo, cada Cresol consegue maior articulação com as fontes de financiamento do município, evita a concentração de poder em uma instituição apenas (BITTENCOURT, 2000) e permite uma maior aproximação com os cooperados. Conforme este autor a função desta organização é

organizar os associados, efetuar levantamento socioeconômico da propriedade de cada um, buscar recursos dos próprios associados e de outras fontes, além de fazer o atendimento na agência e nos seus postos de serviço (BITTENCOURT, 2000, p.199).

Podem se associar à Cooperativa Cresol, os agricultores que utilizam mão-de-obra essencialmente familiar, que tenham uma renda anual inferior a R\$ 27.500,00, possua mais de 18 anos de vida e sejam produtores que explorem área inferior a quatro módulos rurais (o tamanho do módulo no Paraná varia, entre 12 a 30 hectares). Podem ainda participar pessoas jurídicas, desde que, desempenhem atividades agropecuárias ou agroindustriais, e que sua fonte de renda seja extraída destas atividades.

As linhas de financiamento concedidas pela organização contemplam agroindústrias, turismo rural, fruticultura, agroecologia e agrofloresta, habitação

rural, cadeias produtivas e culturas diferenciadas, e financiamento para produção mais tradicional, e ainda, é oferecido a eles seguro de vida, de bens e de produção (veja descrição dos produtos e serviços nos apêndices - Quadro 1). A cooperativa se estrutura nos níveis de central, bases regionais, cooperativas singulares e postos de atendimento cooperativo – PAC, mas quem responde legalmente pela cooperativa junto ao Banco Central é a Central Baser (CRESOL, 2011).

A Cresol Baser é um órgão de crédito, de representação política e de serviços que foi criada em 2000, e desde então passou a orientar o sistema Cresol através da fiscalização e controle. São algumas atribuições dessa cooperativa: Formação de dirigente, Técnicos e assessores; Contabilidade – Auditoria interna; Crédito rural; Plano de safra; Informática – desenvolvimento de software; Comunicação e marketing; e Recursos humanos (CRESOL, 2011).

As Bases Regionais de Serviços tem caráter operacional e agregam as cooperativas singulares por proximidade geográfica. Ela tem a incumbência de organizar e oferecer apoio as cooperativas singulares. Algumas atribuições as Bases Regionais: Formação; Informática e tecnologia da informação; Comitê de crédito; Conselho de Administração Fiscal; Contabilidade; Execução e análise do Balanço Contábil; Negociação com governos municipais e órgãos públicos regionais; Recursos humanos; e normativos específicos para as cooperativas da região (CRESOL, 2011).

As Cooperativas Singulares, por sua vez, atuam diretamente com o público do Sistema Cresol, os agricultores familiares. Elas facilitam o acesso ao crédito rural e a serviços financeiros para a agricultura familiar podendo contribuir para o desenvolvimento local sustentável. Articula parcerias em nível local e captam recursos que são aplicados na localidade, contribuindo com a economia dos municípios e com o desenvolvimento local. Algumas características das Cooperativas Singulares: Organização e atendimento do quadro social; Aplicação de cadastro sócio-econômico; Liberação de crédito; Análise dos projetos de crédito e investimento; Aplicações financeira; e Controle de contas (CRESOL, 2011).

Há também os PACs que são unidades que funcionam como base para futuras cooperativas, eles são extensões das cooperativas singulares. Essa é uma estratégia de viabilidade, pois, abre-se o PAC em um determinado município para analisar se pode ser uma cooperativa duradoura, com potencialidade de crescimento ou não.

A área de atuação no Paraná está explanada no mapa abaixo. As cores representam a extensão de cada Base Regional, que ao todo somam oito, e a extensão de cada Base Regional, as Cooperativas Singulares, ao todo somam 79, e ainda, os PACs, ao todo somam 162. A Base Sudoeste incorpora trinta e duas cooperativas, prestando serviço as singulares.

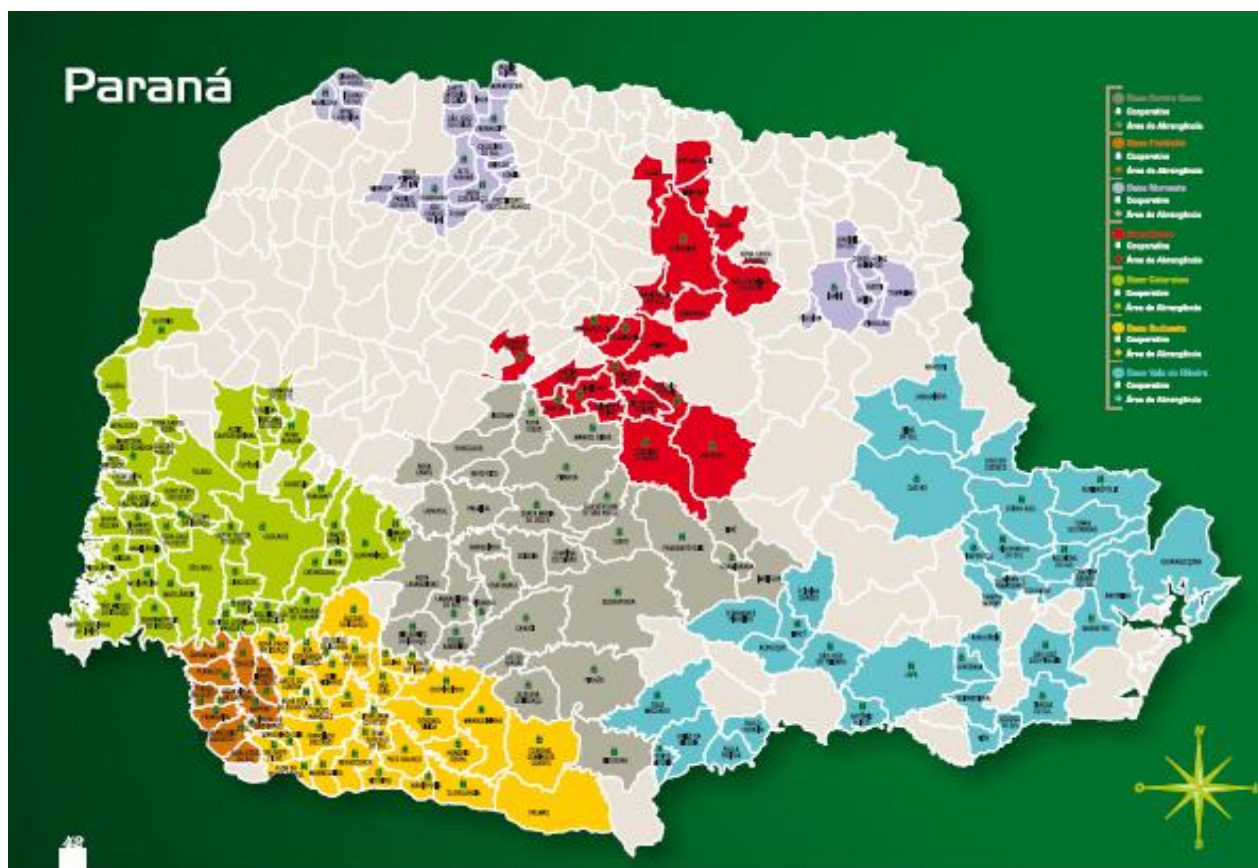


Figura 1 - Mapa de atuação da Cresol no Sudoeste do Paraná.

Fonte: Cresol, 2011.

A estrutura da Cresol articula pequenas cooperativas municipais, esta característica pode ser uma evidência da descentralização de seu processo gestor. Tal estratégia faz jus a legislação quando regula que a “área de

admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços” (artigo 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971).

O crédito é disponibilizado através de recursos oficiais, como o Pronaf, e recursos próprios, financiando capital de giro, investimentos nas estruturas produtivas, oportunidades de negócio, emergências de saúde e construção ou reforma da casa. Tais financiamentos são concedidos para atividades produtivas na região. A liberação do crédito é realizada mediante análise do comitê de crédito, formado pela diretoria e conselho.

A taxa de juros cobrada nos financiamentos leva em conta as condições do público da cooperativa, o que permite a mesma ter um índice de inadimplência baixo, numa média de 2,8%, se comparado a média nacional de inadimplência do Pronaf, por exemplo, que conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é de 14%. Isso também pode ser reflexo da histórica caminhada do crédito da agricultura familiar, que conforme dados do sistema, grande parte dos agricultores familiares, 85,2%, nunca havia obtido o crédito antes de se associarem a uma cooperativa do Sistema Cresol, ou mesmo um contato de depósito em uma agência bancária (49,8% não tinham conta corrente) (SCHRÖDER, 2005).

Alguns fatores contribuíram para o fortalecimento da Cresol desde suas fundação, dentre eles destaca-se: o Pronaf, fundos municipais para o desenvolvimento rural, a relação com entidade de cooperação internacional que auxiliaram na formação técnica dos dirigentes e na transformação do crédito rotativo em carteiras cooperativas e a ação de movimentos sociais que a tempo pressionavam o governo para maiores incentivo e a agricultura familiar (BURIGO, 2006). Abaixo alguns dados mostrando o crescimento da organização:

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
Associados	1.639	2.674	5.898	11.316	15.175	20.540	29.990	
Cooperativas	5	7	15	28	31	46	71	
PACs	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Final	R\$ 12.330	-R\$ 38.950	-R\$ 78.349	R\$ 37.830	R\$ 69.250	R\$ 282.298	R\$ 451.286	
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Associados	42.375	50.450	34.340	41.040	50.885	62.474	76.374	80.732
Cooperativas	75	80	59	65	73	75	76	79
PACs	-	-	-	22	40	58	168	162
Resultado Final	R\$ 543.000	R\$ 1.682.000	R\$ 1.280.450	R\$ 3.112.348	R\$ 3.385.000	R\$ 3.802.000	*	*

Quadro 16 – Crescimento da Cresol desde a fundação.

Fonte: Quadro elaborado a partir da pesquisa realizada.

*Dados não disponíveis.

Há um crescimento bastante expressivo da Cresol desde sua fundação. Destaca-se a evidente diferença que há entre os anos de 2004 e 2005, ano em que a Cresol Baser separou-se das cooperativas do estado de Santa Catarina. Desde 2003 foram desencadeadas discussões para elaboração de um novo organograma do sistema prevendo a criação de duas centrais. A necessidade desse novo organograma foi resultado da expansão do sistema Cresol e do cumprimento do seu princípio de descentralização, como uma forma de melhorar o acesso do associado a cooperativa. Portanto, essa nova estratégia seria implantada a partir de 2006 ou 2007, porém, essa separação foi realizada em 2004, motivo que em termos formais parece por questões geográficas. Mas houve alguns choques de idéias a respeito do cooperativismo solidário, bem como seu processo de gestão, fato que resultou na separação antecipada da Cresol Baser com a Central de Santa Catarina (BÚRIGO, 2006).

Nesse processo ficou claro que a separação da cooperativa ocorria por motivos geográficos e diferenças ideológicas. Conforme Búrigo (2006) é evidente que um grupo, o qual formaria a nova central, desejava manter laços mais estreito com a Fetraf – uma das correntes sindicais que articula grupos de agricultores familiares que emergiram em oposição aos sindicatos “pelegos” e

as federações sindicais tradicionais do Sul. Por outro lado, estava um grupo que defendia que a organização deveria preservar a autonomia com relação as correntes sindicais. Com essa divisão então, as cooperativas do Rio Grande do Sul migraram para a nova central em Santa Catarina. Veja a fala de um dos iniciadores sobre esse fato:

o fato do desmembramento teve também o processo da autogestão, houve muita disputa interna, para atingir os três estados do Sul, começou ter uma certa disputa de movimentos dentro do cooperativismo. O grupo que estava indo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estava indo com cara mais de sindicato, enquanto nós daqui pra lá cuidávamos para não ficarmos muito dependente de uma ou de outra associação, de lá pra cá nós também recebíamos muita pressão. Isso pode ter atrapalhado mais o Rio Grande do Sul do que os outros dois estados, porque Santa Catarina quem não era ligado ao movimento sindical ficou com nós do Paraná, porque nós não fazia essa divisão sindical, já no Rio Grande do Sul era muito difícil conseguir uma cooperativa, se não fosse aquela lá. Então isso também apressou a nossa ida pra central (entrevistado 11).

Embora o processo de descentralização na gestão da cooperativa, conforme relatado acima, sempre pareceu ser uma preocupação, no início do funcionamento da Cresol foram contratados gerentes para dirigir a cooperativa. Essa foi uma experiência que permitiu fortalecer as raízes da Cresol e optar por manter na diretoria somente agricultores familiares cooperados do sistema. A respeito disso afirma um dos fundadores:

O gerente foi no princípio, quando nós criamos as cinco (primeiras) cooperativas, nós contratamos o gerente porque nós não tínhamos experiência e ninguém tinha sido bancário e, nós tivemos que contratar um gerente. E nada contra quem estudou é claro, quem estudou vai ter seu espaço mas, nós tivemos uma experiência muito triste com o gerente e ainda antes de completar dois anos, nós tomamos a decisão de não termos mais gerente por causa dos problemas que nós tivemos. Pela incompetência desse gerente, mas muito mais pela esperteza dele de fazer coisas que não deveria ter feito. Ele veio com um sistema tradicional, fazia muito acordo com outras pessoas e aí nós começamos a ter o primeiro problema financeiro e nós fomos percebendo que quando você contrata um gerente, você dá para ele uma carta de confiança, para ele tocar seu negócio e aí ele administra do jeito dele e não do jeito que a instituição estava sendo preparada para ser. Ele acha que sabe tudo e que tem que fazer do jeito que ele aprendeu, não era isso que nos queríamos então tivemos que eliminar a gerencia e desenvolver todas as outras áreas, financeira, contábeis, área de projetos, área de gestão e assim fomos colocando profissionais nas áreas e ele tem que dar conta de fazer a área funcionar (entrevistado 11).

Nesse processo ficou claro a intenção do entrevistado em enfatizar a lógica da economia solidária, como sendo diferente do que chamou de “tradicional”, referindo-se ele a formação “do jeito que aprendeu” para servir ao mercado. Lembra-se de uma das considerações de Couvre (1982) quando refere-se a formação do administrador de empresas e como este tende a rejeitar formas alternativas ao que é hegemônico. Portanto, formas contra-hegemônicas, ou que tendem a não acumulação de capital.

Destaca-se a intenção do grupo articulador da organização de inserir-se no processo de desenvolvimento mas, sob uma outra lógica e sua exigência de que o gerente, como chamavam, se adaptasse à lógica da organização. Como isso não foi possível a opção foi por colocar um agricultor cooperado na direção e contratar profissionais com formação para as diversas áreas da organização: finanças, projetos, recursos humanos, etc. Embora a estrutura organizacional seja muito semelhante a uma empresa, destaca-se a importância da lógica do agricultor familiar que está na direção, pois, este transfere seus conhecimentos de gestão da sua propriedade, que não está sob a regra do mercado, que não submete-se a competição e a maximização do lucro, mas aos laços de solidariedade mantidos no contexto da família e da comunidade para a organização. Isso se enfatiza também nas falas de muitos dos agricultores quando referiam-se a Cresol como uma ambiente familiar.

Em estudo realizado, Gaiger (2007) já identifica a racionalidade específica da economia solidária e cita outros autores que confirmam o resultado do seu estudo. Por se tratar de uma sociedade de pessoas e, não de capitais, articulam-se em redes, tem uma divisão justa das sobras, engajamento coletivo na gestão, entre outros. A

relação orgânica entre a dimensão solidária, de autogestão e de cooperação no trabalho, e a dimensão empreendedora, de organização e gestão dos fatores produtivos com vistas à realização das metas dos empreendimentos, é o que constitui a sua *racionalidade* específica (GAIGER, p. 61, 2007).

A articulação entre as diversas dimensões da economia solidária é que dá a ela um caráter atípico à economia de mercado, auto-regulado e portanto, capitalista.

A decisão de manter os agricultores na direção provocou algumas dificuldades, pois, os agricultores não tinham formação para dirigir a cooperativa. Portanto, eles mesmos foram se articulando para realizar capacitação.

Então, depois de abertas as cooperativas, nós tivemos vários problemas né. Nós como agricultores não estávamos preparados para administrar um banco, nós fomos colocados ali. E nós tivemos um período de bastante dificuldade. Estávamos acostumados com sindicato, com propriedade ou no máximo com uma associaçãozinha de moradores e, uma cooperativa vai muito além disso (entrevistado 11).

A exigência do Banco Central para dirigentes de instituições é o ensino superior. Contudo, foi acordado com a Cresol que os agricultores fizessem cursos de capacitação para os cargos que pleiteariam, pois a maioria não possuíam ensino superior. Dessa forma, conhecem a legislação a respeito do cooperativismo.

Então, para candidatar-se as instâncias administrativas é preciso fazer um curso preparatório antes. Os dirigentes são moradores do município de suas respectivas cooperativas, portanto, quando inicia-se uma singular em um município os dirigentes são aqueles já conhecidos no município, geralmente envolvidos em movimentos sociais. Um dos fundadores (entrevistado 11) destaca que acaba assumindo a direção agricultores lideranças no município e “não porque fizeram um curso e o cara se destacou no curso, mas muito mais pela liderança que ele é né. Se é uma liderança que inspira confiabilidade, tem condições de ser um diretor.” As diretorias são eleitas de três em três anos, podendo dobrar o mandato conforme votação.

A exemplo da gestão da Cresol de Dois Vizinhos, locus desse trabalho em que, o diretor relatou diversos cursos feitos para estar como presidente e como foi participando das diferentes instâncias da organização.

A Cresol de Dois Vizinhos conta hoje com 1.703 associados. Ela, conforme já mencionado, foi uma das primeiras singulares a ser aberta. Conforme dados tem uma participação de 45% dos associados nas pré-asmbléias e 40% nas assembléias. Possui 38 agentes de crédito e desenvolvimento comunitários, 13 funcionários e dois PACs, um em Cruzeiro do Iguaçu e outro em Boa Esperança do Iguaçu. Conforme dados financeiros, a sobra à disposição da assembléia ordinária do exercício 2010 foi de 200.255,95

reais, a qual por decisão unânime foi rateada entre os cooperados proporcionalmente aos serviços usufruídos na cooperativa (ATA DA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA, 2010).

Linha de Crédito	Nº contratos	Valor
Créditos Pessoais	692	R\$ 2.491.886,04
Custeio Recursos Próprios	113	R\$ 302.883,61
Habitação	51	R\$ 343.451,00
Investimento Recursos Próprios	162	R\$ 1.095.395,70
Microcrédito (Repasse)	37	R\$ 157.400,00
Prejuízo	1	R\$ 1.629,96
Repasse Custeio	631	R\$ 4.988.109,28
Repasse Investimento	192	R\$ 2.739.147,94
Sociais e Conveniados Recursos	1	R\$ 16.130,00
Total	1880	

Quadro 17 – Crédito Liberado da Cresol Dois Vizinhos

Fonte: Pesquisa realizada.

Esses são alguns dados da Cresol de Dois Vizinhos no ano de 2010. A concentração de crédito liberado está em créditos pessoais, repasse e investimento. Do total de 23 agricultores da Comunidade Fazenda Mazurana, cooperados da Cresol, os que utilizaram crédito foram: 17,4% na safra 2009-2010, 26,1% 2010-2011 fizeram investimento; 22% em 2009-2010, 30,5% em 2010-2011 fizeram custeio.

Conforme relatou o dirigente da Cresol o mais financiado para investimento tem sido o leite que, parece ter respondido como uma produção auto-suficiente. E repasse de custeio tem sido grãos, soja e milho especificamente. Esses são dados que refletem a realidade da cidade de Dois Vizinhos que tem uma produção leiteira de 32.500 em unidade de mil litros, produção de soja de 32.400 toneladas e 34.500 toneladas de milho (IPARDES, 2011).

4 O OBJETO E SEU CONTEXTO: DA REGIÃO DE DOIS VIZINHOS AOS AGRICULTORES DA CRESOL

4.1 UM BREVE CONTEXTO SOBRE A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E DOIS VIZINHOS

O município de Dois Vizinhos está situado na Região Sudoeste do Paraná, a qual congrega atualmente 42 municípios. Conforme dados a população do município soma 36.059. A média do Índice de Desenvolvimento Humano das cidades da região Sudoeste é 0,759, mais baixa que a média de todo o estado, 0.787, e do país, 0.772. O grau de urbanização dessa região é de 45%, contrastando com 81,4% do estado e 81,3% do país (IBGE, 2011).

A Região do Sudoeste e Oeste Paranaense foram as últimas regiões a serem povoadas no Estado (entre 1900 e 1920). Dois motivos chamavam a atenção nessa região: atividade extrativista da erva-mate e madeira, e também pela abundância de terras ainda não ocupadas. A possibilidade de desenvolvimento de práticas agrícolas de subsistência atraiu a essa região alguns excluídos: alguns desempregados das fazendas dos campos de Palmas e Guarapuava, outros derrotados da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, foragidos da lei, posseiros desalojados pela Guerra do Contestado e caboclos expulsos pela imigração europeia no Rio Grande do Sul (LIONÇO, 2007).

A principal fonte de renda dessa região foi a erva-mate, que era comercializada com o território das Missões Argentinas, e a suinocultura, que passou a ser a principal atividade da região, após a queda da erva-mate. Além dessas atividades econômicas, os luso-brasileiros dessa região dedicavam-se a agricultura de subsistência e à criação de burros, cavalos e bovinos (LAZIER, 1986).

Em 1943, após a criação da CANGO⁵ (Colônia Agrícola Nacional General Osório) por Getúlio Vargas, através do Decreto n.º. 12.417 de 12 de maio, a Região Sudoeste do Paraná começou a ser povoada, na sua maioria, por posseiros. Em 1950 a companhia de colonização Clevelândia Industrial e Territorial Ltda – CITLA conseguiu o título da gleba das Missões e parte da gleba Chopim de forma ilegal, como uma grilheira (aquele que utiliza uma propriedade sob um título falso).

Em função do título concedido a CITLA ser questionado na justiça houve sua anulação. Mesmo assim, a empresa continuou a pressionar os colonos para que desocupassem as terras ou pagassem sua ocupação a empresa.

Esta situação gerou revolta nos colonos, resultando na derrubada das matas, principalmente as de araucária para que as companhias de terras não pudessem aproveitá-las. Colonos e posseiros repudiando a situação, em outubro de 1957 tomaram as cidades e expulsaram a companhia e os jagunços por elas contratados, exigindo que novas autoridades assumissem (LAZIER, 1986).

cansados de serem roubados, cansados de serem massacrados, cansados de injustiças, os posseiros e o povo do Sudoeste do Paraná resolveram colocar paradeiro naquele estado de coisas, fazendo justiça com suas próprias mãos ((LAZIER, 1986, p.151).

A luta pela propriedade da terra pelos posseiros ainda continua após a expulsão de guilheiros e jagunços. Foi então que em 19 de março de 1962 que João Goulart, o então presidente da república após a renúncia de Jânio Quadros, cria pelo decreto 51431 o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) com a função de regularizar a apropriação das terras.

⁵ O CANGO era um órgão público federal. Seus lotes de terra eram distribuídos gratuitamente. Realizava relatórios anuais ao Ministério da Agricultura, o que permitiu obter informações populacionais dessa época. As obras realizadas por ela atraíram pessoas a essa região, o que levou-a a atender as necessidades demandadas desse atrativo e conseqüente crescimento populacional.

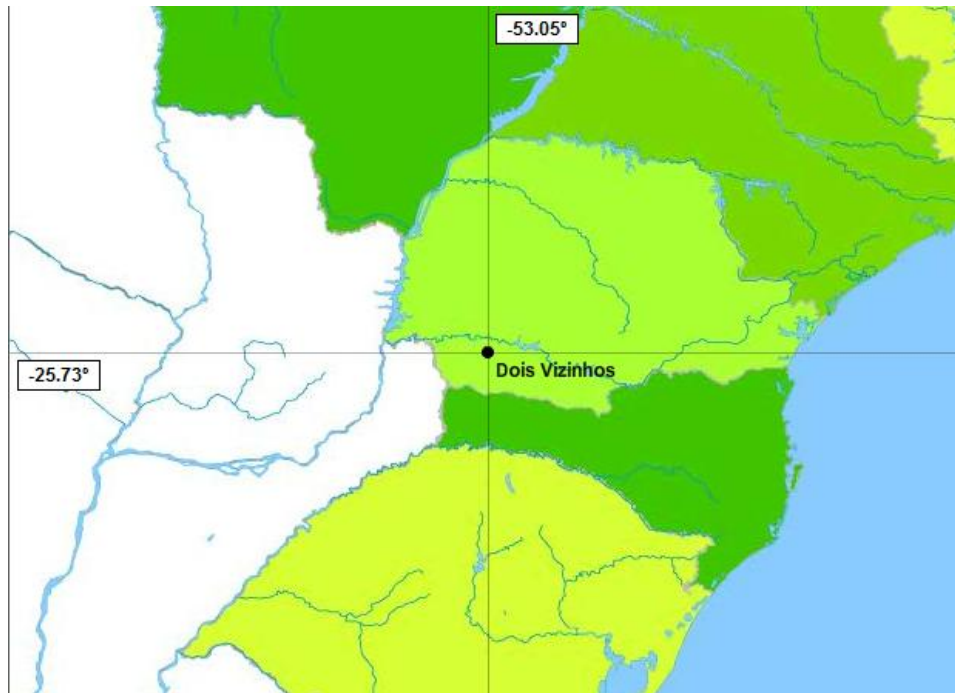


Figura 2 - Localização de Dois Vizinhos

Fonte: Prefeitura de Dois Vizinhos (2011).

Em 1960 pela Lei nº 4254/60, de 25 de julho de 1960, através do projeto do então deputado Domício Scaramella, sancionado pelo Governador Moisés Lupion foi criado o município de Dois Vizinhos, que antes pertencia a jurisdição de Clevelândia, depois Pato Branco. E pela GETSOP foram expedidos 2.408 títulos de propriedades urbanas e suburbanas e 4.084 rurais.



Figura 3 - Foto da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos em 1969

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2011)

Dois Vizinhos têm uma área de 418 km², localizada no 3º Planalto Paranaense, 16ª Microrregião de Francisco Beltrão, Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Paraná. Faz limites com Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu (ao norte), Verê (ao Sul), São Jorge d'Oeste (ao Leste) e Salto do Lontra e Enéas Marques (ao Oeste).

O nome dado ao município tem duas versões históricas. Uma que relata que havia dois moradores que habitavam as margens do rio e começaram a chamá-lo de o rio Dois Vizinhos, o qual recebe esse nome até hoje. E a outra refere-se a possível existência de dois rios que se encontravam no local. Então, como ponto de referencia dos caçadores que faziam o uso da canoa, começaram chamar essa região do rio Dois Vizinhos (DOIS VIZINHOS, 2011).



Figura 4 - Ponte construída sobre o Rio Dois Vizinhos na Industrial Brasiliense (1969)

Fonte: Prefeitura de Dois Vizinhos (2011)

Atraídos a essa região muitos gaúchos e catarinenses eram motivados pela facilidade na aquisição de terras, as quais eram demarcadas e, então, adquirido sítio na Colônia das Missões. O primeiro morador dessa da região, antes mesmo de tornar-se municípios foi o Sr. Atanázio Pires, que se estabeleceu no Vale do Iguaçu. Outros vieram após ele, alguns o seguiram: Felipe Gaudinski, Ibraim Antônio Dias (Negrote), Osório Godinho, Ary Muller, Guilherme Guzzo, Francisco Carli, Frederico Galvan, José Perin, Arceno Gonçalves de Azevedo, Vergílio Neckel, Saraiva Piana, Guarany, Correa Mello, Antonino Rosa, Fermio Martins, Umberto Pinzon e muitos outros (IBGE, 2011). Além da facilidade na aquisição de terras, nas décadas de 60 e 70

migravam também pela instalação da agroindústria no município, assim, atraindo empresas e contingente populacional que iam atrás de emprego.

Pela razão dos atrativos oferecidos no município, há um crescimento populacional bastante significativo. Destaca-se a evidente diminuição do setor rural que em 1970 contava com 88,83% da população no campo e termina 2010 com 22,35%. Seguindo o padrão brasileiro que nos anos 60, ainda um país agrícola, tinha uma taxa de urbanização de apenas 44,7%. Em 1980, esse índice aumentou para 67,6%. Entre 1991 e 1996, houve um acréscimo de 12,1 milhões de habitantes urbanos, condizendo com 78,4%. Conforme dados em 2009 a taxa nacional era de 84% (IBGE, 2011). Esse pode ser um dos resultados do envolvente processo de modernização do campo, que insistentemente tentou apagar o rural “tradicional” dominante nessa região.

O município vive uma nova fase de restabelecimento econômico. Um dos motivos são as três instituições de ensino superior, que atraem estudantes da região: um campus da UTFPR, VIZIVALI (Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu) e UNISEP (União de Ensino do Sudoeste do Paraná). Destaca-se também a Sadia SA que está entre a maior exportadora de frango do Paraná, a maior empregadora direta de mão-de-obra da Região Sudoeste. Também a indústria de jeans, Latreille Jeans S.A, que exporta para outros estados brasileiros.

Dados de 2006 mostram que as atividades econômicas na agropecuária estão concentradas na pecuária e criação de outros animais, conforme dados da tabela 03.

ATIVIDADE ECONOMICA	ESTABELECEMENTOS	ÁREA
Aquicultura	4	77
Horticultura e floricultura	43	391
Lavoura permanente	8	139
Lavoura temporária	33	18772
Pecuária e criação de outros animais	932	12319
Produção florestal de florestas nativas	2	X
Produção florestal de florestas plantadas	12	774
TOTAL	1934	32480

Quadro 18 – Estabelecimentos Agropecuários e Áreas Segundo as Atividade Econômicas.

Fonte: IPARDES - Censo Agropecuário

(1) A soma das parcelas não corresponde ao total porque os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caracter "x".

A respectiva atividade no município se concentra em quase 50% em pecuária e criação de outros animais. Conforme o número de animais, 98,36% do total de animais de criação, são galináceos (galinhas, galos, frangos e pintos). Esse número pode ser um reflexo da alta demanda da Sadia S.A. no município. Em segundo lugar está o rebanho de suínos, em terceiro de bovinos, os demais tem um percentual quase que insignificante no total de animais. Embora o rebanho de vacas ordenhadas não apareça com um alto percentual, há criação de 10.200 no município, conforme dados do IBGE de 2009. Resultado em um produção de 90 mil litros de leite ao dia.

A horticultura e floricultura e também a lavoura temporária se destacam no quadro. Este último consiste nas áreas que foram plantadas culturas de curta duração, geralmente, menos que um ano, e que demandam de um novo plantio após a colheita. O número de estabelecimentos não é tão representativo quanto o tamanho da área dedicada a esse tipo de uso do solo. A escolha pela lavoura temporário é resultado também da condição climática da região. Por isso, na entrada da primavera ocorre o plantio de milho e feijão. Já no verão é plantado soja. Chega o outono e inverno as culturas predominantes são o trigo e a aveia.

A agricultura em geral está organizada em pequenas propriedades. Dados do IPARDES (2010) mostram que a produção, em maior número de área, se concentra na cultura de soja, milho, feijão, fumo e mandioca respectivamente⁶. A área dedicada ao plantio de soja soma 16.000 hectares, com uma produção de 32.400 toneladas, em contraste com o estado que planta 4.077.052 hectares de terra e é colhido 9.408.991 toneladas. Ao milho é dedicada uma área de 8.000 hectares, com uma produção de 34.500 toneladas. O feijão é plantado em 2.900 hectares de terra no município e sua produção é de 3.254t. A área plantada de fumo é de 567 hectares, somando

⁶ As outras culturas estão área abaixo de 100ha, por isso não foram citadas, são elas: abacate, alho, amendoim, arroz, banana, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, caqui, cebola, erva mate, figo, laranja, limão, maracujá, melancia, melão, pêra, pêssego, tangerina, tomate e uva.

999 toneladas na produção. Por fim, a mandioca que conta com 400 hectares de plantação e 9.200 toneladas na produção.

A agricultura familiar em Dois Vizinhos mantém-se pelos incentivos a financiamentos, iniciativas de associativismos, estratégias de diversificação e de pluriatividade e outras formas criativas de “reinventar” a dinâmica da agricultura familiar, até mesmo pequenas agroindústrias nas propriedades.

4.2 DIAGNOSTICO SÓCIO-ECONOMICO-AMBIENTA DA COMUNIDADE FAZENDA MAZURANA

“Na cidade um mora na cara do outro e nem se olham. Aqui a tristeza de um é a tristeza da gente...” (Moradora falando de sua vida na comunidade).

Essas foram palavras de uma das moradoras da Comunidade Fazenda Mazurana quando falava dos longos anos de vivência na comunidade. Com uma das filhas que voltou morar na propriedade com seu marido, pois, não se adaptou a rotina urbana, aquela senhora viúva olhando para sua neta de apenas dois meses de vida, diz ter revivido com retorno de sua filha e a chegada da netinha. Com um pedaço de terra não maior que 3,3 hectares, diz que a terra faz parte da vida dela, “(...) a terra é como a gente, é só cuidar que ela vive mais”.

A Comunidade Fazenda Mazurana completou 54 anos em novembro de 2011. Em setembro de 1956, Celeste e Marina Mazurana, com seus filhos, acompanhados também de seus compadres de Campinas do Sul – RS, Jacob e Tereza Fabiane com seus sete filhos, vieram morar na localidade da comunidade. Atraiu-os a essa região as promessas de uma “terra prometida”, um lugar novo e fértil para plantar e dar um futuro aos seus filhos.

Quase cinco anos depois começaram a chegar novas famílias na comunidade: Bordin, Balotin, Perin, Cardaço, Piva, Brustolin, Secagno, Furlan e

outras. Três serrarias foram construídas na localidade e grande parte dos moradores trabalhava ali, aumentando, inclusive, o número de pessoas. Estima-se que eram em média 100 crianças que freqüentavam as aulas que eram ministradas na igreja, na época. Hoje há aproximadamente 80 famílias na comunidade. A média do tempo que as famílias residem na propriedade é 25 anos, havendo pessoas que chegaram há dois anos e aqueles que estão a mais de 50 anos vivendo ali. Os agricultores da comunidade na sua maioria têm origem étnica italiana, depois brasileira, polonesa e alemã respectivamente.

Para a pesquisa levou-se em conta as propriedades, não as famílias, pois, na maioria dos casos havia mais famílias em um estabelecimento. Dos 47 estabelecimentos entrevistados 27,65% abrigavam as famílias dos filhos e filhas; 19% dos pais e; 6,38% domicílios de irmãos. Não houve nenhum caso de domicílio para empregados.

Quanto a escolaridade das famílias entrevistadas verificou-se que 15% estão em uma situação boa (15 a 18 anos: Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto ou Completo; acima de 18 anos: Ensino Médio Completo, Ensino Superior Incompleto, Ensino Superior Completo) 53% em situação razoável (15 a 18 anos: Ensino Fundamental Incompleto; acima de 18 anos: Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto) e 32% em situação precária (15 a 18 anos: Sem Escolaridade, Pré-Escola; acima de 18 anos: Sem Escolaridade, Pré-Escola, Ensino Fundamental Incompleto).

A totalidade das famílias participa da igreja católica e congregam na capela local. Reflexo do processo colonizador e também da ação de mobilização da igreja, no decorrer da história, pelo rural.



Figura 5 - Capela da Comunidade

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

A comunidade é marcada pela agricultura familiar. Conforme mostram os dados sobre a mão de obra, 95,74% das famílias pesquisadas utilizam mão de obra familiar; 17,02% contratam empregados temporários; 4,26% tem empregados permanente. Destes 12,77% fazem troca de dias e 4,26% participam de mutirão. Das 47 propriedades pesquisadas apenas duas não tinham mão de obra familiar. A média do tamanho das propriedades da comunidade é de 13,4 hectares. Em que a maior propriedade possui 58 e a menor 1,80 hectares.

O gráfico 1, abaixo, mostra a situação sócio-econômica-ambiental dos agricultores da comunidade em que: 1 representa aqueles que estão em uma situação mais precária; 2 aqueles que se aproximam de uma situação razoável e; 3 agricultores que representam estar em uma situação boa. Portanto, verifica-se o seguinte:

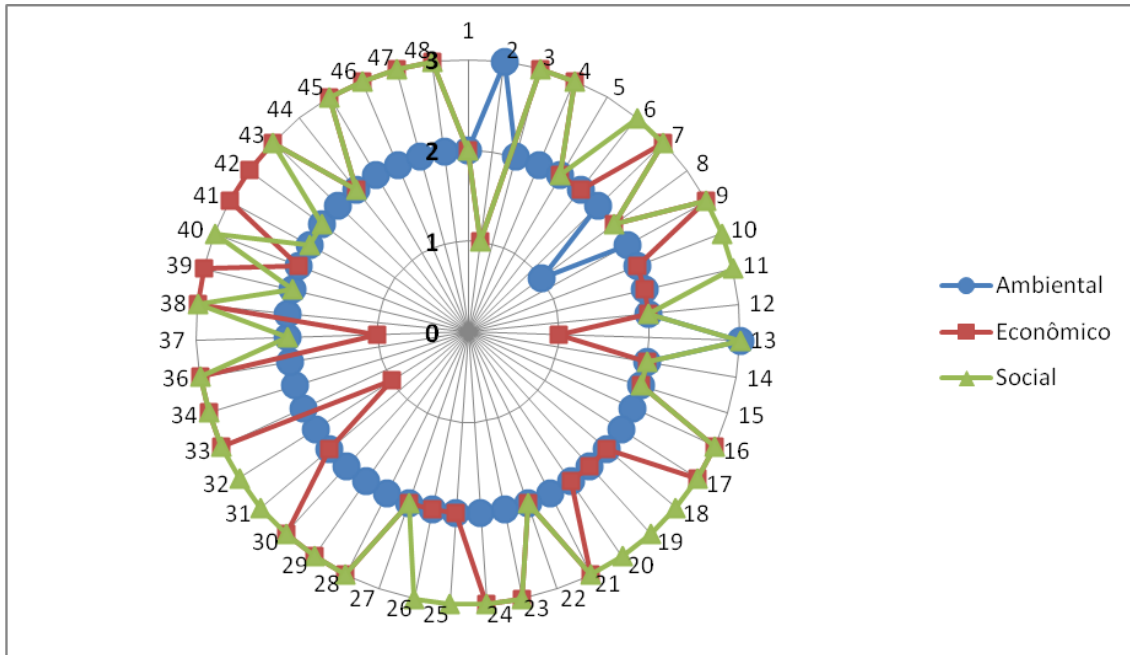


Gráfico 1 – Diagnóstico sócio-econômico-ambiental da Comunidade Fazenda Mazurana.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

O que observamos nesse gráfico é que 91% estão em uma situação razoável no indicador ambiental. A Comunidade Fazenda Mazurana, por abrigar os mananciais de águas que abastecem a cidade (Rio Jirau), faz 18 anos que é desenvolvido o projeto chamado “Água Limpa” que visa a qualidade da água, através do reflorestamento dos mananciais, beiras e fontes de rios e, conservação e manejo do solo. A comunidade vem contribuindo com a qualidade da água para a Sanepar reduzir custos de tratamento, em contrapartida a Sanepar tem aplicado recursos através do Fundo Azul ou do Fundo de Desenvolvimento Ambiental do Município. A Comunidade foi escolhida justamente por conta dos mananciais de água que abastecem a cidade.



Figura 6 - Imagem do Rio Jirau Alto

Fonte: DVZ Magazine

A condição razoável, provavelmente, é resultado da insistência com o cuidado da água. Técnicos da Emater afirmaram que as pessoas que foram resistentes no começo e não quiseram aderir a preservação, agora estão querendo fazer porque ficaram sozinhos e, caso haja qualquer problema de contaminação ou queda na qualidade da água, de certa forma, saberão que o que tem afetado para a baixa qualidade é a resistência de alguns agricultores. Conforme fala de um dos técnicos da Emater:

no início foi uma discussão sobre a qualidade da água, sobre a conservação e manejo de solo, foi feito para evitar uma água que vinha para captação da Sanepar com partículas de solo, adubo, veneno e etc (...) Em muitas das propriedades as vacas passavam nas sangas, de um lado para o outro, ia e vinha, aquele rolo de barro de esterco na água. Aí foi feito um corredor com um tubo de concreto, então continuaram passando, mas não mais pela água (...) a Comunidade só não está 100% por resistência de alguns, mas condição para ser uma comunidade exemplo para o município têm.

Nesse sentido se vê o reflexo dos interesses do urbano refletindo-se no espaço rural. Sem o devido cuidado com os mananciais que atendem as demandas do município este estaria prejudicado, por isso a necessidade de programas de preservação, que acabam acarretando em um melhor índice de

cuidado ambiental na comunidade. Nesse sentido se questiona: se não houvesse na comunidade algum interesse que servisse ao urbano, esta estaria nessas condições ambientais? Conforme relatou o técnico da Emater, essa não é uma comunidade ilustrativa das comunidades rurais de Dois Vizinhos, no entanto, tem condições para ser um modelo ao município.



Figura 7 - Agricultora pegando água da “fonte”, pois, diz ser mais limpa que a que recebe na sua casa

Fonte: Pesquisa realizada.

A esse respeito, quando os agricultores foram questionados sobre o volume e a qualidade da água dos rios e córregos, a maioria afirmou ser a mesma, veja o quadro abaixo:

	Aumentou	Mesma	Diminuiu
Volume de água nas nascentes	17%	57%	15%
Volume de água nos córregos e rios	17%	51%	28%
Qualidade de água nas nascentes	25%	55%	8,5%
Qualidade de água nos córregos e rios	25,5%	53%	13%

Quadro 19 – Mudanças na água nos últimos vinte anos.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

Nesse quadro foram considerados os últimos 20 anos. O que se observou foi a incidência das respostas dos agricultores em não considerar nenhuma mudança tanto o volume quanto a qualidade da água nos últimos anos. Outras questões foram abordadas com relação as mudanças no últimos 20 anos, conforme gráfico a seguir.

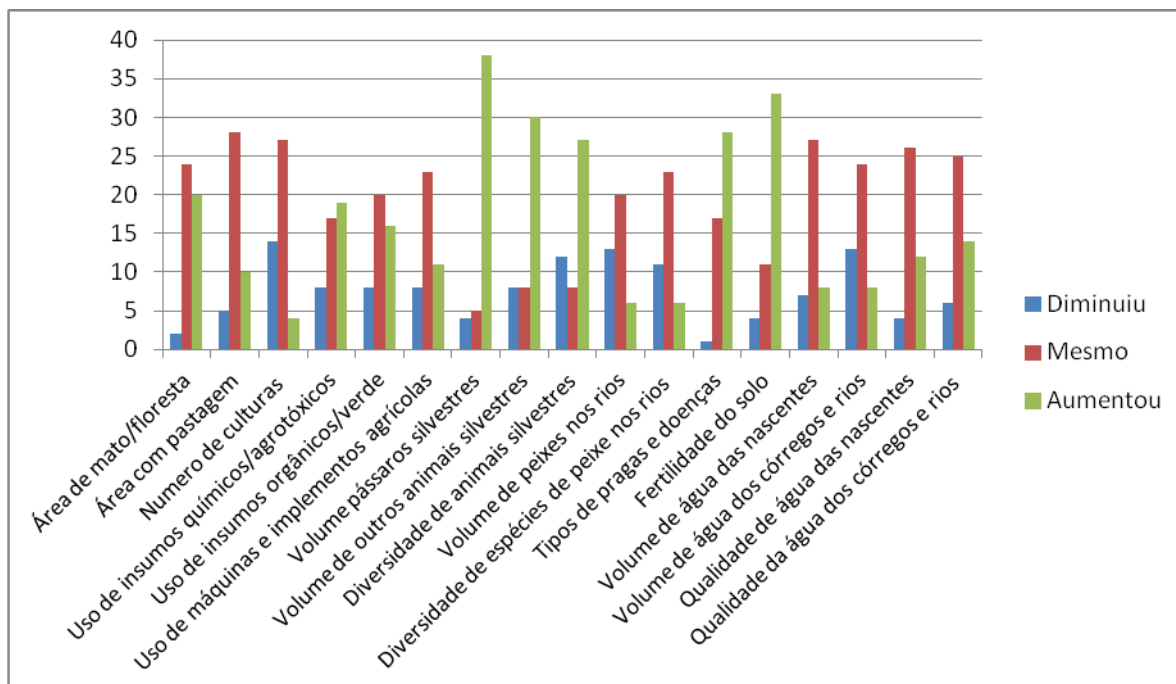


Gráfico 2 – Mudanças nos últimos vinte anos nas propriedades.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

Destaca-se o evidente aumento no volume e na diversidade de pássaros e animais silvestres nos últimos 20 anos. Esse pode ser o reflexo do cuidado com as áreas de preservação, resultado do projeto “Água Limpa” acessado pela comunidade e também do aumento e da conservação do mato/floresta, conforme mostrou o gráfico.

Quando os agricultores eram questionados sobre a fertilidade do solo, muitos diziam ter aumentado por causa do uso de fertilizantes, insumos químicos/agrotóxicos, que mostrou também ter aumentado seu uso. Com o uso abusivo de insumos químicos para combater inseto, fungos ou bactérias, estes ficam mais resistentes, podendo aumentar os tipos de pragas sobre as culturas

(EMBRAPA, 2011). Isso foi o que pareceu também ocorrer nos últimos 20 anos na comunidade, conforme mostrou gráfico no significativo aumento de pragas e doenças.

A produção agrícola, na sua maioria destina-se para comercialização, concentrando-se na produção do binômio trigo/soja, e na produção para auto-consumo. Da mesma forma na produção pecuarista a maioria concentra-se na produção de aves e depois do leite.



Figura 8 – Imagens da Comunidade Fazenda Mazurana.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

A situação econômica dos agricultores ficou assim: 51% estão em uma condição boa, 40% em uma situação razoável e 9% em situação precária. Alguns índices do diagnóstico econômico estão abaixo explanados.

	Precário	Razoável	Bom
Renda Bruta Mensal Per Capita	30%	30%	40%
Tamanho da Casa (por pessoa)	29%	41%	30%
Qtde de equipamentos mecânicos e veículos	36%	39%	25%
Qtde de equipamentos domésticos	0%	11%	89%
Renda da família nos últimos 20 anos	15%	17%	64%

Quadro 19 – Alguns índices do diagnóstico econômico.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

Este quadro justifica a situação econômica dos agricultores em que um pouco mais da metade encontra-se em uma situação boa. O índice que não foi

explanado foram os veículos, em que a maioria ficou em uma situação boa, possuindo pelo menos um carro.

Quando os agricultores foram questionados sobre suas observações quanto as mudanças ocorridas na comunidade, muitos afirmaram sobre as condições econômicas que melhoraram na comunidade, seguidamente citavam o aumento na frota de veículos na comunidade. “Hoje todo mundo tem carro”, afirmou o agricultor 15.

Conforme o quadro 01 da renda, disponível nos apêndices, a média da renda anual dos agricultores da comunidade é 3.293,22 reais. A família de menor renda recebe 595,00 reais mensais, e tem sua renda advinda de aposentadoria e pensões e renda não agrícola. Reside na comunidade a apenas seis anos. Ele possui bovino de leite para comercialização, contudo, a renda é repassada ao seu filho, que é o proprietário da terra e reside na cidade. Seu pai, o agricultor, mora com sua esposa e sua neta, e são ocupantes da terra. No diagnóstico essa família esteve razoável ambiental, social e economicamente.

A família de maior renda recebe 7.545,4 reais mensais, possui uma terra um pouco maior que 26 ha. O agricultor mora com a esposa e mais três filhos. Tem sua renda da produção de milho e soja, de aves e advinda de trabalho não agrícola. No diagnóstico ele mostrou estar em uma condição econômica e socialmente boa e, razoável ambientalmente.

Destaca-se também o agricultor 13 que indica uma situação precária economicamente e sócio-ambiental boa. Essa família reside em uma propriedade não maior que 3,5 há a 20 anos. Produz somente para auto-subsistência; sua renda vem de aposentadorias e pensões somente.

Socialmente a comunidade ficou assim representada: 2% em situação precária, 28% razoavelmente e 70% em uma condição boa. Algumas das questões que formaram o diagnóstico estão abaixo explanadas:

	Precário	Razoável	Bom
Banheiro	0	40%	60%
Telefone	11%	0	89%
Água encanada	0	0	100%
Condições de moradia	30%	36%	34%
Estado atual da Casa	4%	24%	72%
Acesso a lazer	7%	4%	89%
Acesso a saúde	0	11%	89%
Escolaridade	32%	53%	15%

Quadro 20 – Alguns índices do diagnóstico social.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

Além desses há também o acesso ao transporte, em que 80% utiliza carro próprio. Destaca-se o caso do agricultor 2 que indica sua situação nas extremidades do gráfico, em situação social precária. Quando essa família foi visitada quem atendeu as pesquisadoras foi a esposa do proprietário que, ao que pareceu faz todo o serviço na propriedade, pois, seu esposo a tempo está com problemas de saúde. O casal reside a 40 anos na propriedade e produz para subsistência somente. A família não utiliza nenhum tipo de transporte, diz que costuma ir a cidade a pé, não participa de nenhuma organização social, a não ser a igreja católica, e nem de atividades de lazer na comunidade ou fora dela. Tem renda advinda da aposentadoria e do arrendamento de terras. Quando questionada sobre as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos na comunidade afirmou: “Há falta de solidariedade. As pessoas da comunidade enriqueceram muito e por isso, ninguém ajuda mais ninguém, não ajudam mais os pobres”.

A respeito do diagnóstico social, evidencia-se que 91% das famílias não possuem plano de saúde, mais da metade afirma acessar a saúde no posto público da cidade. Quanto a consulta em dentistas 57% diz acessar consultas particulares. E ao acesso a programas sociais, apenas dois agricultores afirmaram acessar, dentre eles um acessa o Bolsa Família e o outro recebe auxílio a doença.

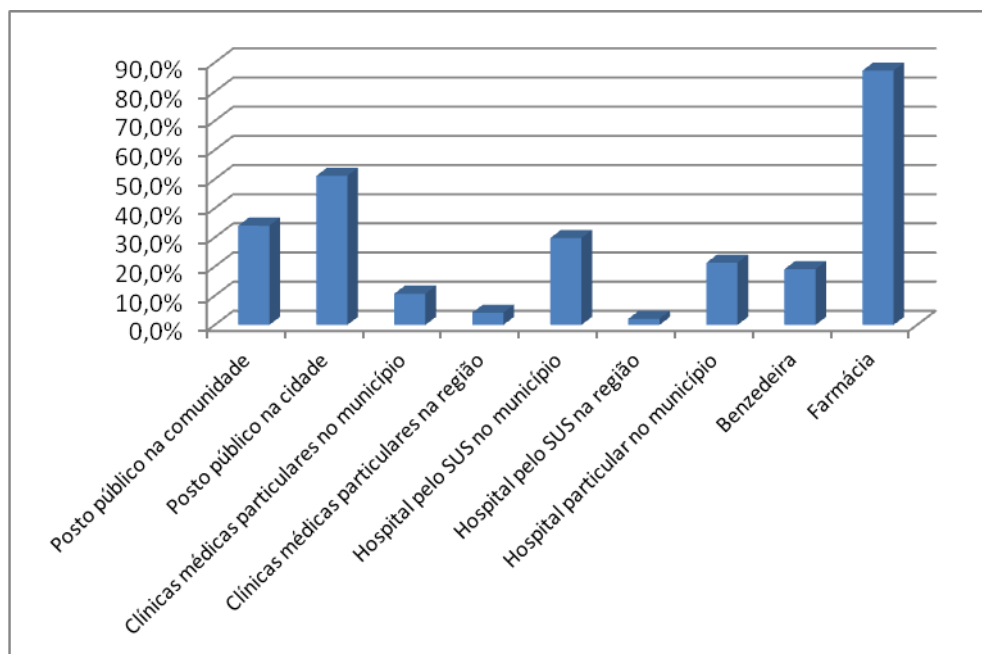


Gráfico 3 – Consultas de Saúde.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

Quando os agricultores foram questionados sobre as principais mudanças ocorridas na comunidade nos últimos 20 anos ficou evidente na maioria das falas a diminuição do número de pessoas na família (filhos que saem do campo) e o aumento da renda combinado com o aumento da produtividade. Esses são aspectos interessantes, pois, no contexto da agricultura familiar os filhos fazem parte na divisão social do trabalho no contexto da propriedade. Assim, poderia ser um paradoxo afirmar que há diminuição de mão-de-obra e aumento da produtividade, sem a contratação de empregados, conforme mostrou os dados. Esse fator é possível pelo uso de tecnologias que aceleram o trabalho do agricultor. E nesse sentido que há o aumento da produtividade, acarretando no aparente aumento da renda, conforme mostrou os dados, em que 64% tiveram um aumento nos últimos 20 anos.

A esse respeito destaca-se a fala ilustrativa de um dos agricultores quando foi questionado sobre as mudanças na comunidade: “a comunidade se modernizou mais, a vida aqui é melhor hoje.” Vincula-se a essa fala a idéia daquilo que é “moderno”, contrapondo aquilo que é “tradicional” ou “atrasado”, representado o discurso hegemônico sobre a agricultura, vinculado ainda sob a

idéia que emergiu nos anos 60-70 com a Revolução Verde. Portanto, como a comunidade se “modernizou” no sentido da aquisição de novas tecnologias, no aumento de sua produção.

E nesse sentido se percebe que, embora a comunidade seja uma localidade que congrega um estilo de vida que contrapõe de certa forma os modos tradicionalmente ocidentais, ela tem um relação dialética com o global, pois, ainda que não represente um estilo de organização social hegemônico ela está dentro desse contexto.

“O global acontece localmente” (SANTOS, 2002, p. 74). Pensar que um fenômeno global não pode influenciar uma localidade é uma ilusão. A globalização mesmo é um fenômeno local que afeta a vida cotidiana. Conforme já esclarecido nesse trabalho sobre esse fenômeno, pensemos na globalização como um conjunto de relações desiguais se afirmam a medida que:

Pelo modo como as entidades ou fenômenos dominantes se desvinculam dos seus âmbitos ou espaços e ritmos locais de origem, e, correspondentemente pelo modo como as entidades ou fenômenos dominados depois de desintegrados e desestruturados são revinculados aos seus âmbitos, espaços e ritmos locais de origem, Neste duplo processo, quer as entidades ou fenômenos dominantes (globalizados), quer dominados (localizados) sofrem transformações internas. (...) as transformações dos fenômenos dominados são retrativas, desintegradoras e desestruturantes; os seus âmbitos e ritmos, que eram locais por razões endógenas e raramente se auto-representavam como locais, são relocalizadas por razões exógenas e passam a auto-representar-se como locais.

Nesse sentido é que se remete a pensar em como o processo local tende a influenciar o que é hegemônico. A luz disso, compreende que a fala do agricultor ao afirmar como a comunidade se “modernizou” remete-se ao imaginário daquilo que seria o ideal para a agricultura na sua perspectiva: a modernização, o progresso, o abandono daquilo que é considerado um “atraso”. Isso de certa forma também reflete na organização do trabalho familiar, acarretando no próprio distanciamento do jovem com a propriedade. Carneiro (1998) já identificara que a partir das décadas de 60 – 70, com o maior estreitamento do campo com a cidade, as famílias do campo começam vivenciar certa transformação, a medida que esses jovens também são atraídos aos centros urbanos, também vinculados à idéia do “moderno”.

A partir da análise feita com os dados das famílias da comunidade foram selecionadas as famílias entrevistadas da Cresol com o critério da representatividade das diferentes situações.

4.3 CAMINHOS E (DES)CAMINHOS DA CRESOL: OBSERVAÇÕES A PARTIR DA COOPERATIVA SINGULAR DE DOIS VIZINHOS – PR

4.3.1 Perfil dos cooperados da Cresol na Comunidade Fazenda Mazurana

Os agricultores que residem na comunidade e são cooperados da Cresol estão vivendo uma média de 28 anos ali, sendo que o que a menos tempo tem residência é de três anos e o que reside a mais tempo é 58 anos. Dentre estes, somente uma família não utiliza mão de obra familiar por serem aposentados e arrendarem a terra para empresário da zona urbana. Todos os títulos dessas propriedades estão em nome do responsável pelo estabelecimento, sendo que, dez das vinte e três propriedades tem outros domicílios que acolhem filhos (as), pais, sogros, genros, noras e irmãos; 87% tem filhos que moram na mesma residência dos pais. Destes últimos 48% estão no Ensino Fundamental, 22% no ensino médio e 30% no Ensino Superior. Quanto a origem étnica do responsável e seu respectivo cônjuge a sua maioria tem ascendência italiana, depois brasileira e polonesa.

A situação sócio-econômica-ambiental dos agricultores cooperados a Cresol da comunidade ficou conforme o gráfico 4:

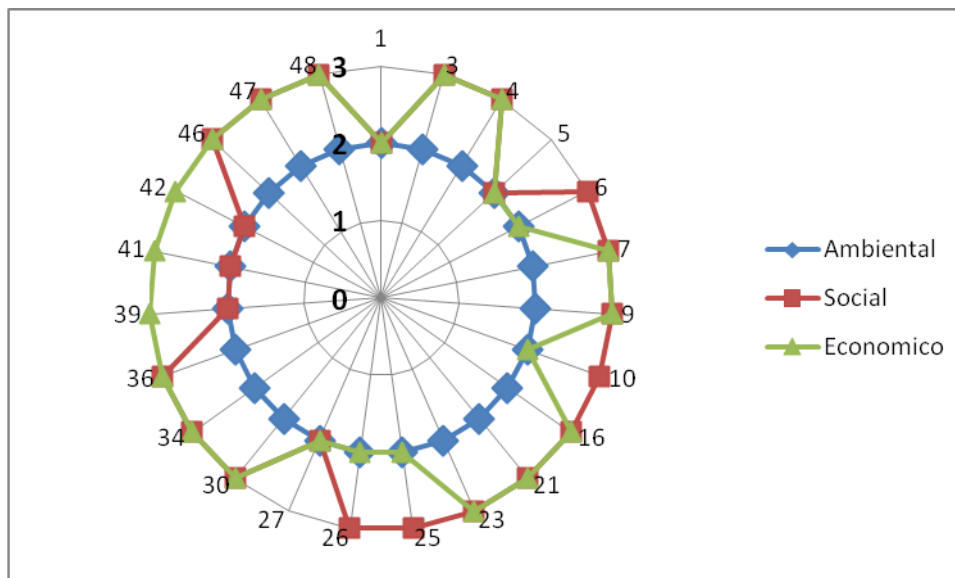


Gráfico 4 – Diagnóstico sócio-econômico-ambiental dos agricultores cooperados da Cresol da Comunidade Fazenda Mazurana.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

De forma geral o que se observa no gráfico 4 é a homogeneidade da situação ambiental dos agricultores, que ficaram em uma situação razoável⁷. O indicador econômico mostrou que aproximadamente 70% dos agricultores estão em uma situação boa e 30% encontram-se em situação razoável; 74% dos agricultores estão em uma situação social boa e 26% razoável. As famílias entrevistadas foram as seguintes: 1, 3, 4, 6, 10, 21, 23, 26, 39 e 47.

4.3.2 Autogestão e Sustentabilidade na Cresol de Dois Vizinhos: observações a partir da Comunidade Fazenda Mazurana

O cenário construído pela modernidade a qual promoveu a modernização nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive na agricultura, e a

⁷ Após a construção do indicador ambiental, depois de ter coletados os dados, as componentes do grupo que realizou o trabalho junto com o comitê de orientação discutiram sobre os resultados encontrados. O que destacou-se foi o indicador ambiental por diagnosticar uma situação bastante homogeneia. Assim, foram feitos alguns ajustes nas questões que compunham o indicador ambiental. Mesmo assim, a situação permaneceu de forma homogeneia, supondo que os dados podem expressar a realidade.

vasta especialização dentro do campo da ciência, entre outros fatores, é a nítida dicotomização da relação do homem com a natureza. A agricultura, a partir dos anos 1950, 60 na Europa e Estado Unidos, começou a absorver a idéia do desenvolvimento como sinônimo de progresso, visando transformar aquilo que era “arcaico”, tradicional, pela modernização (ALMEIDA, 1997), contribuindo para um maior distanciamento da relação do homem com a natureza. No entanto, a agricultura familiar apresenta características que mostram sua força como um local privilegiado para manter seus laços com meio em função de sua tendência à diversificação, à integração de atividades vegetais e animais, além de trabalhar em menores escalas e, a ligação histórica dos agricultores com a terra. Quando questionados sobre os planos futuros na propriedade, a grande maioria deles afirmava: “eu nasci na roça e é aqui que eu vou morrer”. Isso mostra a ligação que estes possuem com a terra e portanto, uma maior facilidade de cuidar/preservar ela.

Nesse sentido, buscou-se compreender como a Cresol desenvolve políticas que promovam o cuidado ou a preservação ambiental. O que ficou bastante evidente foi o papel dos agentes de crédito na disseminação desse conhecimento. Os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito são cooperados representantes das comunidades que têm reuniões mensais na cooperativa para receberem informações e repassarem nas suas comunidades para os cooperados. Conforme um representante da organização:

os agentes de crédito, responsáveis por cada comunidade, e ele tem formação constante, e isso entra a formação pra ele, tipo de, de veneno, essas coisa e eles são responsáveis por passa por cada setor, né? (...) cada um deles vai responde por sua comunidade, lá ele vai se reuni, vai passa as informações. (...) É primeiro é informa a cooperativa, daí a cooperativa vai, é, fazê uma visita pra ele, né? (Entrevistado 13).

Em conversa com os agricultores não se identificou nenhuma ação da cooperativa para orientação nas questões ambientais especificamente. Da mesma forma quando questionados sobre a limitação para concessão de crédito, a organização faz um laudo técnico da propriedade antes e é avaliado se o agricultor tem condições de se sustentar com aquele financiamento, ao qual solicita e que deve devolver a cooperativa. Não foram citadas limitações

impostas por questões ambientais, somente pela viabilidade econômica do agricultor.

Dos entrevistados aqueles que afirmaram receberem algum tipo de orientação foram os que dizem comprar insumos e receber instruções de um técnico do local de compra na propriedade, que orienta e acompanha na lavoura, conforme explica o entrevistado 10: “Aqui não, pelo menos não sei se algum lugar eles tem isso. Mas aqui nessa propriedade não, não. A gente tem assistência tipo de um mês de compra, né. A Cresol talvez em algum lugar mas eu não sei disso, não to sabendo”.

A esse respeito a pesquisa mostrou sobre agrotóxicos: cerca de 83% utiliza inseticida; 78,2% faz uso de fungicida e; 82,3% herbicida. Portanto, a grande maioria recebe instruções de técnicos das empresas que vendem tais produtos. Alguns dos entrevistados têm sua renda na produção de aves e são integrados, estes recebem orientação da respectiva empresa. E, além disso, dos entrevistados 10 afirmaram que o uso de insumos químicos aumentou nos últimos 20 anos, 2 disseram que diminuiu e 9 afirmaram que continuou a mesma coisa.

Quando questionados sobre assistência técnica os dados mostram que dos 23 agricultores cooperados da Cresol, 22 deles recebem assistência técnica: 9 desses de empresa privada, 6 de cooperativas (alguns deles, além da Cresol, estão vinculados a ao sistema Claf, cooperativa de avicultores, Coasul e Sicred), 4 da secretaria municipal e 3 de outras instituições.

Esses são dados que mostram a lógica da Revolução Verde da década de 60-70, de certa forma, presente na agricultura familiar. O uso intensivo do solo e a preocupação incisiva com a eficiência/eficácia na produção, a exemplo dos países desenvolvidos, eram prerrogativas do pacote tecnológico da Revolução Verde. Lionço (2007) em estudo realizado em instituições que atuam no espaço rural do Sudoeste do Paraná já identificara a preocupação nas discussões de tais organizações com os problemas ambientais originários da Revolução Verde.

Para ilustrar essa realidade vejamos algumas questões do indicador ambiental sobre manejo e conservação do solo (Quadro 22).

Manejo e Conservação	Nº de agricultores	Frequência(%)
Curva de nível	11	47,826
Plantio no nível	1	4,348
Cultivo em áreas quebradas	1	4,348
Rotação de culturas	18	78,261
Prática de queimadas	0	0,000
Adubação verde	19	82,609
Adubação orgânica	20	86,957
Plantio Direto	17	73,913
Sistemas Agroflorestais e ou Agrossilvopastoril	6	26,087

Quadro 21 – Alguns índices do diagnóstico ambiental.

Fonte: Pesquisa realizada.

Estas são algumas das questões que compõem o indicador ambiental. O que se observa é que a maioria dos agricultores tem práticas de conservação. Isso pode ser ilustrativo do panorama geral do indicador ambiental que, mostrou estar em uma condição razoável. Contudo, essa pesquisa não encontrou influências da organização em tais cuidados com o meio ambiente. Ao que pareceu os agricultores montaram suas próprias estratégias. A exemplo disso cita-se a prática da curva de nível. Quando os agricultores foram questionados se faziam curva de nível ou “murundu” alguns afirmavam a sua importância para evitar erosão no solo ou “as valas da chuva”, como afirmavam.

As coisas foram evoluindo né e a gente mesmo quando pegamo esse dinheiro, nós não tinha recurso pra fazer esse investimento. Desde que a gente pegou dinheiro financiado, a gente não se arrependeu até hoje e melhorou muito né. Nesse caso a Cresol é boa pra isso, o juro é barato, mas prático de se negociar e eu acho até melhor (entrevistado 6).

Eu fiquei sabendo por causa do vizinho que acho que era, não que é bom você tem facilidade pra financia essas coisas e tudo ai entrei ali (agricultor 4).

Olha eu acho que melhoro nos últimos anos, mas acho que não seja, só a Cresol. Ela tem ajudado tudo isso né, mas, a nossa mão de obra aumentou de um a gente se dobra em dez pra fazer o serviço, então

a Cresol tem ajudado, em um financiamento ou alguma coisa assim né, mas, a gente também se desdobra em serviço pra consegui, mas melhora eu acho nos últimos anos tá melhor (Entrevistado 10).

Quando questionados sobre as melhorias que ocorreram após os agricultores vincularem-se a Cresol, vê-se a maioria das falas estão relacionadas as contribuições da organização para o benefício do financiamento. Entende-se a luta dos agricultores por acesso ao crédito e a própria sobrevivência da agricultura familiar e também que o produto da Cresol é o crédito. Contudo, se questiona se há ações efetivas da cooperativa para além do crédito, ações voltadas à sustentabilidade da agricultura familiar. Essas ações seriam através de cursos, orientações através do agente de crédito ou mesmo de outras formas. Nesse trabalho específico não foi identificado o vínculo das orientações ambientais tomadas pelos agricultores com as ações da organização.

A ênfase dada ao crédito - que é o produto da organização e não deixa de ter a sua fundamental importância no contexto da agricultura familiar, tendo em vista o modelo de desenvolvimento ao qual estão inseridos - é também resultado da própria compreensão da organização sobre a sustentabilidade.

A Cresol já trabalha sobre isso (sustentabilidade), mas teria que ter mais iniciativas do poder público, para subsistência do agricultor. As linhas de crédito estão de acordo com a sustentabilidade, pois, as taxas são baixas e a Cresol é diferenciada das outras instituições financeiras. A Cresol não é só a Cresol, trabalha sempre juntos, com sindicatos, cooperativas (Entrevistado 15).

De tornar ele sustentável né? E ele próprio consegui conduzi. Porque hoje nós compara uma agricultura familiar que não tenha cooperativa, quase que ela não consegue, porque se ele quer planta um, dois alqueire de milho, ele não tem fundos pra pode, quase que se tornou uma dependência entre Cresol e ele, se nós tirar a Cresol de dois Vizinhos a agricultura familiar vai desmoronar, por quê? Porque ela precisa de um dinheiro pra pode planta, depois ela devolve, mas ela não tem na cultura das pessoas, "ah, vo guarda cinci mil reais pra faze a safra do ano que vem", não tem isso, não adianta. Então, se eles tem cinco mil, eles vão aplica aqui, vão gasta ali, no ano que vem eles vão precisar da mesma coisa. Então assim, torna autosustentável, é chagar ao ponto que eles caminhem sozinhos, mas isso é um processo longo né? (entrevistado 14)

Sustentabilidade, assim, do ponto de vista da agricultura familiar é nós não dependermos tanto do, do, dos produtos e dos insumos que vem de fora, que não são produzidos dentro da propriedade. Hoje nós tomamos num ponto negativo, nós somos reféns do crédito. Se nós não conseguíssemos crédito, poucos agricultores conseguiam fazer suas

lavouras, porque ficou refém do crédito, o adubo tem que vim de fora, a semente tem que vim de fora, é os insumos, todos tem que vim de fora, quer dizer nós temos poucos modelos de agricultura familiar dentro do município talvez que se mantenha, que são auto sustentáveis, porque ainda nossa cultura é uma cultura que nós só soubemos trabalhar com grãos, grão e produtos, atividades que são integradas, frango, suíno e fumo. E até que você ta nessa atividade você recebe tudo na mão, mas você nunca sabe o preço do que você vai entrega, teu produto. Então fica sempre refém disso aí, do crédito e de insumos (entrevistado 13).

Entendeu-se que a compreensão sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, na maioria das falas dos entrevistados da organização, pauta-se na idéia do agricultor permanecer no campo, dele sustentar-se economicamente para permanecer ali. Por isso a importância dada ao crédito. Isso também foi identificado nos agricultores, conforme as falas apresentadas mais acima. Essa também é uma realidade que expressa a lógica do mercado no contexto da agricultura familiar, pois, conforme visto para sobreviver no campo é necessário acessar o crédito e o acesso ao crédito demanda do agricultor a máxima produtividade para que consiga quitar o valor do financiamento.

E nesse sentido, destacam-se duas questões que estão evidentemente implicadas na questão do crédito: a sobrevivência da família agricultora e a consequente dependência do crédito, sem o qual “não consegue sustentar-se”.

A esse respeito Kautzky (1986), no clássico debate sobre o campesinato na Rússia, ao falar sobre como a industrialização penetrou a agricultura refere-se em como a família camponesa auto-suficiente passou a comprar no mercado produtos para sua subsistência e passou a ser dependente dele, contudo, em evidente desvantagem quando comparado ao agricultor da grande propriedade. Com o desenvolvimento econômico das cidades abre-se caminho para a agricultura capitalista, deixando grande parte dos camponeses em situação de miséria. Nesse sentido que o autor fala dos resultados positivos das cooperativas de crédito, embora, tenha uma visão bastante pessimista a respeito de outras formas de cooperativas.

Para os pequenos lavradores, tais instituições valem sobretudo na hipótese do crédito pessoal. Elas obtêm o que não obtêm o camponês isolado, isto é, o crédito do grande capital urbano nas condições do capitalismo moderno. Se os empréstimos do camponês

isolado são pouco vultosos para interessar o grande capital, os de toda uma sociedade exercem papel inteiramente diverso. E se o crédito a um cultivador que lhe é inteiramente desconhecido não oferece garantias a um banqueiro da cidade, o risco se lhe reduz ao mínimo no caso da solidariedade de muitos associados. Assim, graças às organizações de crédito, o camponês levanta dinheiro a uma taxa módica, pagando-o sem arruinar-se, em virtude dos melhoramentos da sua exploração que esse empréstimo torna praticáveis. Não há dúvida, as sociedades de crédito são, para os camponeses, sumamente importantes como veículo de progresso econômico. E não digo progresso no sentido do socialismo, como se alega em diferentes lados, mas progresso no sentido do capitalismo. São progressos de alto valor econômico (KAUTSKY, 1980, p. 134-135).

A luz da afirmação do autor as cooperativas de crédito além de ser um bom negócio ao “banqueiro” já que, este recebe o montante dos pequenos agricultores organizados, também dão condições de progresso econômico ao agricultor no sentido do capitalismo. Esse progresso exige dele – demanda vinda, imposta pelo sistema capitalista - a especialização da produção. “Quanto mais o estabelecimento agrícola se especializa, e quanto mais animais este possa utilizar, de uma ou de outra forma, tanto mais rapidamente se processa a comercialização.” (KAUTSKY, 1980, p 72).

(...) adubos permitem, em certas circunstâncias, que o agricultor dispense a cultura alternante e o esterco; que ele adapte suas culturas por completo às exigências do mercado, ou que dedique a área que a moderna agricultura encontra sua expressão técnica e econômica mais elevada (KAUTSKY, 1980. p.87).

Neste caso dos agricultores da Cresol é diferente. Observa-se que ele combina estratégias, como é o caso da utilização do adubo orgânico, embora esteja pressionado pelo capital para a maximização da produção. Segundo o autor o camponês não só passa a produzir para abastecer a indústria, a si mesmo, mas também vê a necessidade de comprar ferramentas para produção, fruto da especialização do trabalho. Por isso a necessidade do crédito, para se colocar e se manter no mercado. Sem ele não seria possível o agricultor se capitalizar, por isso, representa um progresso econômico no sentido do capitalismo, como afirmava o autor.

Nesse sentido, o que se observou a partir dos dados foi a concentração da renda agrícola é advinda da produção do binômio soja/milho e, na produção

pecuária concentra-se no bovino de leite e nas aves. A concentração da produção de milho e soja é também um reflexo da mecanização da agricultura na década de 70, refletindo no uso abusivo de insumos químicos e o estímulo a produção de culturas de exportação, tal como a soja. Quanto a produção pecuarista destaca-se que todos os agricultores que tem aviário são integrados a Sadia. Essa é a razão da maioria deles ter afirmado receber orientações dos técnicos das lojas de insumos e das organizações aos quais são integrados.

Destaca-se a propriedade do dirigente da Cresol em Dois Vizinhos que, embora sua maior renda advenha do cultivo de milho e da produção de aves e do leite, tem investido na fruticultura como uma alternativa de renda a propriedade.

Então, entendendo-se que sob a perspectiva da cooperativa sobre a sustentabilidade, em parte os agricultores familiares atendem aos pressupostos de ter renda suficiente para manter-se no campo, muito embora não consiga autonomia da não dependência do crédito. Conforme dados da pesquisa 70% dos agricultores estão em uma boa situação econômica, alguns dados dos sub-indicadores estão explanados abaixo

Sub-indicadores	Precário	Razoável	Bom
Renda da família nos últimos 20 anos	2	4	16
Renda bruta mensal per capita	4	8	11
Tamanho da casa	7	10	6
Número de equipamentos	7	10	6
Veículos	1	1	21

Quadro 22 – Alguns índices do diagnóstico econômico dos cooperados da Cresol da Comunidade Fazenda Mazurana.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

Esses são dados ilustrativos da boa condição econômica dos agricultores da Cresol. A média da renda mensal dos agricultores da Cresol é de 3.396,12 reais (Quadro 1 em apêndices), um pouco maior que a média geral da comunidade. A esse respeito observa-se, que alguns deles montam suas próprias estratégias de sobrevivência, como é o caso dos 30,5% que

combinam renda não-agrícola com atividade agrícola ou pecuária (Quadro 02 em apêndices).

Contudo, compreendendo a sustentabilidade da agricultura familiar como uma forma não linear de desenvolvimento, diferente de como propunha a modernização do campo, mas, com diversidade de alternativas para a diversidade social da agricultura familiar capaz de enfrentar os desafios ambientais e sociais. Então, questiona-se sustentabilidade para quem? Sustentar o que, quem? (ALMEIDA, 2007).

Ao que parece a maioria dos agricultores produzem sob o modelo convencional. Ao mesmo tempo, vê-se que não há um incentivo da Cresol a um modelo alternativo de desenvolvimento, conforme ela mesma afirma promover. Esse pode ser um resultado da lógica bancária permear a lógica de funcionamento da cooperativa. Algumas observações podem afirmar essa hipótese, como foi relatado em algumas falas sobre o distanciamento da Cresol com o agricultor, conforme abordado a seguir.

O fundamento da Cresol está para a equidade e a sustentabilidade. Em um dos primeiros vídeos da Cresol um dos dirigentes e fundadores expressa a sua opinião quanto a finalidade da constituição da organização:

(...) as cooperativas de crédito foram concebidas como instrumentos transparentes e democráticos e dirigidos pelos agricultores. Ao dirigente/gerente é mais importante conhecer profundamente a atividade que vai financiar do que a formação tradicional dada ao sistema financeiro. Para isso as cooperativas terão que formar as pessoas. (...) A cooperativa não pode excluir o agricultor que pensa diferente. É preciso envolver a partir de suas necessidades, com uma metodologia que conduza ao debate da relação de sua atividade e de sua vida com propostas maiores de sociedade, na sua dimensão política. (...) A fundação é importante, mas mais importante é o rumo que ela toma e como trabalha. O crédito que queremos precisa estar na direção da sustentabilidade e da equidade social. É fundamental a participação ativa dos grupos de base organizados, garantindo assim critérios internos para que o crédito captado volte para os pequenos agricultores. Valorizando inclusive a possibilidade de continuar com o crédito em equivalência produto (CRESOL, 2008).

Destaca-se nessa fala a importância dos rumos que a cooperativa tomará no decorrer do tempo, além da importância da sua fundação. Vê-se a importância da gestão para que os caminhos percorridos pela Cresol estejam

de acordo com os preceitos da sustentabilidade e da equidade social. Entende-se que no processo de constituição da Cresol houve essa preocupação.

Uma evidência já apontada nesse trabalho foi a não participação em atividades de integração do agricultor promovidas pela instituição. A participação dos agricultores ocorre mais nas pré-assembléias e assembléias, embora haja uma participação significativa nas atividades da comunidade em geral, conforme mostra quadro 24 abaixo.

Instituição	Número de Agricultores	Freqüência
Igreja	23	100,0%
Associação de agricultores	9	39,1%
Clube de Mães	14	60,9%
ONGs	8	34,8%
APMs	1	4,3%
Não sabe	1	4,3%
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	9	39,1%
Sindicato Rural	2	8,7%
Conselhos	1	4,3%
Cooperativa	23	100%
Outras entidades do município	1	4,3%

Quadro 24 – Participação social do agricultores da Cresol.

Fonte: Pesquisa realizada, 2011.

As assembleias são realizadas uma vez ao ano. Legalmente, para se realizar uma assembleia, são necessárias no mínimo dez pessoas, motivo que torna algumas cooperativas centralizadoras de decisões. Na Cooperativa de Crédito Cresol de Dois Vizinhos, conforme afirmação do dirigente, geralmente há uma participação de 40% nas assembleias e 45% nas pré-assembleias. Para garantir a maior participação dos cooperados são feitas, uma vez por ano, antes da Assembleia ordinária, pré assembleias que são realizadas pela central nas regionais, onde as cooperativas singulares se encontram, e pelas cooperativas singulares nas comunidades. Nessas pré assembleias é apresentado o balanço do exercício, discutidas as necessidades no nível de cooperativa singular e de comunidade/cooperado, questões que depois de

avaliadas podem ser levadas em discussão em assembleia, conforme afirma dirigente da Cresol:

na pré assembleia os associados já levantam os principais questionamentos daquilo que a cooperativa tem e deve melhorar no atendimento, novas linhas de crédito que tem que ser constituídas, criadas, né? (...) talvez surgiram novas demandas para o crédito a partir das pré assembleias (entrevistado13).

Nas assembleias são tratadas questões como: prestação de contas do exercício, destinação das sobras ou rateio das perdas, eleição dos componentes da administração e do conselho fiscal, fixação de honorários da administração e do conselho fiscal. Esses assuntos cabem a assembleia ordinária e de interesse social, a qual deve debater e decidir, por isso a importância da participação.

No que refere-se a destinação das sobras, conforme dados coletados na organização, na maioria das vezes são incorporadas ao capital dos cooperados, conforme a quantidade de movimentação na cooperativa. Portanto, a cooperativa sai ganhando, pois, quando ela busca recursos fora, tais recursos são medidos na proporção de seu capital social, e o cooperado também passa a ganhar, já que aumenta seu capital.

Quanto a eleição da administração e do conselho fiscal, a composição desses grupos é por membros associados. No caso da administração o mandato nunca pode ser superior a quatro anos e do conselho fiscal um ano. Quanto aos candidatos a assumirem tais responsabilidades, percebeu-se que para galgar tais posições deve-se ter uma caminhada dentro da cooperativa. Conforme afirmação de um dos dirigentes, iniciar como agente comunitário de desenvolvimento e crédito pode ser uma oportunidade de alcançar cargos maiores na cooperativa.

No caso da última assembleia em Dois Vizinhos, realizada em março de 2011, participaram 445 associados, correspondendo a 27% apenas. Uma das questões colocadas a voto foi a destinação das sobras, as quais foram designadas a capitalização do cooperados. Dos cooperados que foram entrevistados a todos afirmaram participar das assembleias e pré-assembleias. Um dos cooperados afirmou: "Tem bastante abertura, é bom eles deixam

disponível pros sócios se pronunciá o que que vocês acham né.” (entrevistado 1).

O que se observa é que houve uma baixa participação nesta última assembleia. Mas, evidencia-se os relevantes assuntos levados na votação nas assembleias. Isso ainda mostra a relevância da autogestão na organização.

Quanto aos cursos que os agricultores afirmaram participar, não foi identificado cursos de formação promovidos pela Cresol. Muito embora 60% dos agricultores vinculados a instituição estejam participando de algum curso. Alguns cursos relatados pelos agricultores foram: Conserva, artesanato, qualidade, ordenhadeira, administração rural, derivados de leite, pintura, dirigente de cooperativa, inseminação artificial, conselho fiscal, fruticultura, mecanização, bovinocultura de leite, agricultura orgânica, manicure, pedicure, manutenção de ordenha, manejo de ordenha e apicultura.

Alguns desses foram disponibilizados pela Fetraf (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), Sadia, Clube de Mães e Cresol, no caso do curso de dirigente de cooperativa, de conselho fiscal e fruticultura, realizado pelo dirigente da cooperativa.

A Cresol tem o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - Infocus, o qual promove cursos de capacitação para novos diretores, formação para os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, e ainda, um curso de capacitação profissional em gestão com ênfase no cooperativismo para diretores, funcionários, associados e parceiros. Além disso, a cooperativa também tem o programa Gênero Geração voltado a jovens mulheres e idosos da agricultura familiar. Este foi um dos programas identificados que mais se aproxima do agricultor.

Ao que se observou há certo distanciamento da instituição para com o cooperado da comunidade. Um dos fundadores enfatizou como a relação cooperado e cooperativa foi perdendo forças.

Ela (a cooperativa) tinha se distanciado um pouco, porque ela estava assim crescendo, crescendo, crescendo, o próprio sistema isso a gente já conversou lá, já debateu. A própria central pedia pra levar a outros estados o sistema, foi esquecido um pouco a origem nossa, entende? Dando mais interesse ao nosso cliente. O diretor, até nós

tivemos um debate semana passada, que o diretor presidente não seria mais aquele de ficar lá esperando o cliente, mas sim de ajudar, descobrir o planejamento dele, dar essa força pra ele e fazer junto. Não é fácil, hoje tem 2000 associados, mas vai visitando aí aqueles que estão com mais necessidade, e aquele que mais precisa dar um tempo maior, até pra ter uma saída pra ele melhor de negociação.

A fala é ilustrativa desse distanciamento que mostrou a pesquisa. Ao que pareceu com o crescimento da cooperativa houve uma centralização na especialização daqueles que estavam dentro da cooperativa, como os diretores, agentes de crédito, funcionários. O crescimento dela exigiu um fortalecimento interno para que esta se mantivesse competitiva, atendendo as exigências do mercado. Isso esclarece o fato da maioria dos agricultores, senão todos, não participarem e nem terem conhecimento de cursos ou programas promovidos pela Cresol. Este pode ser o motivo da única propriedade com uma produção alternativa ser do presidente da Cresol, conforme já evidenciado neste trabalho.

Nesse sentido que se remete a pensar sobre os laços de solidariedade mantidos na economia dessa organização, ou seja, a interdependência mantida uns com os outros. As relações interdependentes estabelecidas entre os agricultores, de forma solidária (*in solido*) foi bastante evidente na criação da Cresol, no sentido de que houve uma movimentação de um grupo social que tinham em comum demandas, tais como o crédito, ou o acesso ao processo de desenvolvimento. Essa foi a solidariedade “de baixo”⁸ como referiu-se Demo (2002), a qual está posta em tensão constantemente pela pressão da hegemonia, portanto, propensa a tornar-se um organização empresarial. E neste caso, ou este setor tende a tornar-se propenso ao lucro e igualar-se a uma empresa sob as regras do capital ou luta veemente para de fato ser uma alternativa. O autor escreve:

Podemos humanizar o exercício do poder e as estruturas do mercado, mas não podemos nos livrar do mercado e do poder. Relembrando Boehm, a hierarquia reversa também é hierarquia, mas

⁸ Para o autor existe a solidariedade de cima e a de baixo. A primeira está relacionada com àquela elitizada, pregada pela elite, a qual pode manipular e adormecer a população para a realidade. A segunda é representada por organizações da sociedade civil que tem um caráter radical diante de um paradigma posto, como as economias dos setores populares.

tem como alternativa o controle democrático do poder (DEMO, 2002, p.211)

Por isso está propenso, pois não pode livrar-se das regras do mercado, tal como já foi apontado nesse trabalho. Ainda a respeito do distanciamento da cooperativa para com o agricultor, quando um dos entrevistados foi questionado se participava de algum programa ou curso da Cresol este afirmou:

não porque a gente nunca quis na verdade de infiltrar com a diretoria e meu piá não se interessou por isso. Já que meu primeiro filho não se interessou em trabalhar na Cresol e hoje ele está muito bem colocado (...) ele achou que não era viável concorrer, porque na verdade a Cresol é coisa boa, mas tem muito o que mudar. É uma política interna, eles que decidem...você tem que ser sócio pra decidir né, a função de funcionário, coisa assim né...Como a gente não é essa tal de puxa saco aí, nós trabalhamos com qualidade, não tem nada a ver com puxa saco. O presidente é meu compadre, nosso vizinho, mas eu disse pra ele se um dia você precisar pode contar...mas eles não vão precisar, porque tem os parente né, é rolo se meter né...eles vão se infiltrando entre eles (...).Você sabe que política é tudo igual, não muda nada. Eles começam o dia que ganham, já começam fazer política e é a mesma história.

Duas questões ficam evidentes: a) A primeira refere-se a contratação de funcionários, que ao que pareceu privilegia pessoas que possuem grau de parentesco com os dirigentes; b) A reafirmação da centralização de cursos e capacitação para aqueles que se envolvem em alguma instância da cooperativa.

No tocante ao primeiro aspecto, em pesquisa já realizada (VASCO, 2009) foi identificado que as decisões tomadas pela organização são consideradas por ela descentralizadas pois, são criados fóruns de decisões, segundo cada área de especialização: fórum de contadores, fórum de carteira e assim por diante. Esses fóruns são criados pelos funcionários da cooperativa que debatem e levam para a instância executiva, que por sua vez, ao analisar remete ao conselho, aonde definirá a decisão final.

Quanto aos funcionários, estes são contratados segundo teste seletivo. Contudo, o privilégio àqueles que tenham vínculo está pela facilidade no trato ao público da Cresol, agricultores familiares (VASCO, 2009). Assim, as

decisões, na sua maioria, são tomadas por pessoas que possuem vínculos familiares entre si. E essas decisões centralizam-se também na organização, privilegiando a participação daqueles que possuem a capacitação adequada para isso. E nesse sentido a necessidade da qualificação e especialização interna.

A esse respeito, Castoriadis (1979) ao discutir a proposta de uma sociedade num modelo marxista, a qual daria aos homens maior autonomia, discute a autogestão e a hierarquia com alguns aspectos relevantes a discussão desse trabalho.

O autor ao fazer referência a tomada de decisão refere-se ao decisor como aquele que tem o conhecimento necessário para tal. A partir disso não é possível uma decisão coletiva, já que, alguém foi eleito para representar a coletividade. Isso implica na maior quantidade de informações possíveis que o decisor deve ter. Então, ressalta o autor que estes possuem o monopólio das informações e também da formação necessária para tal posição. Em tal realidade é uma contradição pensar sobre a autogestão. “Como se pode decidir se não se dispões de informações necessárias para decidir bem? E como se pode aprender a decidir se a gente está limitada a executar o que os outros decidiram?” (CASTORIADIS, 1979, p. 214). Quando centraliza-se as decisões e não se dá condições para que outros participem, o autor afirma: “dizer que a coletividade é dirigida por pessoas cuja direção dos negócios comuns se tornou a partir deste momento um negócio especializado e exclusivo, e que, de direito e de fato, escapam o poder da coletividade.” (CASTORIADIS, 1979, p.213).

No caso da Cresol há a promoção de capacitação para que os diretores, que são agricultores familiares eleitos democraticamente. Contudo, diante do que mostrou o campo há esse distanciamento do agricultor. Quando o agricultor foi questionado sobre sua participação em algum curso ou programa promovido pela Cresol este, afirmou que não participava pois, nunca quis se infiltrar na dinâmica interna da cooperativa.

A Comunidade Fazenda Mazurana, de certa forma, é privilegiada pois, abriga o dirigente da Cresol que, ao que se observou tem uma relação bastante afetuosa com as famílias da comunidade, pois, a maioria das famílias entrevistadas da Cresol mostraram um reconhecimento para com a diretoria da

Cresol. Ao contrário do agente de crédito da comunidade, não citado em nenhuma das entrevistas.

Ali (na Cresol) eu chego lá, quero fala com o Neuri ou os funcionário ali, sou bem atendido que nossa, eu me sinto em casa, né? Ali é uma família, não tem. Qualquer sugestão você vai lá, fala com o Neuri e pronto. Não é que nem muito banco que você chega ali eles não te dão muita satisfação, a gente que não tem muito estudo... se é uma pessoa que não tem muito estudo chega eles não te dão muita bola. E ali (na Cresol), é tudo agricultor que trabalha na Cresol (Entrevistado 7).

O que se observa é que há laços mantidos entre a comunidade e a diretoria da Cresol em Dois Vizinhos. Resultado das relações afetivas e de solidariedade mantidas em uma comunidade rural, que ao que parece pouco se assemelham aos grandes centros. Nesse sentido, cita Williams⁹ (2011) quando se refere que o interessante sobre as comunidades é que elas permanecem até os dias atuais. Bauman (2001) diz que sua permanência se dá devido a forte ligação na história, no costume, na linguagem que se consolida a cada ano.

As comunidades podem ser uma aproximação de estar sob o “manto leve” de Weber. Já que, conforme afirma Williams (2011) “as comunidades rurais (...) é o epítome dos relacionamentos diretos: dos contatos face a face nos quais podemos encontrar e valorizar a verdadeira substância dos relacionamentos pessoais”. Pois, ao que parece a vida agitada nos grandes centros não é a realidade das pequenas comunidades, fortalecidas pela solidariedade.

E por essa razão, pelos laços estabelecido em uma comunidade rural a comunidade Fazenda Mazurana poderia ser um lugar privilegiado no sentido de receber programas ou cursos através da Cresol pelas fortes relações da direção da Cresol com a comunidade. No entanto, isso não foi identificado. A luz de Castoriadis (1979) há uma máxima especialização e incentivo a formação para os decisores da organização.

Nesse distanciamento identificado no contexto da instituição em Dois Vizinhos é que levanta-se a hipótese da lógica bancária penetrar, de certa

⁹ Raimond Williams examina os reflexos do modo de vida rural e urbano na literatura inglesa do século XVI até os dias hoje, em sua obra O Campo e a Cidade.

forma, a organização. No sentido de ser uma tendência a se avolumar no decorrer do tempo. Viu-se no depoimento do agricultor que, em outros bancos há esse distanciamento, no sentido do banco não interagir com a realidade do agricultor familiar. Por isso, a cooperativa tender à lógica bancária.

O que se observou nesse sentido, foi esse distanciamento da Cresol Baser com a dinâmica do cooperativismo local, o que acarreta no próprio distanciamento da organização para com o agricultor. Esta pode ser a lacuna que tem aberto frentes para a lógica bancária. Algumas falas mostrarão esses gargalos.

na minha opinião hoje nós estamos perdendo um pouco dos nossos princípios. Nós tínhamos o princípio da inclusão, continuamos com o princípio da inclusão, mas na prática do dia a dia, hoje a gente tem uma exclusão e não só do cooperado, mas também do diretor. Nessas horas tem que clarear melhor para onde temos que ir, porque senão vamos cair na tentação das cooperativas com gestor e não é o que nos propomos a fazer desde o início do sistema. Deveríamos dar uma sentada e uma repensada (...) eu vejo que aquela sementinha que nós semeamos no início dos anos 90 e hoje está aí que é a Cresol e mais outras cooperativas também. (...) Qualquer estado que a gente vá falar do cooperativismo e da Cresol eles, pegam mais pela nossa origem do que pela nossa realidade de hoje. (...) Na singular continua descentralizado, mas hoje nós já estamos abrindo mais nosso quadro social, aquilo que era do sistema tradicional, as cooperativas não serem administradas por agricultores, mas hoje também as nossas já estão correndo um pouco para esse lado. Eu acho que a gente tem que dar uma atenção especial ali pra não dizer que somos diferentes (...) hoje nós já temos muitas pessoas da cidade associada e o pessoal insiste em dizer que se não tiver o urbano não sustenta a cooperativa e aí tem uma tendência de ser administrada por essas pessoas (...) na maioria dos municípios o pessoal está consciente e insiste em manter como cooperados o agricultor (Entrevistado 11).

Algumas questões ficaram evidentes: a) a importância da cooperativa singular como força para se manter sob a lógica da economia solidária; b) o distanciamento dos seus princípios originários, tal como a inclusão.

Quando remete-se a força das cooperativas singulares como uma estratégia de manter-se na lógica da economia solidária, refere-se principalmente a sua forte relação com o agricultor, o cooperado. Isso se percebe no processo de gestão. Quando um cooperado deseja candidatar-se a diretoria da singular, este geralmente inicia como agente de crédito na sua comunidade. Então, quando desejar candidatar-se a diretoria a comunidade, a

qual faz parte, já conhece o seu trabalho. Explica um dos fundadores sobre a esse respeito:

a cada 3 anos que muda a diretoria, muda também o agente de crédito. A comunidade quer que continue o mesmo (agente de crédito)? Tem que votar. Aquele agente que não dá informação, que a própria comunidade reclama, na próxima eleição eles (os cooperados da comunidade) trocam. Às vezes o cara vai lá e passa vergonha, porque não leva nenhum voto. É o desempenho do trabalho que ele faz.

Nesse sentido cita-se Habermas (2002) quando mostra que as relações se mantêm dentro de uma comunidade através da comunicação. Os indivíduos através de um processo de socialização passam a se sentirem parte de uma comunidade, dando a esses membros uma estima social, e passam a se ligar através da solidariedade (*in solido*). Portanto, a ação comunicativa constitui o âmago da solidariedade. A exemplo o autor cita a formação do Estado democrático como um exemplo para entender esse conceito. A formação da “consciência do nós”, criada no imaginário, que permitiu que as pessoas se identificassem como membros de um mesmo grupo ou comunidade formou um Estado democrático, partindo de laços solidários.

Então, a relação que a cooperativa singular tem com os cooperados é bastante próxima. Os diretores de cada localidade têm uma relação estreita com os cooperados do seu município. Sob esse modelo de gestão as singulares, ao que parece, mantém sua força no cooperativismo solidário pela proximidade com a direção do seu município. Então, são eleitos aqueles que correspondem às expectativas dos cooperados já conhecida nos cargos de agentes de crédito. E quanto a relação que a singular mantém com a Central Baser pareceu ser de autonomia, conforme o dirigente mesmo afirmou.

A eleição da diretoria da Cresol Baser, naturalmente, tem o mesmo procedimento das singulares: votação em assembleia ordinária. No entanto, sua função é mais estratégica, por isso, naturalmente não há uma relação próxima com o agricultor. Esse pode ser um dos fatores que tem conduzido a organização a certo distanciamento dos seus princípios originários, tal como apontou um dos fundadores em sua fala.

Ora, se há a hipótese da força do cooperativismo solidário na Cresol manter-se nas singulares pela relação de proximidade que mantém com os

cooperados, então, quando se admite a entrada de um público diferenciado, que não agricultor familiar, através da autogestão há a possibilidade destes serem os dirigentes da cooperativa, o que poderá acarretar em interesses diferenciados do público da Cresol hoje.

Eu acho que tá entrando... porque uma cooperativa assim é do pequeno, da família, da agricultura familiar, né? E ali tá entrando muita gente assim que não depende disso aí, eu acho, na minha opinião. Não depende disso aí, de repente, sei lá, eles vem porque pega o dinheiro mais fácil, gente do comércio na verdade que não dependeria disso aí, eu acho que, que tenho essa idéia (entrevistado 7).

a gente ta notando que eles tão pegando muita gente grande, e nos fomos muitas vezes conversando em pavilhão ou no vizinho que deveria dar uma parada. Por que o banco ta se alastrando? por que a procura é grande? Porque tá bom, mas acho que só deveria cuidar do cadastro da pessoa. Por pouco, a gente já tem preocupação, pode ser imaginação nossa, mas nós já tem medo que esse banco logo, logo começa a ficar pro grande de novo. Mas, pode que não, que a gente esteja enganado mas, isso entre a capela, entre vizinho que já temo falando que está sujeito (...) entre nós já estamos se preocupando. Nós aqui no Mazurana, nós tamo em 28 ou 30 aqui né. Nós já começamos a se preocupa. Tem gente boa que a gente não é contra eles é contra quem começa a querer levar o direito do pequeno talvez. Depende do presidente que entra né, até que tem esse não tem perigo, mas, vamo que começa a muda né, entra um cara grande lá dentro, ele sendo agricultor ele pode entra né (...) e diz agora: vou puxar pros meus guaiperos, até que nós tem agricultor pequeno lá dentro tamo tranqüilo, mas de logo começa a crescer né (entrevistado 10).

Ficou evidente a preocupação deste agricultores com a entrada de agricultores de grandes propriedades e também, ao que mostrou, de pessoas do urbano. A esse respeito não foram identificados dados que mostram essa realidade. Alguns aspectos foram identificados, tal como, financiamento para construção e reforma de casas no setor urbano. A Cresol implementou um projeto piloto em Abelardo Luz – PR, na construção de 10 casas de moradia. Isso foi possível através do Programa Minha Casa Minha Vida, destinado a moradores da zona urbana e agora disponibilizado via Cresol. E também no Planejamento Estratégico Participativo (PEP) 2010-2015 foi evidenciado o público-alvo da Cresol que consiste em agricultores familiares diretos e indiretos (filhos ou filhas de agricultores familiares), aposentados e, ainda, empresas jurídicas que exercem atividades agropecuárias que prestam serviço

às cooperativas e organizações sem fins lucrativos. A esse respeito o PEP (p. 10) relata:

- Por opção da cooperativa admite-se no máximo 10% do total do número de sócios seja Pessoa Jurídica ou outro público que atenda aos critérios estatutários de associação, sendo o percentual objeto de medição através das áreas de supervisão da Central Cresol Baser.

Essa pode ser a via de entrada de pessoas que não estejam vinculadas a agricultura familiar. Então, aqui aponta-se outra possível tendência à bancarização da organização.

O que apontou o entrevistado 11 sobre o distanciamento do princípio de inclusão e também sobre a necessidade, apontado por alguns, da entrada do urbano na cooperativa como uma estratégia de sustentar a organização no mercado, mostra, de certa forma, como a organização tende a submeter-se as demandas exigidas pelo mercado para que ela permaneça. E nesse sentido que a pesquisa mostrou lacunas que abriam espaço para práticas mais voltadas a lógica bancária.

A agricultura familiar, essencialmente, está carregada do sentido da solidariedade, do sentido de pertencimento a um local, de estar ligado com o seu próximo, como bem evidenciou uma moradora na sua fala já colocada nesse capítulo: “Na cidade um mora na cara do outro e nem se olham. Aqui a tristeza de um é a tristeza da gente”. Então, a própria entrada de um público diferenciado tenderia a mudança na organização. Lembra-se da decisão da Cresol para que os agricultores familiares, cooperados assumissem a direção da organização, pois, conforme já mencionado, estes tenderiam a uma lógica mais solidária, resultado da sua interação com a comunidade e também da sua gestão na propriedade. Por isso, vê-se que a Cresol se apresenta como uma proposta contra-hegemônica, como uma alternativa a agricultura familiar, no entanto, pensa-se na possível tendência para um cooperativismo mais convencional, tendo em vista os argumentos expostos nesse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caminhada a qual se propôs esse trabalho foi, através de uma pesquisa conjunta, entender se a gestão de programas ou políticas públicas desenvolvidas por organizações não governamentais (ONG) ou órgãos públicos da cidade de Dois Vizinhos - PR se alinham aos preceitos do desenvolvimento da agricultura familiar, numa perspectiva sustentável. Através de um diagnóstico sócio-econômico-ambiental na Comunidade Fazenda Mazurana buscou-se entender a situação de vida dos agricultores desta comunidade rural e posteriormente compreender se há a interferência e/ou relação da Cresol do município de Dois Vizinhos, na situação de vida diagnosticada na comunidade.

A partir do diagnóstico realizado ficaram evidentes as poucas condições de precariedade na comunidade, na sua maioria estão em razoável e bom. Os dados mostraram o Programa Água Limpa, acessado pela comunidade, como um possível fator de tais condições. Este programa está disponível a comunidade pois, ela abriga os mananciais de água que atendem ao município de Dois Vizinhos. Refletindo a grande influência que os interesses urbanos têm sobre o rural, acarretando em 91% em situação razoável ambientalmente.

Embora seja nítida a situação de preservação ambiental na comunidade, destaca-se que a produção concentra-se sob um modelo convencional de agricultura, na qual predomina o cultivo do binômio trigo/soja. Não foram identificadas lacunas/tendências para outro tipo de cultivo, ou mesmo uma agricultura mais alternativa, com a ressalva da propriedade do dirigente da Cresol que vem apostando na fruticultura, embora essa ainda não seja sua principal fonte de renda.

Um pouco mais da metade da comunidade ficou em uma situação boa economicamente. Ficou bastante evidente a melhoria da renda de 64% dos agricultores nos últimos 20 anos. Esse pode ser um reflexo do incentivo ao agricultor familiar, resultado também da luta destes por acesso ao mercado.

A situação social mostrou que a maioria dos agricultores da comunidade acessa os serviços básicos tais como condições de moradia, acesso a lazer,

acesso a saúde e, o que mostrou ser mais razoável foi a situação da escolaridade. A participação social na comunidade pareceu ser bastante expressiva, sem considerar a participação na igreja católica, grande parte participa de mais de uma instituição, a participação social em instituições do município mostrou ser muito significativa também.

De modo geral se observou como a lógica da modernização do campo está presente na realidade da comunidade, principalmente no modelo produtivo. Ficaram evidente os laços mantidos entre os agricultores da comunidade, resultado das relações afetivas que há em uma comunidade rural. Contrapondo de certa forma a “marca registrada da modernidade”, o individualismo, tal como propunha Bauman (2003).

Este trabalho, especificamente, se propôs analisar a participação na autogestão e no desenvolvimento sustentável dos cooperados da Cresol de Dois Vizinhos na Comunidade Fazenda Mazurana. A partir da pesquisa realizada foram identificadas algumas tendências

Os fundamentos da Cresol apontaram a expressão popular como uma força para diminuir as desigualdades e aumentar a inclusão. A forma como os agricultores organizaram-se solidariamente por acesso ao crédito e como eles decididamente atribuíam à organização um caráter alternativo, não se conformando em acessarem crédito das formas convencionais, demonstra que a Cresol, em seus fundamentos, teve um caráter contra-hegemônico.

A expansão do Sistema Cresol foi evidente desde sua fundação e ela é tida como um modelo de cooperativismo no país e também a alguns países da América Latina, tal como evidenciou um dos fundadores. Especificamente neste trabalho, realizado na singular de Dois Vizinhos, foram observadas questões que podem apontar alguns rumos da cooperativa. Este pode ser um caso ilustrativo dos rumos do Sistema Cresol.

Identificar a situação social, econômica e ambiental dos agricultores cooperados da Cresol foi um dos objetivos desse trabalho. Por se tratar de uma comunidade modelo, tal como propôs o técnico da Emater ao se referir a Comunidade Fazenda Mazurana, os cooperados da Cresol, evidentemente, ficaram em uma situação razoável e boa nas três dimensões analisadas nesse trabalho, pensadas a partir da sustentabilidade. É evidente que a atuação da

Cresol contribuiu e contribui para o acesso ao crédito, permitindo que os agricultores se capitalizem e melhorem suas condições econômicas e, indiretamente, sociais.

Ora, pensa-se sobre o desenvolvimento sustentável como um referencial iluminador desse trabalho por conter aspectos que tendem a questionar o modelo de desenvolvimento hegemônico. A esse respeito verificou-se que a ênfase dada ao crédito está ligada ao próprio entendimento da organização sobre a dinâmica da sustentabilidade que, conforme a pesquisa, mostrou estar ligada a ideia do agricultor, unicamente, se manter no campo, ter condições econômicas de sustentar-se, desconsiderando, de certa forma, as dimensões sociais e ambientais.

Nesse sentido, ficou evidente a própria dependência do crédito por parte do agricultor, que foi demonstrada na fala de um dos dirigentes. A fala do dirigente mostrou que a organização tem promovido debate a esse respeito, no entanto, ações para diminuir essa realidade não foram identificadas nesse estudo. Longe de ter respostas para os desafios encontrados, algumas questões são levantadas como um desafio para debate: é possível o agricultor ser autossuficiente, conjugado uma produção mais alternativa? Isso seria interessante para instituições de crédito?

Quando se refere as ações da Cresol, pensa-se sobre cursos, orientação, programas que visem a sustentabilidade da agricultura familiar via instituição. E a esse respeito identificou-se certo distanciamento da cooperativa para com o cooperado quando se refere a programas de extensão para o agricultor. Ficou evidente a especialização dos decisores da organização. Esse distanciamento pode apontar caminhos para a lógica bancária, da eficiência/eficácia, da maior produtividade, na organização.

Dessa forma, pensar a Cresol como uma solidariedade de baixo, tal como afirmava Demo (2002) é referir-se a ela como uma força popular que está constantemente submetida ao poder da hegemonia, portanto, suscetível a tornar-se uma organização sob os moldes mais capitalistas. Ao que pareceu a força da solidariedade e do caráter alternativo do Sistema Cresol está nas cooperativas singulares.

As cooperativas singulares resistem as forças da hegemonia na medida em que possuem uma relação privilegiada com os cooperados do município. Então, com a entrada de pessoas do urbano, via financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, e dos “grandes”, tal como se referiram os agricultores, há a possibilidade desses na direção da cooperativa, o que tenderia a mudanças na lógica da organização, tendo em vista que ela é para o agricultor de pequena propriedade. Mas, pelo forte envolvimento da cooperativa singular com os agricultores do seu município, isso é mais difícil de acontecer. Pois, para tornar-se diretor de uma singular o agricultor deve participar de outras instâncias, tal como agente de crédito ou conselhos. Então, ele já é conhecido dos cooperados. Assim, através da eleição democrática da diretoria é possível manter a lógica do cooperativismo solidário, neste caso.

Observou-se como a Cresol em sua fundação foi radical na definição daqueles que poderiam cooperar-se. A escolha era somente por aqueles que fossem associados ao sindicato ou na associação de moradores da sua comunidade. E hoje, ao que pareceu, admite pessoas de outros setores. Isso também é reflexo das forças/demandas do mercado. E quando refere-se aos aspectos do mercado/lógica bancária na cooperativa, tem o intuito de criticar a tendência a reprodução puramente capitalista. É evidente que a Cresol, assim como outros movimentos sociais de caráter mais alternativo, tem elementos do mercado e da lógica capitalista, tendo em vista que a sociedade é híbrida, se constrói e se desconstrói, é dinâmica. A crítica neste trabalho refere-se a reprodução puramente capitalista que, não é o caso da Cresol, mas, alguns elementos apontados podem mostrar lacunas à crítica. E nesse sentido que os laços de solidariedade mantidos entre os agricultores do município com a cooperativa singular podem representar uma força de resistência à hegemonia.

A pesquisa mostrou algumas tendências da organização. Compreende-se que nesse processo em que alguns princípios da solidariedade e do caráter alternativo da Cresol foram sendo confrontados, se assim pode-se referir, houve uma pressão do mercado que, exigiu uma adaptabilidade às suas regras. Nesse sentido se questiona se as pressões do mercado, da hegemonia tenderiam, cada vez mais, exercer influência sobre a organização de tal forma

que ela reproduzisse puramente os princípios da lógica empresarial que, de certa forma, é a lógica bancária.

Viu-se nesse trabalho a grande relevância dos laços de solidariedade mantidos em uma cooperativa singular. Ora, se podem ser entendidos como a força que mantém a organização sob a lógica da economia solidária, então, pensa-se que se estes laços, se essa interação for ferida, então, a organização tenderia a um cooperativismo convencional.

Diante do exposto pode-se compreender a Cresol como uma proposta contra-hegemonica? Ela apresenta-se como uma alternativa a agricultura familiar ou tende a mesma lógica de financiamento bancário? A autogestão se apresenta como uma ferramenta para resistir ao modelo capitalista? A relação existente entre os agricultores na fundação da Cresol mostrou a relevância da solidariedade nesse contexto de movimentação popular pelo um fim desejado. Nesse sentido, ficaram questões que se deseja aprofundar em trabalhos futuros, tais como: quais os sentidos da solidariedade dentro da economia solidária? Será esta solidariedade (*in solido*) uma estratégia de resistência a hegemonia? E será possível ela criar práticas econômicas emancipatórias dentro do contexto do capitalismo?

REFERENCIAS

ALMEIDA, Elmir de, VILLAR, Maria Helena Villar e, NAKANO, Marilena. A Participação Efetiva e a Conquista da Autonomia. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 3a ed. 2009. p. 33-55.

BARBIERI, Jose Carlos. Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. Comunidade: a busca por segurança no mundo atua. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2003.

BÚRIGO, Fábio Luiz. Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis, 2006. 375 folhas. Tese de doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre agricultores familiares. In: Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. - São Paulo: Contexto, 2000. Pág.193-218.

BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARNEIRO, M.J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Silva, F.C.T.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/carne.rtf

CASTORIADIS, Cornélio. Socialismo ou Barbárie. São Paulo. Editora Brasiliense, 1979.

CHAYANOV, A. V. La organizacion de la unidad econômica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G; STOLCKE, V. A Questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORONA, Hieda Maria P. A Resistência Inovadora: a pluriatividade no Sudoeste do Paraná. Curitiba, 1999. 184 folhas. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Paraná.

_____. As Multidimensões da Reprodução Social da Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2005. 312 folhas. Tese de doutorado - Universidade Federal do Paraná.

COMTE-SPOVILLE, André. Pequeno Tratado das Grandes Virtudes Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A formação e a ideologia do administrador de empresa. Petrópolis: Vozes, 1982.

DEMO, Pedro. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Avaliação qualitativa. 6ed. Campinas, SP: Autores associados, 1999.

EMBRAPA. Disponível em www.embrapa.br. Acesso em 11/05/2011.

LAMARCHE, Hugues (Coord). A Agricultura Familiar. Volume I. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1993.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade,

complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEIS, Héctor. O Labirinto: ensaios sobre o ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia; Blumenau - SC: Fundação Universidade de Blumenau, 1996.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GAIGER, Luíz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em <<http://www.ecosol.com.br/publicacoes>>. Acesso em maio de 2003.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, vol. 79, pp. 57-77, 2007.

GERMANO, José Willington. Globalização Contra-Hegemônica, Solidariedade e Emancipação Social. Cronos, Natal-RN, v. 8, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 2007

GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Ed Unesp, 1991, 2ª ed.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. Estudos de teoria política. Trad. Gorge Sperber / Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 12/10/2011.

IPARDES. Cadernos Estatísticos. Cadernos Municipais IPARDES. Curitiba: IPARDES, 2010.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAZIER, H. Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense. 2ª Ed. Francisco Beltrão: Grafitec, 1986.

LIONÇO, Vânia. A Abordagem Territorial no Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná. Pelotas, 2007. 250 Folhas. Tese de

Doutorado - Universidade Federal de Pelotas.

KATZ, Hagai. Gramsci, hegemonia, e as redes da sociedade civil global. REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol 12. N 2. Junho, 2007.

MORIN, Edgard Complexidade e ética da solidariedade. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MUSHAKOJI, Kinhide. Em Busca de uma Nova Aliança Anti-Hegemônica. In: Agnes HELLER; Boaventura de S. SANTOS; François CHESNAIS; Elmar ALTVATER; Benedict ANDERSON; Margot LIGHT; Kinhide MUSHAKOJI; Kwame A. APPIAH & Francisco L. SEGRERA. A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

NASCIMENTO, C. Autogestão e o "novo" cooperativismo. Ministério do Trabalho e do Emprego. Brasília, 2004. Disponível em: www.tem.gov.br. Acesso em 15/04/2011.

PEREIRA, M. E. M.; GIOIA, S. C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M. A. Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação - as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

RAS-REDE AMAZONIA SOLIDÁRIA. Disponível em: www.redeamazoniasolidaria.org.br Acesso em 12/03/2009.

RAMOS, Guerreiro Alberto. Modelos de Homem e Teoria Administrativa. Revista de Administração Pública. vol.19 nº. 2 (3-12) ABR/JUN. Rio de Janeiro, 1984.

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RAYNAUT, Claude. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: Meio Ambiente e Desenvolvimento: um novo campo do saber a partir da perspectiva

interdisciplinar. Curitiba: Editora UFPR. Nº 10, pag. 21-32, 2004.

RAYNAUT, Claude, FERREIRA. Metodologia do diagnóstico interdisciplinar: a construção de um quadro de trabalho comum. In: RAYNAUT, C. *et all*, Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade. Curitiba/PR: Editora UFPR, 2002. p. 29-42.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa Social: método e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? Revista Crítica de Ciências Sociais, 54, 197-215.

_____. Globalização: fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento, 2001.

_____ [org.] Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia. São Paulo: Atlas, 1994.

SCHARDONG, Ademar. Cooperativa de Crédito: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SCHÖDER, Mônica. Finanças, Comunidades e Inovações: organização financeira da agricultura familiar - o sistema Cresol, 2005. 215 folhas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. 6^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Emanuel Sampaio et al. Panorama do Cooperativismo Brasileiro: história, cenário e tendência. Artigo retirado de Netcoop, un espacio cooperativo em La red. <http://www.neticoop.org.uy/article180.html>. Acesso em 09/11/2008.

SINGER, Paul. Uma Utopia militante, Petrópolis, RJ: Vozes, 2 Edição, 1999.

_____. Introdução a Economia Solidária. 1º Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. Scielo. Vol. 18 n°51. São Paulo: May/Aug., 2004.

SOUZA, Roberto Belomo de, SALDANHA, Anaís Naomi Kasuia, ISHIKAVA Elisa Yoshie. Teoria Crítica na Administração. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 11, n 3, p. 1-9, julho/setembro de 2004.

TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios da Administração Científica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCO. Ana Paula Debastiani. Cooperativa de Crédito Rural Cresol: autogestão e sustentabilidade. Pato Branco, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

VEIGA, José Eli da. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: CAVC, Economia Brasileira: perspectivas do desenvolvimento. Pág. 243-266. 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. O Campo e a Cidade: na história e na literatura. São Paulo, Companhia de Letras, 2011.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Quadro Geral da Renda dos Agricultores da Comunidade Fazenda Mazurana

Fontes de Renda	Agricultor 1	Agricultor 2	Agricultor 3	Agricultor 4	Agricultor 5	Agricultor 6	Agricultor 7
Produção Agrícola	18000		18000		18000	15000	
Produção Pecuária				68206,2			
Derivados da Produção animal e Vegetal			3000				
Aposentadorias e Pensões		13080					24000
Renda não agrícola			30000			24000	
Arrendamento de Terras		700				1500	1000
Aluguel de Máquinas							
Renda do Trabalho Agrícola fora do estabelecimento							
Programas Sociais							
Outros							
Total	18000	13780	51000	68206,2	18000	40500	25000
Fontes de Renda	Agricultor 8	Agricultor 9	Agricultor 10	Agricultor 11	Agricultor 12	Agricultor 13	Agricultor 14
Produção Agrícola							
Produção Pecuária			4200		8000		2400
Derivados da Produção animal e Vegetal							
Aposentadorias e Pensões	12240	13080	12240		12000	19620	
Renda não agrícola							15000
Arrendamento de Terras		7000		3000			
Aluguel de Máquinas				44400			
Renda do Trabalho Agrícola fora do estabelecimento							

Programas Sociais							
Outros			300				
Total	12240	20080	16740	47400	20000	19620	17400
Fontes de Renda	Agricultor 15	Agricultor 16	Agricultor 17	Agricultor 18	Agricultor 19	Agricultor 20	Agricultor 21
Produção Agrícola			25000	10000			30000
Produção Pecuária		24000	7200	10000	2400		60000
Derivados da Produção animal e Vegetal						3780	
Aposentadorias e Pensões	6540		1090	13080		13080	
Renda não agrícola	600	32700				7560	545
Arrendamento de Terras		8000					
Aluguel de Máquinas							
Renda do Trabalho Agrícola fora do estabelecimento		2000			24000		
Programas Sociais							
Outros							
Total	7140	66700	33290	33080	26400	24420	90545
Fontes de Renda	Agricultor 22	Agricultor 23	Agricultor 24	Agricultor 25	Agricultor 26	Agricultor 27	Agricultor 28
Produção Agrícola	4000			21000	18000	8000	
Produção Pecuária	3500			18000			80000
Derivados da Produção animal e Vegetal		36000					
Aposentadorias e Pensões		6480	6480	6480		6480	6480
Renda não agrícola		26400					
Arrendamento de Terras			1000				
Aluguel de Máquinas							
Renda do Trabalho Agrícola fora do estabelecimento		7500	42000			4000	
Programas Sociais	3000						

Outros							
Total	10500	76380	49480	45480	18000	18480	86480
Fontes de Renda	Agricultor 29	Agricultor 30	Agricultor 31	Agricultor 32	Agricultor 33	Agricultor 34	Agricultor 36
Produção Agrícola			18000		65000	43820	15000
Produção Pecuária	50480	5000		2000	2200		4000
Derivados da Produção animal e Vegetal							
Aposentadorias e Pensões	6480						1090
Renda não agrícola		9000				60000	
Arrendamento de Terras				7200	55000		
Aluguel de Máquinas							
Renda do Trabalho Agrícola fora do estabelecimento		18000					
Programas Sociais							
Outros							
Total	56960	32000	18000	9200	122200	103820	20090
Fontes de Renda	Agricultor 37	Agricultor 38	Agricultor 39	Agricultor 40	Agricultor 41	Agricultor 42	Agricultor 43
Produção Agrícola	7000	43000	4000	6000		7500	30000
Produção Pecuária	6000		40000		50000	3500	49000
Derivados da Produção animal e Vegetal							
Aposentadorias e Pensões	6540			6540			6540
Renda não agrícola							
Arrendamento de Terras							
Aluguel de Máquinas							
Renda do Trabalho Agrícola fora do estabelecimento							
Programas Sociais							
Outros							

Total	19540	43000	44000	12540	50000	11000	85540
Fontes de Renda	Agricultor 44	Agricultor 45	Agricultor 46	Agricultor 47	Agricultor 48		
Produção Agrícola	1500	10000		1920	1760		
Produção Pecuária	1500	49000	42000	45000			
Derivados da Produção animal e Vegetal							
Aposentadorias e Pensões	6540		1090		6540		
Renda não agrícola					5000		
Arrendamento de Terras							
Aluguel de Máquinas							
Renda do Trabalho Agrícola fora do estabelecimento							
Programas Sociais							
Outros							
Total	9540	59000	43090	46920	13300		

Legenda:  Agricultores da Cresol

Apêndice 2 – Quadro das fontes de renda dos agricultores da Cresol

Fonte de renda dos agricultores da Cresol	N de agricultores
Renda produção agropecuária e não agrícola	1
Renda agrícola e não-agrícola	3
Renda pecuária e não agrícola	3
Renda produção agrícola	4
Renda produção pecuária	4
Renda produção agropecuária	6
Aposentadoria/Pensões e arrendamento	2
Total	23

Apêndice 3 – Roteiro de entrevista com a Cresol

1. Faz quanto tempo que existe a Cresol aqui em Dois Vizinhos?
2. Quantos funcionários têm aqui na cooperativa?
3. Comente um pouco sobre o que a Cresol faz.
4. Como funciona a gestão da Cresol?
5. A Cresol tem iniciativas para participação dos cooperados na sua gestão? Quais são elas?
6. Você sente que tem autonomia nas suas decisões como dirigente? Que tipo de autonomia?
7. Quantas vezes você esteve na gestão?
8. Qual é a porcentagem de participação dos cooperados nas:
 - a. Pré Assembléias
 - b. Assembléias
 - c. Atividades de integração
9. Quais as linhas de crédito disponibilizadas pela Cresol que, na sua opinião, vão ao encontro da sustentabilidade da agricultura familiar?
10. Além dessas linhas, quais são as ações da organização para a sustentabilidade da agricultura familiar?

Apêndice 4 – Roteiro de Entrevistas com os Agricultores da Comunidade Fazenda Mazurana

1. Tempo de cooperado:

2. qual foi o principal motivo para se associar na CRESOL?

Antes de ser cooperado

A) Aspecto familiar

1. Quantas pessoas moravam na propriedade?

2. Quantas pessoas da família trabalhavam na propriedade?

3. Quem administrava os recursos da família?

B) Aspecto financeiro

4. Como era a renda familiar antes de participar da cooperativa?

5. Quantas pessoas dependiam da produção e da renda da propriedade?

6. O Sr. participava de alguma organização na comunidade ou fora dela?
Quais?

7. Como você ficou sabendo da Cresol?

C) Aspecto produtivo

8. O que era produzido na propriedade antes de se associar a Cresol?

9. Tinha acesso à financiamento? Quais as fontes de recursos pra tocar a produção e a propriedade?

10. Como era a participação em eventos e cursos de capacitação? Quais os cursos que fez?

Depois de cooperar-se

A) Aspecto familiar

1. Mudou o número de pessoas que moram e/ou trabalham na propriedade?
Por quê?

2. Quem administra os recursos da família?

B) Aspecto Financeiro

3. O que o Sr já financiou pela Cresol? Porque?

4. Tem outras fontes de recursos financeiros? Quais?

5. Como é a renda familiar depois de tornar-se cooperado? Aumentou, diminuiu ou ficou a mesma?

6. Quantas pessoas são dependentes da produção e da renda da propriedade?

C) Aspecto produtivo

1. O que o Sr. passou a produzir na propriedade depois de cooperado? Melhorou ou piorou em relação à antes de ser cooperado? Para isso contou com alguma orientação da CRESOL?

2. O Sr. já recebeu orientação da Cresol sobre aspectos ambientais? Quais as principais? Qual sua avaliação da atuação da Cresol nessa área ambiental?

D) Participação na Cresol

1. O Sr participa das pré-assembleias? Quantas vezes no ano? Porque? Qual a principal vantagem ou desvantagem de Participar? O que conquistou com essa participação?

2. O Sr. Participa das assembleias gerais da CRESOL? Quantas vezes já participou? Porque? Qual a principal vantagem ou desvantagem de Participar? O que conquistou com essa participação?

3. O Sr. participa das atividades de confraternização promovidas pela Cresol ? Quais?

4. O Sr.ou alguém da família já fez algum curso promovido pela Cresol? Quais e que resultados práticos tiveram?

5. Como o Sr. avalia a relação dos cooperados e a Cresol? Há vantagem ou desvantagem em ser cooperado?

6. Na trajetória da Cresol, desde o início, o Sr. acha que houve mudanças? Quais foram as principais? Como era a atuação do cooperado no início? E agora?

7. Quais as sugestões que o Sr daria para que a Cresol?

Apêndice 5 - Formulário para diagnóstico sócio-econômico-ambiental da Comunidade Fazenda Mazurana

I – IDENTIFICAÇÃO

N^o.

Questionário _____

1.1) Data

entrevista _____

1.2) Tem outros domicílios no estabelecimento: sim () não (). Quem ()

(1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros

1.3) Quanto tempo a família reside nessa propriedade: _____

1.4) Título da propriedade é: do responsável (); dos pais do responsável (); dos pais do cônjuge (); não têm título ()

II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

2.1) Origem étnica dos pais:

1. Do responsável:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros

2. Do cônjuge:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

2.2) Composição da família

A.1) Membros/nome	2) Grau de parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Horas trabalho/dia atividades produtivas
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						

1) Primeiro nome de cada membro da família, do mais velho ao mais novo.

2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros

4) (1) Sem escolaridade, (2) Pré escola, (3) Ensino fundamental incompleto, (4) Ensino Fundamental completo, (5) Ensino médio incompleto (6) Ensino médio completo, (7) Ensino superior incompleto, (8) Ensino superior completo.

No caso de estar estudando acrescentar o número 1; se não estuda o 2

- 5) Residência:
 (1) no estabelecimento;
 (2) no meio rural: (1) da comunidade; (2) do município; (3) da região; (4) outros;
 (3) no meio urbano: (1) do município; (2) da região; (3) outros
 6) Ocupação: (1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola; (7) Aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro, (10) outros.

III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

3.1) Condições da moradia

- () Madeira () Alvenaria () Mista
 Ano de construção da casa _____
 Tamanho da casa _____
 Estado atual: () Bom () Razoável () Ruim
 Possui forro: () Sim () Não
 Banheiro: () Externo () Interno
 Esgoto: () Fossa negra () Rede () Vala, sanga
 Água: () Poço/vertente individual () Poço coletivo comunidade () Rede pública
 Encanada sim () não ()
 Telefone () Fixo próprio () Fixo outros () Celular () Público
 Luz elétrica () Sim () Não
 Destino lixo orgânico:
 () Enterra () Céu aberto/vala () Compostagem/adubo () Coleta pública
 Destino lixo não orgânico doméstico:
 () Enterra () Queima () Coleta pública _____vezes/ano

3.2) Veículos e equipamentos domésticos

Tipo	TV	Geladeira	Fogão gás	Chuveiro Elétrico	Fre e Zer	Rádio	Parabólica	Computador	Máquina lavar/roupa	Tanquinho	Carro	Moto	Bicicleta
Quantidade													

IV. ACESSO AOS SERVIÇOS

4.1 Educação (da família)

Quantos dependentes que residem na casa estão estudando: _____. Eles estudam no:

- Ensino fundamental: () escola pública; () escola privada () CFR () outro _____ Nota ----(1-10)
- Ensino Médio: da escola pública: () na comunidade; () no município; () outro
- Ensino superior: () público; () privado
- Alfabetização jovens e adultos sim () não ()

4.2. Saúde

1. Cite três problemas de saúde enfrentados pela sua família que necessitaram de assistência:

2. Quando precisa de assistência tem sido atendido no (a):

- Posto público: () na comunidade; () na cidade; () na região
- Clínicas médicas particulares: () no município; () na região () Estado. Utiliza plano de saúde () sim; () não
- Assistência médica do sindicato ()
- Hospital pelo SUS: () no município; () na região; () no Estado
- Hospital particular: () no município; () na região; () no Estado. Utiliza plano de saúde () sim; () não
- Dentistas: () no sindicato; () na saúde pública; () particular. Utiliza plano de saúde () sim; () não
- Benedeira () e ou curandeira ()
14. Farmácia: ()

15.

Outros

4.3. Assistência social

1. Cesta básica: 1. sim () 2. não ()
2. Bolsa família: 1. sim () 2. não ()
3. Bolsa do Programa de erradicação do trabalho infantil: 1. sim () 2. não ()
4. Outros benefícios: 1. sim () 2. não () _____

4.4 Transporte utilizado pela família:

1. Transporte coletivo público: 1. sim () 2. não ()
2. Transporte coletivo privado: 1. sim () 2. não ()
3. Carro próprio: 1. sim () 2. não ()
4. Moto própria: sim () não ()
4. Outros: 1. sim () 2. não ()

4.5 Participação na vida da comunidade e do município

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município
1. Igreja: sim () não (), qual: _____; não ()	1. S.T Rurais: filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
2. Associação agricultores: sim () não ()	2. S. Rural : filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
3. Clube de mães: sim () não ()	3. Conselhos: sim () não (), qual: _____; não ()
4. ONG's: sim () não ()	4. Cooperativas: sim () não (), qual: _____; não ()
5. APM's: sim () não ()	5. ONG's 1. sim () não (), qual: _____; não ()
6. Outros: _____	6. Associações de agricultores sim () não (), qual: _____; não ()
7. Não sabe ()	7. Outros: _____

Acompanha programas voltados para agricultura

Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

5. Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

Filhos:

1. Escutam rádio sim () não (). Qual o programa que mais gostam _____
2. Assistem televisão sim () não (). Qual o programa que mais gostam _____
3. Lê jornal sim () não () raramente () Qual notícia mais lhe interessa _____

4. Têm acesso à internet sim () não (). O que mais lhes interessa _____

5. Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

4.7 Acesso ao lazer:

1. A família ou parte de seus membros frequenta as festas da comunidade promovidas pela: a) igreja: sim () não ();

- b) associação: sim () não ();
 c) política: sim () não ();
 d) escola: sim () não ()
 2. A família ou parte de seus membros frequenta as festas em outras comunidades: sim () não ().
 3. A família ou parte de seus membros visita: familiares (); vizinhos (); amigos (); outros ().
 4. A família ou parte de seus membros vai à cidade em busca de lazer sim () não () raramente ().
 5. A família viaja de férias: todos os anos (); poucas vezes (); nunca ().
 6. Para se divertir participam de: jogo futebol (); pescaria (); jogo de cartas (); bingo (); caçada (); baile (); jogo bocha (); outros () _____.

V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO

5.1) Condição do produtor

Estabelecimento	1. Proprietário	2. Arrendatário	3. Parceiro	4. Meeiro	5. Ocupante	6. Total
1. Área						

5.2) Utilização da área (ha)

Tipo de uso	1. Área
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta, e Pomar doméstico	
4. Mata Plantada (espécies) _____ _____ _____	_____ _____ _____
5. Mata Natural	
5. Pastagem plantada (espécies) _____	_____ _____
7. Pastagem natural	
8. Pousio	
9. Outros usos	
10. Sem uso	

5.3) Manejo e conservação

- Curva de nível (); Terraceamento (); plantio no nível ()
- Cultiva em áreas quebradas: sim () não ()
- Rotação de culturas sim () não ()
- Queimadas sim () não ()
- Adubação verde sim () não ()
- Adubação orgânica sim () não ()
- Plantio Direto sim () não ()
- Sistemas Agroflorestais e ou Agrossilvopastoril sim () não ()

5.4) Problemas com os recursos naturais do estabelecimento

- Existem tipos diferentes de solos: sim () não () Freqüência: _____
- Existem erosões de solos: sim () não ()
- Existem nascentes, sangas, córregos? sim () não () Quantas? _____
- Existe proteção artificial nas nascentes sim () não ()
- Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos sim () não ()
- Se utiliza água da propriedade para que finalidade: Irrigação (); Abastecimento de pulverizadores (); Limpeza de maquinas e equipamentos (); Criação (); Outros () _____
- Utiliza madeira da propriedade: sim () não ()

5.5) Destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários

- Recolhido pela SEAB ou empresas : 1. sim () 2. não () Cada quanto tempo? _____

- Qntd. de variedades																				
-----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1) Seqüência de culturas por importância na geração de renda, horta e pomar caseiros

5) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (7) Outros (quem?).

Uso de tecnologia (do 6 ao 10): (X) Sim e em branco para Não

5.11) Produção animal nos últimos 12 meses

Criações	1) Quantidade Total/Atual	2) Valor gasto na produção	3) Quantidade vendida	4) Valor recebido com a venda	3) Quantidade consumida
1. Bovino de corte					
2. Bovino de leite					
3. Suíno					
4. Ovino					
5. Caprino					
6. Equino					
7. Aves					
8. Peixe					

5.12) Principais derivados da produção animal nos últimos 12 meses (em kg)

Produto	1) Quantidade Total	2) Valor gasto na produção	3) Quantidade vendida	4) Valor recebido com a venda	3) Quantidade consumida

5.13) Principais produtos artesanais agrícolas e não agrícolas nos últimos 12 meses

Produto	1) Quantidade Total	2) Valor gasto na produção	3) Quantidade vendida	4) Valor recebido com a venda	3) Quantidade consumida

5.14) Renda bruta nos últimos 12 meses - em R\$

1 Produção Agrícola	
2 Produção pecuária	

3 Derivados da produção vegetal e animal	
4 Aposentadorias e pensões	
5 Renda não agrícola	
6. Arrendamento de terras	
7 Aluguel de máquinas	
8 Renda trabalho agrícola fora estabelecimento	
9. Programas sociais	
10. Outros	
Renda Total	

VI. FINANCIAMENTO.

a) Tipo de financiamento	b) Fontes financiadoras	c) Valores financiados
1. Investimento		
2010/2011		
2009/2010		
2008/2009		
2007/2008		
2. Custeio		
2008/2009		
2007/2008		
2006/2007		

6.1.) Quais são as estratégias da família para evitar frustrações na produção? (seca, geada, granizo, pragas, etc)

() Nenhuma () Diversificação de produção () Seguro agrícola () Poupança bancária () Poupança familiar () Outros

VII. MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO**7.1) Tipos das mudanças na propriedade nos últimos 20.**

Tipos de mudança	Aumentou		Mesma	Motivo
		Diminuiu		
1) Área total do estabelecimento				
2) Área com lavoura				
3) Área de mato/floresta				
4) Área com pastagem				
5) Numero de culturas				
6) Uso de insumos químicos/agrotóxicos				

7) Uso de insumos orgânicos/verde				
8) Uso de máquinas e implementos agrícolas				
9) Volume pássaros silvestres				
10) Volume de outros animais silvestres				
11) Diversidade de animais silvestres				
12) Volume de peixes nos rios				
13) Diversidade de espécies de peixe nos rios				
14) Tipos de pragas e doenças				
15) Fertilidade do solo				
16) Volume de água das nascentes				
17) Volume de água dos córregos e rios				
18) Qualidade de água das nascentes				
19) Qualidade da água dos córregos e rios				
20) Mão de obra empregada na propriedade				
21) Renda familiar				

7.2) Mudanças ocorridas na comunidade nos últimos 20 anos?

VIII. Políticas e Programas acessados pelas famílias:

Programa/Política Pública	No que contribuiu	Problemas que gerou	Sugestão

IX. Quais são os projetos/perspectivas de futuro da família no estabelecimento? _____